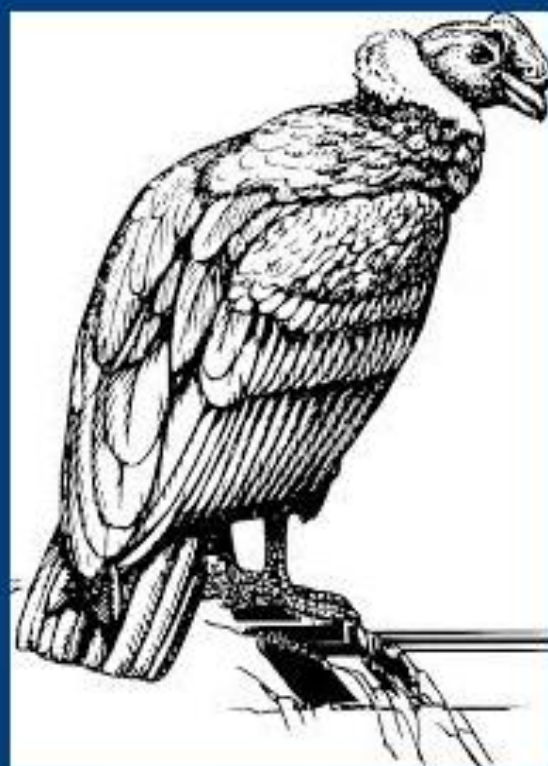


REVISTA

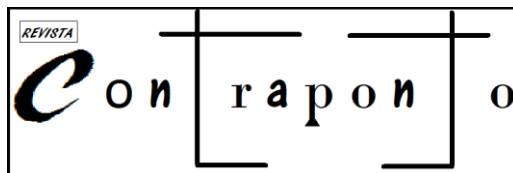
ContraPonto

ANO 2 | Nº 3 | OUT. NOV. 2015



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

ISSN: 2358-3541



Nº3, Out.Nov 2015



Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS)

Reitor

Carlos Alexandre Netto



Diretor

Soraya Maria Vargas Côrtes

Vice-diretor

Claudia Wasserman



Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenador

Marilis Padilha Lemos

Contraponto

ISSN 2358-3541

Editor-gerente

Ricardo Cortez Lopes (Mestrado)

Comissão Editorial

Luciana Sieber (Mestrado)

Rodrigo Dilélio Campos (Mestrado)

Gabriela Ramão de Freitas
(Mestrado)

Pedro Dionizio de Mello (Mestrado)

Revisão Textual

Lis Yana de Lima Martinez

Revista Contraponto/Universidade
Federal do Rio Grande do Sul –
Porto Alegre, 2015

Semestral

1 – Sociologia-Periódico

A imagem da capa é gratuita e está
disponível em:

[https://pixabay.com/pt/condor-
abutre-sentado-pedra-penas-
48158/](https://pixabay.com/pt/condor-abutre-sentado-pedra-penas-48158/)

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
-----------------------	----------

ARTIGOS

Sobre a sociologia do trabalho e (e alguns dos) seus informantes: breves anotações teórico-metodológicas.....	12
--	-----------

Bruno Casalotti

Obstáculos às teorias da diferenciação: colonização e modernidade na formação social brasileira.....	32
---	-----------

Vinicius Foletto Bevilaqua

Os Impactos Causados pela Inovação Tecnológica nos Escritórios de Contabilidade do Rio Grande do Sul: Uma Análise de Cluster.....	50
--	-----------

Adir Zwirtes, Tiago Wickstrom Alves

As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do Chile e a deflagração do movimento estudantil em 2011.....	77
---	-----------

Cláudia Priscila Pires

Análise do uso das contribuições de Gramsci na reforma do ensino médio no RS à luz do caderno 12 do cárcere.....	95
---	-----------

Josiane Machado Alexandre

Três teorias sociológicas para a compreensão da discriminação contra minorias sociais na interação cotidiana.....	107
--	------------

Fernando Diehl

Social Construction of Technology como metodologia complementar à análise de políticas públicas.....	125
---	------------

Vinicius Ferreira Baptista

O simbolismo religioso nas bonecas africanas – uma releitura do espetacular sobre a Vênus Hotentote.....	143
Milena Ferreira Mariz Beltrão	

O processo de trabalho do serviço social no sistema penitenciário.....	158
Tamires dos Santos Viegas	

RESENHAS E ARTIGOS DE OPINIÃO

Existe relação entre ética e biossegurança ocupacional?.....	176
Lissandra Souto Cavalli, Fernando Sérgio Castilhos Karam, Kelly Cristina Tagliari de Brito, Benito Guimarães de Brito	

Currículo: do conhecimento eleito à construção sociocultural.....	170
Natiane Cristina Costa Nascimento, Maria Aparecida da Silva	

EDITORIAL

É com muita alegria que a comissão editorial traz para seus leitores o novo número da Revista Contraponto, o terceiro em sua curta trajetória. Felizmente, em comparação com o segundo número, a captação de artigos não foi tão excruciante como da outra feita e, até o prazo de término de envio de artigos, já contávamos com o número suficiente de trabalhos enviados. Assim, nosso foco pôde ser na articulação desta edição que agora apresentamos aos leitores. Como diria Umberto Eco, uma obra não pertence mais ao seu autor uma vez que publicada. E assim desejamos que aconteça a *Contraponto*: que ela, mais do que o que está descrito na sessão “Foco e escopo” de nosso site, seja uma revista que tenha sua identidade composta a partir do que os autores aclaram em seus textos.

Este novo número, seguindo o legado dos números anteriores, é de temática livre porque acreditamos que os autores, ao focarem sua atenção a este periódico, podem estar nos dizendo algo a nosso respeito que nos passa despercebido. A identidade que também está no não-percebido, no inconsciente, e que, pelo contato com o outro, nos faz conhecer a nós mesmos um pouco mais.

Apresentamos, assim, o novo número, com novidades e resgates. Trouxemos os costumeiros artigos, presentes em todos os números até então. Resgatamos as resenhas, que no número passado não apareceram justamente por conta da demanda dos autores, que as esqueceram. Como novidade, inserimos um artigo de opinião. Aparentemente, o artigo de opinião poderia depor contra o caráter científico da revista, mas a comissão editorial optou por aceitá-lo porque 1) ele traz uma reflexão sobre a ciência (e o fazer científico por extensão) e 2) o conceito de opinião como algo totalmente oposto à ciência é uma concepção renascentista que já não é tão compartilhada no meio acadêmico e só favorece a uma ciência bacharelesca e descolada da sociedade. Portanto, resolvemos abrir espaço para essa modalidade de trabalho e esperamos que os leitores compreendam nossa manobra.

II

Tal qual fizemos na edição anterior, vamos agora apresentar os trabalhos que compõem a edição e dialogar com eles. Assim o fazemos para que possamos retribuir em alguma medida ao seu desejo de colaborar no *vir-a-ser* do novo número.

O artigo **Obstáculos às teorias da diferenciação: colonização e modernidade na formação social brasileira**, de Vinicius Foletto Bevilaqua (Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul), apresenta uma reflexão sobre a aplicabilidade do conceito de diferenciação social gestado no contexto europeu ao caso brasileiro. A delimitação empírica que o autor analisa é a história do Brasil, buscando se há ou não essa correspondência. É um estudo atraente que parte de outras leituras e referenciais para realizar uma reflexão parecida com a das modernidades múltiplas, de Shamus Eisenstadt.

O artigo intitulado **Os Impactos Causados pela Inovação Tecnológica nos Escritórios de Contabilidade do Rio Grande do Sul: Uma Análise de Cluster**, de Adir Zwirter (Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos) e Tiago Wickstrom Alves (Mestre em Economia Rural e Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul), proporciona uma discussão sobre os impactos das tecnologias da informação (T.I.) na contabilidade, mais especificamente nos escritórios de contabilidade do Rio Grande do Sul. Este artigo é instigante por demonstrar os prós e contras que o uso da T.I. proporciona para uma determinada área do mercado, sendo rico em gráficos e tabelas. Para a sociologia, o artigo é bastante interessante, visto que demonstra a relação de trabalho dos profissionais com a tecnologia, principalmente a Internet, bem como faz uso de uma metodologia quantitativa, lançando mão de dados oriundos de *survey*.

O artigo da mestranda em Educação pela UFSCar, Cláudia Priscila Pires, **As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do Chile e a deflagração do movimento estudantil em 2011**, aborda as reformas neoliberais na estrutura, organização e no financiamento da educação superior chilena e seus impactos provocados no âmbito das desigualdades sociais, fato que motivou a deflagração de uma série de contestações do movimento estudantil chileno. O ponto de partida da pesquisa reside na análise do Decreto Lei nº 3.541 de 1980, institucionalizado no governo militar de Augusto Pinochet com a finalidade de atribuir ao Presidente da República a autoridade de reestruturar as universidades chilenas por meio de normas estatutárias e de regulamentação da estrutura orgânica. A partir de então, uma série de outros decretos são instituídos e em 1981 ocorre a abolição da gratuidade no ensino superior. A argumentação central da autora é a de que as novas modalidades de financiamento estudantil a partir das reformas neoliberais foram concebidas com base em um modelo fortemente

meritocrático e competitivo, premiando aos estudantes com melhores condições socioeconômicas os auxílios estudantis mais generosos e onerando os estudantes mais desfavorecidos socioeconomicamente com mensalidades caras e juros abusivos

O trabalho **Três teorias sociológicas para a compreensão da discriminação contra minorias sociais na interação cotidiana**, de Fernando Diehl (Licenciado em Ciências Sociais e Mestrando em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realiza um levantamento conceitual sobre as três correntes indicadas em seu título. A análise se debruça sobre um objeto familiar de estudo das correntes, procurando apreender a riqueza e heterogeneidade do cotidiano social dos atores. O procedimento almejado pelo autor é claro: o resgate e apontamento de diversos conceitos se realizam através das possíveis ligações entre as correntes sociológicas referenciadas e o cotidiano. Não por menos, a reflexão empregada resulta numa exploração sobre as potencialidades e contribuições das correntes ao estudo sociológico do cotidiano.

O artigo ***Social Construction of Technology* como metodologia complementar à análise de políticas públicas**, de Vinícius Ferreira Baptista (Doutorando e Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro), tem sua importância por conta de algumas de suas características. A primeira é que se trata de um texto didático, recomendado para ser um primeiro texto de contato com o assunto de Políticas Públicas. A segunda é que o texto possui boa amarração conceitual das definições de sociedade, tecnologia, políticas públicas. Por último, traz contribuições interessantes ao permitir tomar não literalmente as políticas públicas como uma tecnologia que é construída socialmente. A noção de que muitas atividades são uma construção social é bem consolidada nas ciências sociais, mas a proposição do autor de uma metodologia que torne essa noção mais sistemática acrescenta muito ao campo.

Pela primeira vez algum artigo relacionado à área das Artes aparece aqui na revista, o que enriquece e muito nossa armaria de assuntos. Trata-se do trabalho **O simbolismo religioso nas bonecas africanas – uma releitura do espetacular sobre a Vênus Hotentote**, de Milena Ferreira Mariz Beltrão (Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - ao narrar o processo de construção subjetiva de uma boneca cênica relativa à pessoa/personagem Saartjie Baartman/Vênus Hotentote após um estudo histórico e literário. É extremamente interessante por sua capacidade de articular, de maneira satisfatória, diversas áreas

(teoria pós-colonial, gênero, estudos raciais, psicanálise) em um corpo coerente, o que suscita interessantes questões teóricas e metodológicas para a própria sociologia, que acaba promovendo essa desconstrução/reconstrução para realizar a sua operação de análise do que convencionamos como o real.

O artigo **Sobre a sociologia do trabalho e (e alguns dos) seus informantes: breves anotações teórico-metodológicas**, de Bruno Casalotti (Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul), traz uma reflexão interessante ao unir as dimensões da sociologia do trabalho com os processos de subjetivação, articulação que nem sempre é feita em estudos dessa área. Como se essa contribuição já não bastasse por si, o autor ainda faz uma cuidadosa revisão das ideias de autores clássicos e mais contemporâneos que pode ser muito útil a iniciantes no assunto, além de se mostrar muito estimulante para autores que utilizam esses mesmos autores através de outros ângulos.

O artigo **Análise do uso das contribuições de Gramsci na reforma do ensino médio no RS à luz do caderno 12 do cárcere**, de Josiane Machado Alexandre (Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul), traz uma contribuição inestimável para o estudo do campo das políticas públicas ao permitir ir mais além de uma concepção puramente assistencialista. A autora analisa documentalmente a adoção das ideias de Antônio Gramsci na reforma do Ensino Médio no Rio Grande do Sul, sobretudo no ensino politécnico.

Por termos recebidos alguns artigos concisos e de as sessões artigo de opinião e resenha contarem igualmente com poucas páginas, esta edição, em relação às edições anteriores, apresentaria número reduzido de laudas. Assim, aceitamos excepcionalmente um oitavo artigo para compor a edição e torná-la mais rica. Dessa maneira, trazemos também o artigo **O processo de trabalho do serviço social no sistema penitenciário**, da Assistente Social (IPA) Tamires dos Santos Viegas. Nele, a autora faz uma análise de sua experiência como assistente social em um presídio, trazendo um panorama completo desde as áreas de atuação e o estudo contextual do local de atuação até as políticas aplicadas. trata-se de uma boa introdução à área de um profissional desse campo que é, por vezes, confundido com as ciências sociais.

A resenha **Currículo: do conhecimento eleito à construção sociocultural**, escrita por Natiane Cristina Costa Nascimento (Mestranda em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica/Minas Gerais) e a professora Maria Aparecida da Silva, apresenta com muitos detalhes os capítulos e os argumentos do

livro *Atos de Currículo e Autonomia Pedagógica: o socioconstrucionismo curricular em perspectiva*, de Roberto Sidnei Alves Macedo. As autoras acabam mergulhando profundamente na área da educação através do currículo, concebido não como um monumento – acabado, não-humano e homogeneizante – mas sim como uma atividade social, de modo que se pode pensar atos de currículo para além da transmissão curricular. A partir desse núcleo, percorrem a obra de Macedo e a escrutina. Achemos que essa obra seria relevante para além do ensino de sociologia, porque pensa o princípio da causalidade do social inserido dentro da atividade educativa. Mas também porque pode ser um bom começo de reflexão para o bacharel que vira professor universitário e que pode acabar reproduzindo o currículo transmissivo sem o saber e acabar por isso perdendo a atenção e o entusiasmo de seus alunos.

No artigo de opinião **Existe relação entre ética e biossegurança ocupacional?**, de Lissandra Souto Cavalli (Doutora em Oceanografia Biológica pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande), Fernando Sérgio Castilhos Karam (Doutor em Patologia pela Universidade Federal de Pelotas), Kelly Cristina Tagliari de Brito (Pós-Doutora pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental) e Benito Guimarães de Brito (Pós-doutor pela Universidade Estadual de Londrina), vamos observar o percurso teórico-empírico dos autores, que alertam para os riscos que cientistas experimentais, que trabalham em laboratórios, assumem ao não seguir as normativas de seu ambiente de trabalho. Eles argumentam que se trata de uma questão ética, e não meramente de legislação ou de treinamento. Acreditamos que, apesar do caminho ser diferente, o que se executou neste artigo foi exatamente uma reflexão sociológica ao perceber que as normas também precisam ser compostas de uma dimensão de concordância com os sujeitos que a elas são submetidas. Daí o apelo à ética, que pode ajudar a construir a empatia que enlaça esses sujeitos e faz a regra valer para além de uma imposição institucional.

II

Gostaríamos de deixar alguns agradecimentos para pessoas que tornaram essa edição possível. Novamente, agradecemos à primeira equipe da revista, que teve a iniciativa de montá-la e nos propiciar esse espaço de exercício de uma das facetas da carreira de pesquisador, que é a da divulgação. É essencial também

agradecemos à letrista e mestranda em Letras Yana Martinez, a revisora do periódico, que se juntou a nós neste número. Ela tornou possível que os trabalhos aqui expostos atingissem um patamar alto em outros aspectos para além do técnico. Também agradecemos à editora Gabriela Ramão, que foi ao III Seminário de Integração Sociológica em Pelotas nesse ano (2015) para apresentar a revista aos alunos e professores dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Pelotas.

Não sabemos o que nos espera no próximo número. Não sabemos ao certo se continuaremos com temáticas amplas que continuem ajudando a nos definir ou se partiremos para temáticas mais específicas. Estamos em um momento de mudança de equipe editorial - com saídas, chegadas e permanências - e o futuro desse momento é incerto. O que queremos deixar marcado neste editorial é justamente um momento de controvérsias, de “ciência inacabada”, como diria Latour, pelo qual passa a revista e que acreditamos que a torne muito mais consistente e legue uma existência não apenas formal ou meramente divulgativa ao periódico. Interessa-nos trazer um propósito para a revista, e essa busca é sempre conflitante. Por tal motivo, gostaríamos muito de agradecer pela grande experiência que foi estar à frente de um periódico que nos deu tanto prazer em trabalhar e em dar o nosso melhor.

Encerramos o editorial desejando que este volume se mostre mais do que uma fonte de dados que podem ser reutilizados em outras pesquisas. Tal como descrevemos no segundo número, nossa intenção é a de trazer outras epistemologias para o campo sociológico, ao mesmo tempo em que promovemos o diálogo com profissionais de outras áreas para trocas com nosso campo. A possibilidade dessas trocas é o que vem animando nossa dedicação até o presente momento.

Os Editores

Ricardo Cortez Lopes, Gabriela Ramão de Freitas, Luciana Sieber, Pedro Dionizio de
Mello, Rodrigo Dilélio Campos
Lis Yana de Lima Martinez (revisora)

ARTIGOS

Sobre a sociologia do trabalho e (alguns dos) seus informantes: breves anotações teórico-metodológicas

Bruno Casalotti¹

Resumo

Atualmente, quando falamos em fazer uma pesquisa sociológica que tenha como recorte o tema da direção das empresas, muitos classificam esse tipo de produção como sociologia empresarial, sociologia das organizações, sociologia da gestão, ou ainda sociologia dos recursos humanos. A classificação em compartimentos temáticos é algo que faz parte de uma dinâmica própria da ciência. E isso pode acontecer tanto por razões metodológicas quanto por razões de natureza política. Longe de questionar essas razões, esse artigo pretende argumentar que algumas reflexões que, em princípio, estariam legadas a essas subdivisões, estão também umbilicalmente ligadas às discussões que permeiam a sociologia do trabalho em sua forma original. A sociologia do trabalho não é, pois, proveniente somente das narrativas e das experiências vivenciadas diretamente pelos trabalhadores. Ela deve abarcar também discussões mais amplas sobre as questões éticas, morais e ideológicas que permeiam o sistema produtivo e que, mais tarde, irão se traduzir em disciplinamento da força de trabalho e relações de poder e dominação no mundo corporativo. Para expor essas questões, tomaremos emprestada a noção foucaultiana de “sistema de pensamento” para expor possíveis correlações entre discurso e ação no que concerne aos processos de trabalho. Afinal, esse “sistema de pensamento” tem também correlação com os processos de subjetivação que se manifestam em todos os atores do mundo do trabalho – dirigentes ou dirigidos.

Palavras chave: sociologia do trabalho; metodologia qualitativa; pesquisa sociológica.

1. Prelúdio

O tema da direção das empresas capitalistas não é novo. De certa forma, alguns economistas do período avançado da primeira Revolução Industrial podem ser tidos como os pioneiros na teorização da organização e direção dos processos de trabalho no interior do modo de produção capitalista. Nesse sentido, Braverman (1981) elege autores como Andrew Ure e Charles Babbage como os primeiros peritos em gerência e direção empresarial. Não à toa, Ure e Babbage são os tributários de diversas informações valiosas que foram exaustivamente exploradas por Marx (2006) em *O Capital*, especialmente no capítulo XIII, *A maquinaria e a indústria moderna*, onde o pensador alemão se debruça sobre a fábrica e os processos de trabalho, não os tomando apenas como coisa de caráter técnico, mas também como fator de ordenamento social. Essa linha de raciocínio não é fortuita e, tampouco, deve ser vista

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

como uma espécie de determinismo tecnológico e empresarial: os dilemas de organização e direção do processo produtivo são poderosas lentes que desvelam a produção e a reprodução da vida cotidiana e, assim, relações sociais e projeções de mundo que são essencialmente humanas. Para a sociologia, portanto, as formas organizacionais das empresas e os problemas de direção que delas decorrem não podem nunca ser um dado *a priori*. Igualmente, são produzidas a partir de concepções humanas e também surgem de relações sociais e em resposta às necessidades práticas da vida coletiva e dos seus respectivos processos de trabalho.

O mesmo poderia ser dito a respeito dos auspícios da ação social dos sujeitos ativos do empreendimento capitalista, fazendo com que eles tenham determinados padrões de pensar e de encarar a vida adequados ao exercício da direção empresarial. Aqui entrariam autores como Benjamin Franklin e William Petty que, a despeito de serem de um período anterior ao capitalismo das indústrias de larga escala, forneceram dados valiosos não só para Marx, mas especialmente para Max Weber. Em *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, Weber (2004) discorre sobre a formação do moderno empresário capitalista a partir da figura do protestante ascético, o religioso que remeteu todas as esferas da sua vida, da sexualidade, da afetividade e dos desejos à ideia de ser “instrumento de Deus” no plano mundano. Deriva do postulado weberiano a percepção de como a noção de “vocação profissional”, peremptória para o ascetismo protestante, serve como chave para a compreensão do surgimento de uma racionalidade favorável ao exercício da direção empresarial, na medida em que tomou a atividade lucrativa do empresário como meio dele se certificar de seu estado de graça. Assim, para a sociologia, é igualmente importante a observação de como o *ethos* de determinados elementos culturais servem de estímulo para condutas de vida e suas correspondentes formas de justificação.

O que nos parece fundamental observar, todavia, é o papel que Franklin, Petty, e depois Ure e Babbage cumprem para a elaboração tanto de Marx quanto de Weber. Não se tratam aqui de meras referências teóricas, ou de anteparos metodológicos: mais do que isso, esses autores são *informantes* que fornecem para ambos dados privilegiados de absoluta relevância. A literatura engendrada como aporte à direção empresarial cumpre, desde sempre, portanto, um papel muito significativo para o saber sociológico. São demonstrativos do “sistema de pensamento” de uma época, refletem (e ordenam) as práticas de determinados grupos sociais, e, por isso, são partes constitutivas de fenômenos de poder e de dominação. Nesse sentido, Collins

(2009) chega a afirmar que Marx e Weber poderiam ser alocados numa mesma tradição sociológica, qual seja, aquela que ele chama de “tradição do conflito”. Através dessa tradição se erguem torres de observação de onde podemos apreender “a dinâmica da ideologia, e, da legitimidade, as condições de mobilização dos grupos de autointeresse e a economia da cultura” (idem, p.13). Sucede que, até aqui, “as ideias são armas e sua posse é determinada pela distribuição dos recursos sociais e econômicos” (ibidem).

Há, evidentemente, uma distinção muito preponderante entre Marx e Weber no tangente à discussão sobre o papel que compete às ideias na constituição da realidade social e das relações entre os seres humanos. Não nos cabe aqui fazer esse debate em profundidade, apesar de reconhecê-lo como importante para que não se perca de vista as diferenças entre um e outro. Mas o que se poderia tirar como lição de ambos é que o sociólogo não pode jamais reduzir as relações sociais à própria representação que os sujeitos fazem delas². Do contrário, como bem observa Bourdieu (*et al.*, 1999) o saber sociológico pouco diferiria do senso-comum e daquilo que ele chama de “sociologia espontânea”, sendo, ao fim e ao cabo apenas uma modalidade de senso-comum erudito. Assim, compreender sociologicamente o conjunto de ideias de um determinado grupo social e de uma determinada época, pressupõe, antes de mais nada encarar com distanciamento e estranhamento as representações que os indivíduos fazem de si próprios, sob o risco de incorrer em qualquer tipo de artificialismo prático.

Aqui está o fio condutor da teoria de Durkheim (1999) que, ao discorrer sobre o seu conceito de *consciência coletiva*, acaba por se tornar igualmente importante para o avanço de nossa compreensão: para observar as representações que os indivíduos fazem de si mesmos e, portanto, o conjunto das normas que se difundem no substrato da coletividade social, devemos tomá-lo também como fato social. Se pudermos aproximar, em alguma medida, a noção ilustrativa de “sistema de pensamento” aos estudos durkheimianos, compreendendo-o não só como algo concernente ao domínio

² Assim Marx, por exemplo, opunha-se a Max Stirner em *A ideologia alemã*: “Sancho não deseja que dois indivíduos estejam em ‘contradição’ entre si, como burguês e proletário [...], mas gostaria de vê-los estabelecer uma relação pessoal de indivíduo a indivíduo. Não considera que, no quadro da divisão do trabalho, as relações pessoais se tornem, necessária e inevitavelmente, relações de classes e se cristalizem como tais; assim, todo o seu palavrorio reduz-se a um desejo piedoso que ele pensa concretizar exortando os indivíduos dessas classes a expulsar de seu espírito a ideia de suas ‘contradições’ e de seu ‘privilégio’ particular [...] Para destruir a ‘contradição’ e o particular’, bastaria modificar a ‘opinião’ e a ‘vontade’” (*apud* Bourdieu, et.al., 1999, p.29).

exclusivo das subjetividades – ou seja, que ela não se resume a uma espécie de domínio psíquico³ específico de cada indivíduo – mas, igualmente, como elemento correlacionado às dimensões de uma “alma coletiva”, então poderemos dizer que é ele também um fato social. É, portanto, matéria de assunto da sociologia: é produzido pelas relações sociais, possui razões para surgir e para se conservar que lhe são muito caras, e, mais importante, se coaduna diretamente às formas históricas dos imperativos que operam sobre a sociedade. Isso nos importa, pois o uso que Marx e Weber fazem de seus *informantes* aos quais nos referimos não seria efetivo se eles os reduzissem apenas a agitadores e publicistas de pré-noções e pré-conceitos. Pelo contrário, as palavras de Franklin, Petty, Ure e Babbage são a verbalização explícita dos fenômenos sob os quais ambos os pensadores alemães se debruçaram.

Toda essa discussão é de extrema importância pois, na tradição sociológica, noções como ética, ideologia e moral estão sempre presentes desde os clássicos, e fazem parte daquilo que temos chamado de “sistema de pensamento”. Assim, faz-se necessário uma breve discussão em torno desses conceitos, especialmente aquele que aqui nos interessa: o “sistema de pensamento”. A partir dos elementos levantados pelos clássicos da sociologia, compreendemos esse sistema como uma forma de consciência social (e sua correspondente discursividade) que, por sua vez, ganha um papel especial nas modernas sociedades capitalistas. Esse, certamente, não é o único tipo de consciência relevante para compreender as relações sociais, mas entendemos que ele é importante para os estudos referentes ao trabalho. Isso porque ele se associa a um tipo de racionalidade⁴ presente no âmbito da economia e da divisão social do trabalho. Ressalte-se que, a partir dessa perspectiva, o “sistema de

³ Esse é o sentido da crítica que Durkheim (1999, p.363) dirige a Spencer, quando diz que: “Os fatos sociais não são o simples prolongamento dos fatos psíquicos: os segundos, sim, é que, em grande parte, não são mais que o prolongamento dos primeiros no interior das consciências. Essa proposição é importantíssima, pois o ponto de vista contrário expõe a cada instante o sociólogo a tomar a causa pelo efeito e vice-versa”.

⁴ Em relação ao capitalismo ocidental moderno, Weber definirá que este faz parte de um tipo muito particular de racionalismo, ao qual Souza (2006, p.9) indica como sendo um “racionalismo da dominação do mundo”, qual seja, um racionalismo instrumentalizado que leva aos indivíduos a perceberem o mundo em que vivem como “coisificado”. Uma vez coisificado, o mundo torna-se objeto através do qual os indivíduos constroem meios para atingir fins como o poder e o enriquecimento. O “racionalismo prático” do trabalho (entendido aqui como um tipo de conduta que reporta conscientemente o mundo aos interesses intramundanos do *eu individual*) não pode ser explicado satisfatoriamente somente a partir da noção iluminista de “livre arbítrio”, amplamente difundida no contexto concorrencial do mercado. Há ainda que se investigar como esse tipo de conduta foi fertilizado. Segundo Weber (2004, p.68), o livre arbítrio não é, por si só, o solo no qual se engendrou a relação do ser humano com sua “vocação profissional” (voltada para a atuação no mercado) entendida como missão, exatamente como dela precisa o capitalismo.

pensamento” não é um conjunto de ideias arquitetadas meticulosamente por um pequeno e seleto grupo de dominadores que buscam se apoderar do mundo. É, assim, algo que só se revela a partir da existência de um tecido social amplo e articulado, sujeito às transformações históricas e à elaboração de consensos que operam sob o cunho de processos de legitimação e de justificação.

Num primeiro momento, o termo “sistema de pensamento” pode parecer limitante para o nosso argumento. Isso porque a ética, a ideologia e a moral não estão restritas à dimensão do pensar: estão também inseridas na dimensão da ação e, principalmente, na da interpretação. Nesse caso, tomamos o conceito de pensamento não somente como a atividade cognitiva propriamente dita, mas sim como um sistema mais geral de discursos. No entendimento de Foucault (1969), os discursos são conjuntos de enunciados que se apoiam numa mesma formação discursiva, ou seja:

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma e única mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência. (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 135)

De forma que o discurso não se constitui como simples junção sequencial de palavras, mas sim um conjunto de regras subjacentes e históricas, determinadas espacialmente e temporalmente. Todavia, posto que compreendemos que o discurso não é apenas enunciação, mas também legitimação, a *sociologia da crítica* tal qual proposta por Boltanski (1999) também nos é útil. A perspectiva da sociologia da crítica nos parece complementar ao argumento foucaultiano, uma vez que problematiza o papel que cumprem os mecanismos de justificação na correlação de forças entre a sua probabilidade de se manter como consenso, e sua capacidade de ser resistente às críticas antissistêmicas. A exemplo do que já salientamos aqui, Boltanski e Chiapello (2009) também tomam como *informantes*, os autores que se dirigem para o exercício da direção empresarial, e através dele procuram discorrer sobre como a atividade gerencial voltada para a acumulação de capital reinventa sua própria autoimagem e o seu sentido ideológico a partir da cooptação de léxicos discursivos

que antes lhes eram dirigidos sob forma de crítica. Isso, em grande medida, é um elemento que garante às transformações ideológicas que ocorrem paralelamente à reestruturação produtiva dos fenômenos econômicos a possibilidade de se estabilizarem, fornecendo-lhes coesão e sustentação.

Por essas razões, trabalhar com a observação do mundo do trabalho faz com que inevitavelmente tenhamos que percorrer toda essa discussão que é tão cara à sociologia. Ao pesquisador cabe saber se posicionar nesse debate, fazendo com que sua pesquisa não seja meramente descritiva, mas sim algo que caminha por quadros teóricos mais gerais. A compreensão sociológica da direção empresarial permite que não se perceba vulgarmente o seu “sistema de pensamento” como um palavrório voltado somente para ocultar interesses materiais incessantemente desmentidos pelas práticas, mas sim o sentido do complexo de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações (de cooperação e de conflito), em noções de ser e de dever ser e, portanto, ancoradas na realidade. A profusão de ideias e valores concernentes aos auspícios da direção empresarial no conjunto da sociedade civil, isto é, a legitimação do produtivismo não apenas no mundo propriamente do trabalho, mas também nas outras esferas da vida social, revela dinâmicas de poder e de dominação através da corrosão das delimitações inscritas no espaço da produção capitalista⁵ e no espaço da circulação e da vida social.

Essas lições são importantes pra a abordagem teórico-metodológica que o pesquisador utiliza para dar forma ao conhecimento sobre a realidade que observa. Ao versarmos sobre o “sistema de pensamento” dos atores sociais que participam dos fenômenos do mundo do trabalho, as abordagens qualitativas são importantes ferramentas, na medida em que elas permitam indagar e proporcionar questionamentos acerca de seus limites e possibilidades. As pesquisas qualitativas são, em geral, aquelas que privilegiam a observação de micro-processos, sendo caracterizadas pela heterodoxia no momento da análise. Nesse tipo de abordagem, é ressaltado o exercício da intuição e da imaginação pelo sociólogo, “num tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise,

⁵ É o que faz Gramsci (2002) no §17 do caderno 13 do cárcere, escrito entre 1932 e 1934, ao criticar as concepções que acabam por fazer uma dissociação entre estrutura e superestrutura. Ao se olhar só para a estrutura, tem-se excesso de “economicismo” (no qual superestimam-se as causas mecânicas); ao se olhar só para a superestrutura tem-se excesso de “ideologismo” (no qual superestimam-se os atributos voluntaristas das ideias). Não atentar-se para isso pode levar ao erro, muitas vezes cometido, de não se considerar a unidade orgânica dos movimentos de transformação nos modelos de acumulação capitalista e os paradigmas de organização do sistema produtivo a que correspondem.

mas também — o que é muito importante — para a liberdade do intelectual” (MARTINS, 2004, p.289). Assim, entendemos que as metodologias qualitativas oferecem ao pesquisador um leque amplo de táticas que lhe permitem captar, sob diferentes ângulos, o impacto que processos macro-sociais causam nos processos de subjetivação, de forma a dar mais clareza e evidência ao sentido processual dos fenômenos sociais.

Selecionar boas fontes emuladoras dos discursos e dos micro-processos sociais torna-se um desafio à parte, ainda mais no tempo em que vivemos, tido por muitos como “era da informação” ou “era do conhecimento”. O avanço nas tecnologias de informação e comunicação faz com que uma pesquisa que tenha como abordagem a análise de discurso deva ser precedida por um bom recorte da área temática da pesquisa. No caso da sociologia do trabalho, esse recorte deve, antes de tudo, ser precedido por uma contextualização histórica e conjuntural do objeto a ser analisado. Esse é o lugar que fica reservado pra aquilo que os pesquisadores do ramo chamam de paradigmas ou modelos orgânicos do sistema produtivo. A seguir, apresentaremos uma breve retrospectiva desses paradigmas, observando como alguns teóricos eminentes da área interpretaram as questões decorrentes desse debate. Igualmente, iremos observar como se muniram dos dados a partir de seus informantes, tecendo importantes considerações sobre os fenômenos que observavam. Em tempo: não trata-se aqui de iniciar qualquer tipo de nova discussão. Os elementos que aqui estão dispostos não representam qualquer novidade para o conhecimento sociológico. Trata-se apenas de fazer um desenho mais claro de possíveis indicativos teórico-metodológicos para aquilo que julgamos ser uma boa pesquisa sobre o mundo do trabalho.

2. A questão colocada a partir do taylorismo e do fordismo

A análise do pensador italiano Antonio Gramsci sobre os modelos taylorista e fordista, consagrada no seu texto *Americanismo e Fordismo* de 1934 (Gramsci, 2007), é enfática: o espaço intramuros da linha de produção revela os instrumentos sistêmicos de coerção social e os valores generalizados pela sociedade civil. “A hegemonia vem da fábrica”, dirá, pois, Gramsci. Dessa forma, a lógica fabril torna-se elemento nodal da sociedade, amarrando suas instituições e integrando diferentes esferas de poder e dominação – mesmo aquelas que não estão circunscritas no

espaço fabril – à lógica do capital. Nesses marcos, o desenvolvimento do imperativo de racionalização do trabalho caracteriza-se como um dos maiores fenômenos sociais do século XX. Inicialmente apresentada como um conjunto de inovações técnicas formuladas por Frederick W. Taylor, e, depois, aprimoradas e aplicadas por Henry Ford em seu complexo industrial nos EUA, o taylorismo/fordismo tornou-se paradigma de organização da sociedade moderna podendo ser abordado em duas instâncias distintas: no controle da linha de produção e no âmbito das dimensões macroeconômica e social, como bem salienta Holzmänn (2011a).

As crises políticas e econômicas que o capitalismo enfrentava na passagem do século XIX para o século XX, bem como o impacto político mundial da Revolução Russa de 1917, demandaram do capital uma resposta no nível da mudança dos padrões de acumulação e de organização da força-de-trabalho, mas também no que tange ao avanço da racionalidade técnica e produtivista em forma de hegemonia sobre os diferentes âmbitos da vida social. Em termos macroeconômicos, a reestruturação produtiva desse período é subjacente à passagem do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista, ou para aquilo que Gramsci (2007) caracteriza como a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática. O taylorismo e, depois o fordismo foram repostas dadas pelo capitalismo norte-americano para alavancar essa passagem. Apesar de suas diferenças, ambos fazem parte de um mesmo escopo de racionalização do trabalho, e por isso nos remetemos aqui ao fenômeno apenas como *paradigma taylorista/fordista*. De acordo com Harvey (1989), a produção e o consumo de massa, condicionados pelo taylorismo/fordismo, deram origem a um novo sistema de reprodução da força de trabalho, novas políticas de controle da produção e direção empresarial, e uma nova mentalidade. Em suma, uma nova sociedade, padronizada e racionalizada onde os novos métodos de trabalho tornam-se indissociáveis de um tipo específico de encarar a vida.

Do paradigma taylorista/fordista emerge um “sistema de pensamento” fundado em princípios racionais de ordenamento do mundo do trabalho (a “gerência científica”), cujos axiomas de organização científica do sistema produtivo tiveram papel ativo no campo empresarial como vetores estruturantes do exercício da direção no espaço organizacional das empresas. Uma análise premente sobre o tema é a de Braverman (1981) que observa que a emergência dessa gerência tinha como objetivo controlar o processo de trabalho através do *controle das decisões* que são tomadas no decorrer

das etapas da produção, incorrendo em uma separação entre execução e concepção: a primeira ficaria sob responsabilidade dos trabalhadores, e a segunda seria função da gerência. Deriva disso que a “gerência científica” expropria os trabalhadores de seu acervo tradicional de conhecimento sobre o processo produtivo. Implica-se aqui em uma desumanização do processo de trabalho (através de sua simplificação pormenorizada), na qual os trabalhadores ficam reduzidos quase ao nível de trabalho em sua forma animal. Não à toa, Taylor é o *informante* de Braverman, o qual o considera como verbalizador explícito do modo de produção capitalista, na medida em que ele não mede palavras para defender a total adesão do trabalhador a uma nova forma de assimilar a dominação da autoridade fabril.

Acreditava-se que essa “gerência científica” prometia muito às sociedades em seu conjunto, posto que pretendia promover a riqueza material e a harmonia social ao mesmo tempo. Conforme observa Bendix (1966) a crença geral era a de que a cientificação do trabalho colaboraria com a criação de uma maior cooperação entre dirigentes e dirigidos, uma vez que apartaria as relações trabalhistas do personalismo e do juízo arbitrário – sem prescindir das hierarquias – livrando a direção empresarial de métodos tidos como antiquados e autoritários. Desse modo, o taylorismo/fordismo tinha como objetivo “eliminar” o exercício da autoridade personalista no interior das empresas, fazendo com que tanto empresários quanto trabalhadores se submetessem por igual às regras, à disciplina e à especialização das funções. Estas regras, por sua vez, não seriam arbitrárias, posto que determinadas de um lado por princípios imparciais (e não pela vontade própria de quem exerce a autoridade) e, de outro, por referências a um tipo de ideal com tinturas cívicas, que enfatiza a solidariedade institucional, a socialização da produção em massa, e a colaboração entre as grandes empresas e o Estado⁶ com o objetivo de se voltar ao bem comum.

Nesse contexto, a noção de que os dirigentes possuíam uma superioridade em relação aos seus subordinados era indiscutível (Bendix, *idem*, 1966). Entretanto, essa superioridade deixou de ser apenas um motivo de celebração para se tornar também matéria de discussão entre o empresariado. Segue-se a isso que, no decorrer da

⁶ Em princípio o corporativismo que caracteriza o taylorismo/fordismo foi pensado a partir dos velhos valores econômicos liberais de livre-mercado e não-intervenção. Mas, o contexto do pós-guerra viu o taylorismo/fordismo se aliar firmemente ao keynesianismo e ao Estado de bem-estar social, o que, como observa Harvey (1989) não se deu de forma totalmente pacífica. Outrossim, dependeu de uma série de compromissos entre os principais atores do poder político e do empresariado, com o objetivo de se estabelecer um consenso sobre as bases do novo padrão de acumulação de capital. O que se segue a isso é a chamada *Golden Age* (Era de Ouro) da história do desenvolvimento capitalista.

história do taylorismo/fordismo, os problemas de uma direção empresarial eficiente foram objeto de uma atenção cada vez maior. Desse processo, deriva um “sistema de pensamento” de novo tipo, que busca articular novos valores e virtudes. Em uma interessante comparação entre a literatura empresarial do século XIX e a da década de 1920 a partir de uma perspectiva weberiana histórico-comparada, Bendix (ibidem, 1966) observa que qualidades como laboriosidade, ordem, cálculo, prudência, pontualidade e perseverança (qualidades individuais, que dizem respeito à execução das tarefas de um indivíduo isolado) passam a dar lugar a qualidades de um dirigente em cooperação com seus subordinados, tais quais honestidade, honradez, “disposição para aprender com seus subordinados” e “ansioso por vê-los se desenvolver”, sendo por isso digno de sua posição hierárquica na estrutura organizacional.

Num sentido similar, Boltanski e Chiapello (2009) chegam a sugerir que há um segundo “espírito” do capitalismo nesse período histórico, cujos auspícios recaem menos sobre a figura do empresário individual (desbravador, pioneiro) e mais sobre o conjunto da organização. Essa caracterização tem como figura heroica o próprio diretor (dirigente empresarial) que, diferentemente do empresário-empREENDEDOR de *A ética protestante e o “espírito do capitalismo”*, que tem por princípio a busca pela riqueza pessoal, é orientado pela vontade de aumentar ilimitadamente o tamanho da empresa que dirige. A consequência desse “espírito” é, além da produção em massa padronizada e a organização racional do trabalho, a ampliação dos mercados através do uso intensivo da propaganda e do marketing de larga escala. Decorre disso que o corolário do dirigente empresarial do paradigma taylorista/fordista é o consumo de massa: a sua marca principal é a eficiência na missão de atingir esse objetivo que, por sua vez, é o elemento que unifica o regime de acumulação capitalista do período ao *ethos* do modo de regulamentação social e política a ele associado.

3. Pós-fordismo e os arautos do fim das hierarquias

O período que abrange meados da década de 1960 até 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do taylorismo/fordismo garantir por longo prazo a estabilidade do sistema produtivo em escala mundial. Segundo Harvey (1989), esse período é marcado por um choque entre a rigidez dos investimentos de capital fixo (no âmbito da produção em massa) e uma demanda emergente por flexibilidade no

planejamento das plantas produtivas. Isso, somado ao esgotamento do acordo de *Bretton Woods* e à crise do petróleo de 1973, impôs à agenda da economia global o reordenamento do sistema produtivo, colocando em movimento uma série de processos que solaparam as principais bases do compromisso taylorista/fordista. Desse contexto, surge um novo padrão de acumulação de capital e um novo paradigma de organização do mundo do trabalho. Entra em cena aquele que é conhecido como sistema flexível, influenciado, dentre outros, pelas ideias do engenheiro japonês Taiichi Ohno, e que se convencionou chamar de toyotismo. Assim, o toyotismo é um modelo orgânico da reestruturação produtiva da economia global, sendo um dos pontos de partida de um “sistema de pensamento” que fundamenta a gestão das empresas em tempos atuais. Ohno, para todos os efeitos, é o *informante* deste complexo.

Em termos produtivos, o sistema flexível promove a substituição da fabricação de grandes lotes massificados de produtos idênticos por lotes menores de produtos diferenciados, com sua demanda particular muitas vezes definida mais pela encomenda do que pelo escoamento de grandes volumes de mercadorias em bloco, buscando atender à diversificação de um mercado em rápido processo de transformação. Como parte dessa nova estratégia, o capital articula uma malha de redes de empresas fornecedoras e subcontratadas que entregam os componentes que produzem às montadoras, de acordo com o ritmo da produção destas. A produção, por sua vez, é programada segundo a demanda do mercado consumidor, dispensando a necessidade de grandes espaços para a estocagem de peças e de componentes. No interior das fábricas, um sistema de comunicação visual informa o andamento da produção e a requisição de partes e componentes a serem montados⁷.

Do sistema flexível, sobressai um tipo de direção empresarial que se volta atentamente para as constantes inovações organizacionais e para a rápida adaptação das empresas frente ao dinamismo veloz e “autofágico” dos mercados. Para elucidar suas ideias, Ohno (1997) faz uma analogia desse novo tipo de dirigente com um jogador de xadrez, que sabe articular os movimentos no tabuleiro de forma a aumentar

⁷ Como aponta Holzmann (2012, p.29): “Em relação ao processo de trabalho, a norma de um trabalhador/um posto de trabalho dá lugar ao trabalho em equipe, sendo o grupo responsável pela operação e supervisão de um conjunto de máquinas, o que requer trabalhadores com múltiplas habilidades, polivalentes. [...] No toyotismo, a complexa e hiperdimensionada estrutura hierárquica do fordismo cede lugar a uma estrutura mais enxuta, com número menor de níveis, o que facilita a circulação de informações no interior da empresa.”

a eficiência das empresas. Em função disso, Coriat (1994) interpreta que a flexibilização demanda uma gestão empresarial que “administra com os olhos”, observando com muita precisão quais são as competências de seus subordinados, objetivando ter a perspicácia de saber com exatidão qual é o caminho das posições que eles devem percorrer no espaço organizacional das empresas – daí a analogia da firma com um tabuleiro de xadrez. Ao contrário do paradigma taylorista/fordista, o que está em jogo nessa ideologia empresarial não é uma moralidade de desenvolvimento da sociedade como um todo, nem uma orientação geral voltada para a harmonia social, mas sim a elaboração de rápidas estratégias de sobrevivência diante das constantes transformações do mundo dos negócios⁸. Como bem observado por Boltanski e Chiapello (2009, p.85), na dificuldade de se remeter ao bem comum para respaldar as novas metodologias organizacionais, é recorrente observar que a transmissão dos modos operatórios nos manuais de gestão das empresas “é exaltada por um estilo lírico e até heroico”, ou então “apoiada por referências numerosas e heteróclitas a fontes nobres e antigas, tais como o budismo, a Bíblia, Platão ou a filosofia moral contemporânea (Habermas, em especial)”.

De qualquer modo, o pano de fundo apologético dos sistemas flexíveis, vai ao sentido de afirmar que a flexibilização da produção permite aos envolvidos no processo formas de trabalho mais “criativas”, nas quais as novas tecnologias utilizadas permitem um sentido mais participativo e menos alienado. Há, por consequência, um pretense achatamento das estruturas hierárquicas dentro das empresas: a hierarquia passa a ser uma forma de coordenação que deve ser abolida, por basear-se na dominação (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009). Entretanto, conforme alertado por Boltanski e Chiapello (idem, 2009, p.98), “a rejeição à hierarquia, nos anos 90 [...], é mais impressionante porque os leitores dos autores [da literatura empresarial] em questão são essencialmente constituídos por executivos de grandes grupos e de multinacionais, que, apesar de todos os esforços, dificilmente prescindirão de hierarquias”⁹. Diante dessas contradições, resolver o problema espinhoso da

⁸ Os participantes do jogo concorrencial deixarão de ser - conforme advogam - algumas centenas de milhões de pessoas e logo passarão a ser vários bilhões (Thurow, 1997). Com essa imagem em vista, os ideólogos do empresariado transformaram a concorrência implacável em ponto central de sua argumentação, principalmente porque a desaceleração da acumulação capitalista no pós-1973 e o aumento do desemprego em muitos países norte-ocidentais reforçam a convicção de que a luta econômica se tornou mais difícil e impiedosa.

⁹ O mito do trabalhador autogerido e do achatamento das hierarquias nas empresas se concatena diretamente com o receituário da ideologia neoliberal, na medida em que anuncia apologeticamente o fim na luta de classes. Com o advento da queda do muro de Berlim e do fim da URSS, alguns teóricos – encabeçados especialmente

direção empresarial torna-se questão importante. Na medida em que surge a imagem mítica de uma empresa com trabalhadores autogeridos, surge a necessidade de se repaginar a autoridade. É então que entram em cena os “líderes” e suas “visões”. Com efeito, é comum observar na literatura empresarial a transmutação do termo “diretor” para “liderança” (“liderança estratégica”, “liderança participativa”, dentre outras variantes). A principal virtude desse tipo de direção é saber mobilizar os seus subordinados através do estímulo com “a pujança e o entusiasmo de sua visão, dando aos outros a ideia de que estão fazendo algo importante e que podem se orgulhar de seu trabalho” (MOSS KANTER, 1989, p.31).

Convencer os subordinados de que estão “fazendo algo importante” nos diz muito sobre os processos de subjetivação que acompanham a metodologia utilizada pela direção empresarial do sistema flexível. Uma vez que as peças do tabuleiro são constantemente movimentadas, é preciso uma estratégia contínua de mobilização do “entusiasmo” dos subordinados; é preciso um sentido compartilhado nas metas que são colocadas pela direção, de maneira que se garanta a adesão de todos. Uma vez que esse “sistema de pensamento” de novo tipo coloca uma tônica especial na polivalência e na autonomia, a tática do novo dirigente empresarial é a “produção enxuta” (*lean production*) que, em oposição à padronização da produção em massa típica do paradigma taylorista/fordista, insiste no desenvolvimento e na comercialização de bens incessantemente renovados e, numa escala menor (mas não menos importante), em serviços personalizados de acordo com os anseios do cliente individual. O dirigente empresarial dos tempos atuais é, antes de tudo, um indivíduo que sabe se aproximar de desejos: tanto dos desejos de seus subordinados (para fazer com que estes se engajem no processo) quanto dos desejos de sua clientela (o que inspira uma produção em pequenas séries de uma variedade cada vez maior de bens, continuamente renovados).

4. Conclusão

No debate da sociologia do trabalho, as considerações sobre os paradigmas de organização do trabalho estão intimamente relacionadas com um questionamento dos

por Francis Fukuyama – retomaram a chamada tese do “Fim da História”. Essa teoria sustenta, como o próprio nome sugere, o fim dos processos históricos marcados pela transformação das estruturas macro-sociais, uma vez que os antagonismos e as contradições de classe teriam supostamente se encerrado.

limites, da persistência ou das rupturas com o taylorismo/fordismo. Embora o toyotismo, tal qual exposto por Taiichi Ohno, contenha projeções de extrema importância, cujo alcance certamente é comparável a muitas das ideias de Taylor e de Ford, há um debate muito rico sobre como denominar o paradigma pós-fordista: acumulação flexível, sistema flexível, produção enxuta, dentre outras possibilidades. Dado o alcance deste artigo, não se trata aqui de retomar este debate. O que nos interessa levar em conta, entretanto, é que ambos os paradigmas são fenômenos de um mesmo movimento do capitalismo de reordenar os fluxos de investimento em capital variável e da circulação de capital. A análise de Harvey (1989, p.150) sobre o sistema flexível caminha nesse mesmo sentido, o que faz o autor concluir – contra os prenúncios de que a economia estaria se fragmentando e se tornando desorganizada – que o mais importante de observar na atual situação é o modo “como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado *através* da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo”. Dessa maneira, compreendemos que apreender as bases das grandes mudanças no “sistema de pensamento” dos dirigentes empresariais nas últimas décadas passa por compreender não só o que se pode extrair dos manuais de gestão e da normatividade técnica que percorre a literatura especializada, mas também todo o contexto político, social e econômico em que estão inseridos.

Em nossa opinião, isso se faz necessário por uma razão muito simples: ao adentrar nessa temática, tomando como foco de análise a gestão empresarial e as inovações organizacionais, o pesquisador deve passar por uma discussão sobre os possíveis grupos da sociedade com os quais podemos correlacionar esses fenômenos. Esse debate é muito caro à sociologia, e versa desde sempre sobre as múltiplas dimensões do conjunto de ideias e valores de um campo ou de uma classe social. Não à toa, aqueles que temos chamado de *informantes* da ideologia empresarial trazem respostas sobre temas como auto-realização no trabalho, sucesso nos negócios e, ainda que sub-repticiamente, ascensão social. A teorização sobre as posições de poder e dominação no mundo do trabalho possuem como *célula mater* o debate sobre estratificação social, e, por isso, essa é uma questão pela qual uma boa pesquisa sociológica sobre o mundo do trabalho deve perpassar. Ressaltamos, no entanto, que as análises sobre estratificação social precisam, em nossa opinião, ser coerentes com a observação empírica, e isso se faz necessário para que não se caia

naquilo que Bourdieu (*et.al.*, 1999, p.14) chama de “tentação sempre renascente de transformar os preceitos do método em receitas de cozinha científica ou em engenhocas de laboratório”, o que só podemos evitar através de uma intensa *vigilância epistemológica*. *Empiria* e *episteme*, nesse caso, são indissociáveis.

A “vigilância epistemológica” bourdieusiana leva-nos a questionar até que ponto o que temos chamado de “sistema de pensamento” pode representar apenas uma parte superficial deste problema, posto que se localiza apenas no seu plano discursivo. Na medida em que discorremos sobre a discursividade dos fenômenos sociais, por vezes damos demasiada atenção à consciência nos termos das representações que fazemos do mundo e das coisas. O que a sociologia contemporânea nos diz, especialmente depois de Bourdieu, é que o mundo social não opera somente em termos de consciência. Dessa forma, objetamos que os imperativos sistêmicos que pesam sobre os atores não bastam, por si só, para explicar o seu empenho e a sua coesão. O imperativo deve ser assimilado e naturalizado, e esse foi o papel que a sociologia de Bourdieu (1989; 2007), atribui às noção de *habitus*, *doxa* e às disposições duráveis. Por essa perspectiva, se o capitalismo sobrevive e prossegue ampliando os seus limites, é porque pode amparar-se no *habitus* e nas representações (capazes de guiar a ação dos sujeitos) interiorizadas e compartilhadas.

Entretanto, em nossa opinião, essas objeções não são suficientes para “matar” a importância de conceitos como ética, moral e ideologia para a sociologia. As representações não dão conta de todo o processo fenomênico, mas elas estão lá e seguem tendo sua lógica. Se elas são apenas parte da superfície, ao menos poder-se-ia dizer que elas são um importante primeiro passo para a análise de um fenômeno social. Segundo Boltanski e Chiapello (2009, p.41), tais representações se expressam em argumentos que são aceitos “como pacíficos por um número bastante grande de pessoas, de tal modo que seja possível conter ou superar o desespero ou o niilismo que a ordem capitalista também não para de inspirar”, ressalte-se, não só pelos oprimidos, mas também, às vezes, aos que têm a incumbência de manter a ordem hegemônica e transmitir seus valores. Daí decorre o que os autores chamam de “o novo espírito do capitalismo”: o novo conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Para Boltanski e Chiapello (*idem*, 2009, p.41) essas crenças e justificações habilitam a sociologia a versar sobre conceitos como *moral hegemônica* ou *ideologia dominante*, contanto que se renuncie

a ver nesses termos apenas um subterfúgio dos dominadores para garantir a submissão dos dominados. Assim, reconhece-se que a maioria dos atores do processo – tanto os fortes como os fracos – amparam-se nas mesmas bases para apreender o funcionamento do sistema, bem como as suas vantagens e as servidões da ordem na qual estão inseridos.

Analisar o fenômeno da gestão empresarial sob essa perspectiva, portanto, fornece o indicativo de abrir uma página que sucede a identificação do “sistema de pensamento” que perpassa por seus diferentes modos operatórios, qual seja, a das disposições subjetivas e sistemas de ação dos indivíduos que elas legitimam. Abrir essa página deve ser parte das ambições de um pesquisador, e esse é o nosso indicativo. Por ora, entretanto, limitamo-nos a observar que, face às desigualdades na distribuição de recursos (materiais e imateriais), os apologistas do empresariado se veem obrigados a recorrer a discursos que tornem justas as diferenças entre os campos e as distâncias entre as classes sociais e, igualmente, as posições de poder e de dominação no mundo do trabalho. Tais discursos se expressam na gestão empresarial dos tempos atuais, na medida em que procuram demonstrar que o enriquecimento está sempre associado à vontade do próprio indivíduo concretizada em seu mérito pessoal e suas realizações bem-sucedidas. A propaganda empresarial entende *a priori* que todos têm as mesmas oportunidades, e partem sempre de um mesmo ponto. Segundo essa assertiva, quem desponta na corrida do mercado é porque teve uma virtuosa “visão estratégica” e capacidade de liderar. No outro lado da moeda, quem ficou para trás é porque se acomodou, se conformou com pouco e não optou por superar sua própria situação. Isso se evidencia pelo abuso de expressões como “lideranças” na literatura de gestão empresarial. Nesse cenário, a noção de meritocracia opera como um axioma que se articula com a individualização das competências, o que, conforme Boltanski e Chiapello (2009, p.279) “tende a fazer de cada indivíduo o único responsável por seus bons e maus resultados”.

Na atual conjuntura, a legitimidade é baseada na liberdade e igualdade dos indivíduos e o poder não se manifesta abertamente como outrora. A respeito disso, Souza (2009) faz uma interessante observação: antigamente, pertencer a determinada família e classe social dava a garantia, aceita como tal, de que os privilégios eram “justos” porque fatalmente espelhavam a superioridade dos bem-nascidos. Atualmente, as posições de poder continuam a ser transmitidas em grande parte por herança familiar e de classe, mas sua aceitação depende de que os mesmos

tenham a aparência de produto do “talento” especial e do “mérito” dos indivíduos privilegiados. Existiria, na atual conjuntura, uma “igualdade de oportunidades” para todos. Se pudermos usar essa linha de raciocínio para fazer reflexões acerca do mundo do trabalho, então podemos sugerir que as premissas da autoridade dos líderes empresariais que resultam disso não seriam “desigualdades fortuitas”, como no passado, com a predominância do status de sangue e da herança familiar, mas sim “desigualdades justas” derivadas do esforço e desempenho diferencial dos próprios indivíduos. No contexto da reestruturação produtiva, novos princípios orientados para o sucesso acompanham o estabelecimento da discursividade que aponta para um novo sistema de valores no qual as pessoas poderão apoiar-se para fazer julgamentos morais, exaltar o sucesso, condenar (e, muitas vezes, criminalizar) a pobreza, justificar as posições de poder, e legitimar as desigualdades. Uma vez concretizados, esses valores tornam-se axiomas do receituário empresarial o que, em nosso ver, torna o tema um interessante campo de exploração pela sociologia do trabalho (e não só por áreas temáticas como a sociologia das organizações, a sociologia da gestão ou a sociologia dos recursos humanos).

Epistemologicamente, entretanto, o pesquisador não deve apreender tais axiomas partindo do pressuposto de que eles fazem parte de uma espécie de “falsa consciência” que é desmascarada através do acesso a uma verdade absoluta. Nesse caso, a mensagem subjacente seria a de que compreender o “sistema de pensamento” é algo que só seria possível através de leituras estritamente científicas ou por parte de pretensos “sábios” que estão acima do bem e do mal. Discordamos dessa forma de encarar a relação entre o “sistema de pensamento” dos sujeitos, discurso e realidade social. Esse sistema não é apenas uma ilusão que se faz de uma determinada situação; ele está, de alguma forma, inscrito nessa situação, e orienta comportamentos e ações não só dos grupos dirigentes, mas, de um modo geral, também daqueles que são dirigidos no processo produtivo. Eis porque captar tais axiomas é algo que faz sim parte do domínio da sociologia do trabalho. Retomando a argumentação inicial deste artigo, a percepção dessa apreensão geral pode ficar prejudicada quando do compartimento e da fragmentação das abordagens teóricas. A análise destes fenômenos, como um todo, torna-se mais completa na medida em que ela puder abarcar não só as vivências e as experiências protagonizadas diariamente pelos trabalhadores, mas também por aqueles que estão acima deles na hierarquia empresarial.

A partir da revisão bibliográfica feita neste texto, entendemos que, para a sociologia do trabalho, interessa observar os contextos de direção que são decorrentes dos modelos organizativos dos processos de trabalho, bem como os discursos que estão presentes nos manuais de gestão empresarial e no dia-a-dia de sua aplicação. A abordagem qualitativa do trabalho torna-se portanto mais completa na medida em que consegue dar conta da descrição densa dos contextos onde presumidamente há relações de poder e de dominação, fazendo leituras comparadas dos processos de subjetivação entre os “de cima” e os “de baixo”. A comparação permite ao pesquisador concatenar uma boa teoria da ação social tanto aos dados fornecidos pelos seus *informantes* quanto à observação empírica em espaços que só são realizáveis no e através do mundo do trabalho. Diante da fragmentação e do compartimento turva-se um pouco a possibilidade de interpretar as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o olhar sociológico. Turva-se, portanto, a preocupação elementar do cientista social: a estreita aproximação dos dados que, em princípio, parecem não ter nenhuma relação entre si. Problematicar o fragmento e a ultra-especificação com mais densidade teórica é algo que ainda está por ser feito. O nosso objetivo aqui, entretanto, é o de apontar alguns primeiros caminhos para isso.

5. Referências

BENDIX, Reinhard. **Trabajo y autoridad en la industria. Las ideologías de la dirección en el curso de la industrialización.** Buenos Aires: Eudeba, 1966.

BERNARDO, Marcia Hespanhol. **Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX.** 3ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BOLTANSKI, Luc.; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, Luc. **The Sociology of Critical Capacity.** In: European Journal of Social Theory, 2 (3), 1999, p. 359-377.

BOURDIEU, P. ; CHAMBOREDON, J.C; PASSERON, J.C. **Ofício de Sociólogo. Metodologia da pesquisa na sociologia.** Petrópolis, Rio de Janeiro, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp, 2007.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa : DIFEL, 1989.
- COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Tradução de Luís Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 2002.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Volume 3**. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Volume 4**. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- HOLZMANN, Lorena. Fordismo. In: CATTANI, A.D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011. Pp.426-432.
- HOLZMANN, Lorena. Toyotismo. In: CATTANI, A.D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011. Pp.314-319.
- HOLZMANN, Lorena. **O trabalho no cinema (e uma socióloga na plateia)**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.
- MOSS KANTER, Rosabeth. **When Giants Learn to Dance: Mastering the Challenges of Strategy, Management, and Careers in the 90s**. New York: Simon & Schuster, 1989.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 30, n. 2, p. 289-300, Aug. 2004
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I. Volume I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala**. São Paulo: Bookman, 1997.
- SOUZA, Jessé. Introdução. In: WEBER, Max. **A gênese do capitalismo moderno – comentado por Jessé Souza**. Ensaios comentados. São Paulo: Ática, 2006.
- SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

THUROW, L. **Les fractures du capitalisme**. Paris: Village Mondial, 1997.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Edição especial revisada por Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Obstáculos às teorias da diferenciação: colonização e modernidade na formação social brasileira

Vinicius Foletto Bevilaqua¹⁰

Resumo

As teorias da diferenciação percorrem um longo caminho na tradição sociológica. De Spencer a Luhmann e Bourdieu, as principais teorizações perpassam o contexto histórico europeu. Fundamentalmente, essas teorias tentaram explicar as estruturas da sociedade moderna através de um viés marcadamente histórico. Frente a essa constatação, importar teorias da diferenciação europeias ao Brasil sugere desafios. O objetivo do artigo é refletir sobre os obstáculos apresentados à teoria da diferenciação quando seu objeto de estudo é o Brasil. Assim, veicula-se a revisão bibliográfica de trabalhos sobre a teoria da diferenciação e sobre a formação social, política e econômica brasileira como metodologia empregada. Como resultados, são identificados dois obstáculos: a) o obstáculo moderno, ou seja, a diferente formação sócio-histórica do Brasil no século XIX em comparação às nações europeias; e b) o obstáculo colonial, ou seja, a relação colônia vs. metrópole estabelecida entre o Brasil e Portugal. Argumentando na conclusão que considerar a premissa histórica é fundamental para a elaboração de qualquer teoria da diferenciação sobre o Brasil.

Palavras-chave: Teoria sociológica; Teoria da diferenciação; Sociologia histórica; História do Brasil; Sociedades modernas.

Introdução

As teorias da diferenciação¹¹ percorrem um longo caminho na tradição sociológica. Spencer, Dilthey, Weber, Simmel, Durkheim, Parsons, Luhmann, Habermas, Bourdieu e Lahire são alguns autores que podem ser citados. As abordagens não são homogêneas, para alguns a divisão social do trabalho se encarrega da tarefa da diferenciação, para outros seria o aumento de complexidade como característica inerente a qualquer sociedade. As teorizações dos autores supracitados, em sua maioria, perpassam o contexto histórico europeu¹². Fundamentalmente, as teorias tentaram explicar as estruturas da sociedade moderna através de um viés marcadamente histórico.

Frente à constatação, importar teorias europeias da diferenciação ao Brasil sugere desafios. O objetivo deste artigo é refletir sobre os obstáculos apresentados à

¹⁰ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor substituto na Universidade Federal de Santa Maria. Contato: vbevilaqua@gmail.com.

¹¹ Definem-se “teorias da diferenciação” as teorias sociológicas que observam o desenvolvimento da sociedade com base em constantes processos de diferenciação, processos que criam diferentes domínios da *atividade* humana.

¹² O “contexto histórico europeu” refere-se ao *espaço geográfico* da Europa contemporânea. O foco não reside nas diferentes designações – por exemplo, Alemanha pré-unificação ou pós-unificação –, e sim na realidade empírica.

teoria da diferenciação quando seu objeto de estudo é o Brasil. Assim, veicula-se a revisão bibliográfica de trabalhos sobre a teoria da diferenciação e sobre a formação social, política e econômica brasileira entre os séculos XVI-XIX. A análise se detém nas obras de Spencer, Dilthey, Durkheim, Luhmann e Bourdieu que se inscrevem no que pode ser denominado como teoria da diferenciação. Dependendo do autor, a inscrição se torna mais explícita ou implícita. Num segundo momento, o resgate de aspectos mais gerais da formação estrutural brasileira é empreendido com o objetivo de contraste a teorizações europeias.

A hipotetização a ser perseguida no restante do artigo é sintetizada em dois obstáculos. O primeiro é designado como o obstáculo moderno, isto é, como a fundação estrutural sócio-histórica do Brasil é radicalmente diferente da europeia no século XIX. O segundo refere-se ao passado colonial brasileiro com a Europa, mais especificamente, a relação Brasil-Portugal.

A seção intitulada “A teoria da diferenciação nos clássicos e contemporâneos” procura desenvolver uma linha argumentativa que posicione os autores estudados sob o mesmo guarda-chuva, qual seja a teoria da diferenciação. Já na seção “Refletindo a diferenciação em solo brasileiro: entre Brasil e Europa”, os argumentos da seção dos clássicos e contemporâneos são resgatados para pensar as diferenças entre os contextos do Brasil e da Europa, mais especificamente Portugal na subseção sobre o obstáculo colonial.

A teoria da diferenciação nos clássicos e contemporâneos

A teoria da diferenciação não apresenta um consenso. Basta um exame rápido para avaliar que os sociólogos (e alguns filósofos) tanto de uma matriz clássica quanto contemporânea convergem e divergem em muitos aspectos. O objetivo da seção é refletir sobre as implicações das diferentes teorizações sobre a diferenciação e como o conceito aparece na obra de autores destacados da tradição sociológica.

Herbert Spencer é o primeiro deles. Sua obra cruza referências filosóficas, biológicas e sociológicas¹³. Sua capacidade de abstração influenciou pensadores, como Durkheim. Spencer recorre a domínios estranhos ao seu meio intelectual para

¹³ Segundo Lallement (2000), Spencer busca inspiração na mecânica e na fisiologia.

observar e analisar a sociedade. A metáfora biológica é inevitável para refletir a forma como Spencer ficou conhecido na sociologia.

Na obra *Do progresso, sua lei e sua causa*, Spencer argumenta sobre a transformação das coisas da e na natureza. O interesse é investigar sobre como as coisas se transformam a partir da análise histórica de diferentes domínios científicos, seja através da física, astronomia, química ou biologia. Ao estudar as transformações nos diferentes domínios, Spencer começa a suspeitar sobre uma orientação geral inscrita na natureza e presente em todos os domínios. O filósofo assoalha que a maioria das transformações apresenta uma característica em comum: em estados iniciais a matéria das coisas é homogênea e, à medida que se transforma, se torna heterogênea. Identifica a ideia de progresso inscrita na natureza das transformações¹⁴. Sinteticamente, Spencer versa sobre o progresso ser a passagem do homogêneo ao heterogêneo¹⁵.

Insatisfeito, Spencer percorre não apenas a descrição, mas também a explicação. Ao descrever o que é o progresso – procurando se afastar da noção de felicidade que os estudos da época se inscreviam –, prossegue buscando entender o porquê das transformações se configurarem da forma observada. Na investigação, produz a lei e a enuncia: “toda força ativa produz mais de uma transformação: toda a causa produz mais de um efeito” (SPENCER, 2002, p. 59). A transformação se realiza como um progresso, pois cada causa produz mais de um efeito¹⁶. Reside exatamente na produção de vários efeitos a passagem do homogêneo ao heterogêneo, uma vez que uma força aplicada numa matéria homogênea com o tempo desencadeia a produção de vários efeitos que transformam a matéria, forçando-a a passar para um estado heterogêneo.

Para exemplificar sua lei, Spencer recorre aos domínios científicos¹⁷. Investigando o conceito e a força explicativa no domínio do social, o filósofo foca a atenção nos diferentes tipos de sociedades existentes. Argumenta sobre as sociedades tribais serem homogêneas, sendo a diferenciação baseada nos sexos, ou

¹⁴ O autor versa, por exemplo, a partir da física e astronomia, sobre o estágio inicial da matéria dos planetas e como com o decurso do tempo se transformaram na riqueza heterogênea, dando existência a rios, lagos, oceanos, montanhas, florestas, desertos.

¹⁵ De olho nos avanços das outras ciências, Spencer descobre a Lei de Baer e desenvolve uma analogia sobre a evolução das sociedades com base naquela (LALLEMENT, 2000).

¹⁶ Exemplificando, pode-se pensar numa mesa de bilhar. Ao utilizar uma força x, com o taco, numa bola de bilhar, esta percorre um trajeto específico na mesa, podendo, ou não, atingir outras bolas existentes, desencadeando uma série de causa-efeito.

¹⁷ Para economia de argumentação, foca-se nas suas explicações sociológicas.

seja, os homens caçam, colhem e preparam suas armas, enquanto as mulheres cuidam da família e dos filhos. Todos os eventos num baixo grau de diferenciação, em alguns momentos os diferentes papéis acabam se confundindo. Aos poucos, na retomada histórica, Spencer delinea os nuances das diferenciações, sejam aqueles que resultam na diferença entre governo e governados – na figura da religião e política fortemente articuladas, como na Alta Idade Média, por exemplo – ou aqueles que permitem indicar a divisão do trabalho. No último caso que Spencer fornece o cenário em que vive. Versa sobre como a diferenciação entre produtores de trigo, fabricantes de pão, comerciantes, aponta para um alto grau de especialização nas sociedades modernas¹⁸.

Fundamental na descrição de Spencer é notar três pontos: a) o primeiro se refere ao seu interesse numa lei geral do progresso, que transversalize as diferentes disciplinas científicas; b) o segundo ponto é como se apropria de um conceito abstrato para pensar o social; c) e, por último, a ênfase na análise comparativa entre diferentes sociais e “estados” de diferenciação.

Na esteira das teorias da diferenciação, deixa-se Spencer, um inglês, para ser resgatado mais a frente, e começa-se a busca do pensamento alemão, mais precisamente com Wilhelm Dilthey. O autor é mais conhecido pela sua contribuição à fundação das “Ciências do Espírito” articulada à Hermenêutica, em contraposição às Ciências Naturais e seu Positivismo. Entretanto, o foco presente será na sua forma de conceber a diferenciação.

Ao conceber a sociedade e as formas como o homem se organiza, Dilthey refere-se aos “sistemas culturais”¹⁹. Os sistemas são fundados na ação recíproca, seja direta ou indireta, dos indivíduos na sociedade, refletindo parte da natureza humana²⁰. “Parte”, pois a natureza humana é demasiada rica para gerar apenas um sistema. Caso gerasse apenas um sistema, todos os homens seriam iguais para o autor, porque o sistema reflete a natureza humana. Se a natureza humana é

¹⁸ Semelhante ao que Durkheim versa sobre a divisão do trabalho.

¹⁹ “Esse sistema baseia-se inicialmente na ação recíproca dos indivíduos na sociedade, na medida em que essa ação, com base em um elemento da natureza humana comum aos indivíduos, tem por consequência uma interpenetração das atividades na qual esse elemento da natureza humana é satisfeito. Por meio daí distingue-se um tal sistema fundamental de toda organização que guarda em si apenas um sistema de meios para as necessidades da sociedade” (DILTHEY, 2010, p. 65).

²⁰ Impossível não lembrar de Max Weber quando pensa a ação social como orientada pela expectativa de outras ações sociais. Para Dilthey, cada ação de um indivíduo gera um horizonte de ações recíprocas diretas daqueles indivíduos envolvidos.

heterogênea e apresenta diversas facetas, pode-se concluir com segurança, para Dilthey, a existência de vários sistemas culturais.

Semelhante ao que Durkheim versa sobre a permanência da consciência coletiva, pensando a dimensão temporal, Dilthey argumenta que os sistemas culturais persistem, enquanto os indivíduos particulares não²¹. Os sistemas culturais são um produto da natureza humana, transformando-se numa ordem diferente da humana, das ações humanas e superior através de sua articulação entre si, ou seja, dos seus elementos internos. A ordem superior significa que os sistemas adquirem uma duração externa *independente* dos indivíduos, conferindo um caráter de *objetividade maciça* a aqueles. Cada sistema configura sua própria lógica através de uma particularidade inscrita na multiplicidade da natureza humana.

Dentro da lógica da diferenciação, a pluralidade de sistemas se especializa cada vez mais em Dilthey. O ritmo da especialização depende do curso do progresso da cultura. O progresso da cultura se inscreve, por sua vez, na realidade histórico-social efetiva. Os sistemas culturais emergem progressivamente no desenvolvimento histórico. O autor argumenta que os sistemas culturais atingem um alto grau de desenvolvimento “isolado” e internamente mais rico se estiverem inseridos num nível cultural mais elevado.

A ideia de “diferenciação” em Dilthey está associada à noção de “decomposição”, em que agir prático se decompõe em várias formas de ação, cada uma das ações representando particularidades da natureza humana, sendo refletidas na existência de vários sistemas culturais. Existe uma conexão de fins em cada sistema cultural que define sua diferença em relação a outros. Fundamental para o autor é inserir o sistema cultural analisado na sua realidade histórico-social²².

Dilthey, por fim, argumenta que os sistemas culturais são “sistemas fundamentais da sociedade” (2010, p. 77). Alguns sistemas de meios, como a educação, surgem a partir de necessidades da sociedade. Os corpos escolares particulares, as associações, aos poucos se diferenciaram, ligando-se uns aos outros, assim como, para o autor, o sistema educacional progressiva e ainda parcialmente foi incluído na administração pública.

²¹ Exemplos de sistemas culturais, para Dilthey (2010), seriam a religião, a arte e o direito.

²² Para compreender o sistema, por exemplo, da eticidade, é necessário compreender como *historicamente* surge. Dilthey versa que o sistema surge “em um longo desenvolvimento histórico, talhado de maneira em muitos aspectos *autônoma*, cunhado em uma pluralidade de formas: uma realidade efetiva não menos poderosa e verdadeira do que a religião ou o direito” (2010, p. 78).

Na teorização de Dilthey, faz-se mister ressaltar alguns nós centrais: a) a natureza humana e as ações recíprocas dos homens; b) a formação dos sistemas culturais através da unidade das ações recíprocas dos homens, ou seja, quais as particulares da natureza humana podem ser vistas como conjunto, transformando-se em sistemas culturais; e c) a imersão histórico-social dos sistemas culturais, isto é, para concebê-los é necessário considerar o contexto temporal na qual estão inscritos, junto de sua diferenciação.

Da inserção e resgate dos clássicos no tópico da diferenciação, Durkheim fecha com particular contribuição. Diz-se “particular”, pois é em Durkheim que a diferenciação ganha seu tratamento mais socialmente específico a partir do estudo sobre a divisão social do trabalho²³. Não por arbitrariedade do artigo, a reflexão sobre a diferenciação, quando objeto de análise é a contribuição de Durkheim, foca-se na sua obra *A divisão social do trabalho* (1893).

Durkheim (2008), logo no início da sua obra, indica o argumento de que a divisão do trabalho é antiga. Entretanto, é apenas no final do século XVIII que a sociedade percebe como uma *lei*. Adam Smith é o primeiro a teorizá-la, de acordo com o sociólogo francês. Seguidamente, o autor recupera exemplos na área da indústria moderna, indicando sua tendência na extrema divisão do trabalho, ou seja, na separação e especialização de ocupações *ad infinitum* nas fábricas. De forma gritante, o francês versa sobre a agricultura²⁴ cada vez mais não conseguir resistir ao “movimento geral” (DURKHEIM, 2008, p. 2), i.e., ao processo de diferenciação.

O argumento inicial de Durkheim é poderoso para os propósitos dessa explanação, pois é um indicador de como a divisão social do trabalho, para ser refletida sociologicamente, precisa ser pensada através da ótica histórica²⁵. O autor deixa a dica quando versa sobre os economistas observarem na especialização do comércio como “a lei superior das sociedades humanas e a condição do progresso” (DURKHEIM, 2008, p. 2). Entretanto, a divisão do trabalho para Durkheim, como é vastamente conhecido, não é limitada a esfera econômica da sociedade²⁶. O

²³ Dilthey, por suas próprias razões, torna-se aquele que menos contribui empiricamente. Enquanto Spencer atinge voos mais abstratos e transdisciplinares, Durkheim é mais retido e focado na sua tarefa de pensar a sociedade a partir da sociologia.

²⁴ Por mais que seu exemplo seja a agricultura, pode ser concebido em Durkheim que o autor versa sobre o ritmo da sociedade como um todo.

²⁵ Mais para frente, quando o tópico da diferenciação for atacado diretamente, perceber-se-á sua fundação histórica.

²⁶ É com sua consequência moral que o autor tanto se preocupa.

sociólogo argumenta que a influência crescente da divisão do trabalho nas mais diferentes regiões da sociedade pode ser observada. Seja nas funções políticas, judiciárias, educacionais, artísticas, científicas ou administrativas²⁷.

A diferenciação em Durkheim está relacionada com a divisão do trabalho, as necessidades da sociedade e a ideia de complementaridade. Para o francês, a solidariedade acaba sendo um produto dos fatores mencionados. Desenvolve-se uma articulação entre a divisão do trabalho e as necessidades da sociedade. À medida que a sociedade avança, os vínculos sociais tornam-se mais complexos²⁸. A complexidade associa-se a ideia de diferenciação, de maneira semelhante a que Spencer ataca o problema. O francês não expõe uma teoria geral da sociedade ou, para ser mais específico, da diferenciação, aponta, no entanto, para caminhos possíveis quando pensa a noção de “função”. Em esquemas mais abstratos, diferentes domínios da vida social preocupam-se com diferentes funções. Durkheim resgata a noção para lidar detalhadamente com a divisão do trabalho pensando os diferentes tipos de solidariedade e de relações desempenhadas entre sociedade e indivíduo.

A divisão social do trabalho funciona sustentando o tipo de sociedade que o sociólogo francês analisa, isto é, a sociedade moderna. Mais especificamente, a divisão social do trabalho fornece a diferenciação necessária para separar a sociedade moderna daquilo que pertence às sociedades tradicionais ou pré-modernas²⁹. Torna-se uma manifestação de algo que para Durkheim é latente, ou seja, uma exteriorização traduzida da dependência mútua da vida em sociedade. A sociedade moderna torna-se aditiva da diferenciação, pois quanto mais diferenciada for, i.e., empiricamente, quanto mais o trabalho for dividido, mais especializada é a atividade de seus membros.

Sintetizando o pensamento de Durkheim, encontra-se, dentro da temática da diferenciação, três pontos: a) o processo de especialização e, mais propriamente, de diferenciação como um “movimento geral” das sociedades; b) a divisão do trabalho como um mecanismo que sustenta determinados tipos de sociedade, especialmente

²⁷ Como forma de ilustração, o direito se especializa em direito doméstico, contratual, comercial, processual, administrativo.

²⁸ O casamento é um exemplo explorado por Durkheim.

²⁹ Durkheim, sendo direto: “Seu papel [divisão do trabalho], em todos esses casos, não é simplesmente embelezar ou melhorar sociedades existentes, mas tornar possíveis sociedades que, sem elas, não existiriam” (2008, p. 27).

a moderna; c) o resgate histórico de elementos europeus sobre a passagem de sociedades tradicionais a sociedades modernas.

Saltando ao pensamento sociológico contemporâneo, pode-se destacar duas figuras centrais dos ditos “neoclássicos”³⁰: Pierre Bourdieu e Niklas Luhmann. O primeiro produz uma teoria altamente empírica, como o conceito de *habitus* pressupõe. O segundo elabora um arcabouço teórico extremamente vasto e ambicioso. Entretanto, observado o panorama dos autores, foca-se nos conceitos que tocam o tema da diferenciação de alguma forma.

A análise da diferenciação, em Bourdieu, circunscreve-se ao debater o histórico sobre a gênese de campos diferenciados em que diferentes práticas humanas são desenvolvidas. Cada campo representará diferentes conflitos, práticas, posições, capitais valorizados, *habitus* e *nomos*. Para conceber os campos, Bourdieu se inscreve na corrente do pensamento francês sobre a diferenciação, no qual Durkheim é um expoente e influente³¹.

Na fundação da sociologia, se for pensado o caso francês, Durkheim preocupa-se com a materialidade do fato social: o fato social como coisa³². O social é pensado como diferente do psíquico, assumindo um conteúdo próprio³³. A diferença entre o social e o individual gera, em Bourdieu, o que pode ser chamado de *autonomização* dos campos. Pressupor que os campos são autônomos significa que são formados por regras próprias – a própria escolha e designação da palavra – que não podem ser definidas por qualquer coisa externa, isto é, heterônoma.

O que Bourdieu chama de “a evolução das sociedades” nada mais é do que seu constante processo de complexificação onde a constituição dos campos possui um papel fundamental³⁴. A diferenciação progressiva na qual Bourdieu versa, trata-se de conceber que o mundo social se diferencia em *universos* – para utilizar expressão de Bourdieu – que possuem suas próprias leis e que são constituídos através de

³⁰ Para Vandenberghe (2010), podem ser incluídos Jürgen Habermas e Anthony Giddens. Entretanto, por motivos de espaço e relevância sociológica, na análise preocupa-se com Bourdieu e Luhmann, pois podem ser chamados de sociólogos com todas as letras.

³¹ Bourdieu é muito claro na passagem: “a evolução das sociedades tende a fazer com que surjam universos (que chamo de campos) que têm leis próprias, são autônomos” (2011, p. 147).

³² Exemplarmente abordado na sua obra *As regras do método sociológico* (2002).

³³ Pensamento semelhante é o que Vandenberghe (2012) desenvolve em seu livro *Uma história filosófica da sociologia alemã: alienação e reificação*, volume 1.

³⁴ Na seguinte passagem, Bourdieu indica com precisão o que se discute até aqui sobre o mundo social: “na fundamentação da teoria dos campos, temos a constatação (já encontrada em Spencer, em Durkheim, em Weber...) de que o mundo social é lugar de um processo de diferenciação progressiva” (2011, p. 147).

diferenças – realizando um jogo de concepções quando resgatamos Luhmann – cruciais.

Em seu livro *Sobre o Estado* (2014), o objeto de análise do autor é a constituição dos Estados modernos na Europa. Mister é indicar que Bourdieu pensa a transição do Estado absolutista francês para o Estado moderno³⁵. Miceli (2014) argumenta que uma das teses sustentadas por Bourdieu é pensar a constituição progressiva de campos específicos – jurídico, administrativo, intelectual e parlamentar – com suas próprias lutas, mas obedecendo a um metacampo, isto é, o Estado moderno³⁶.

Na sua crítica ao reducionismo econômico, Bourdieu (2011) compreende que os diferentes campos apresentam diferentes interesses. O campo religioso atende a interesses religiosos, o artístico aos artísticos e assim por diante³⁷. Argumentar que todos os campos vinculam, em último caso, interesses econômicos significa reduzir a heterogeneidade de interesses da sociedade a um interesse superior, operando o chamado “reducionismo econômico”. Adotar a análise reducionista implica aceitar a configuração de indiferenciação da sociedade ou, ainda, de hierarquização de campos, compreendendo o campo econômico como o campo superior no processo de diferenciação.

O processo de diferenciação dos campos, em Bourdieu (2011), tem como resultado a constituição de campos com leis fundamentais, diferentes e irredutíveis. O que gera engajamento no campo artístico é diferente do engajamento no campo econômico. Se um funda-se na expectativa da arte *pura*, isto é, arte pela arte, no outro o interesse foca-se nos negócios. Cada um dos critérios são irredutíveis uns aos outros.

A diferenciação em Bourdieu é o pano de fundo da sua análise sobre a constituição dos campos. Podem-se destacar dois pontos: a) o processo de autonomização dos campos; b) sua gênese histórica e a diferenciação progressiva das sociedades; e c) sua diferenciação em interesses irredutíveis.

³⁵ Nas palavras de Miceli (2014, p. 19): “a transição entre o Estado dinástico-absolutista e o nascimento do moderno Estado do bem-estar”.

³⁶ Se for pensado a sociedade a partir da sua forma sociologicamente mais popular e implícita, ou seja, a partir da diferenciação da sociedade em economia, política, religião, cultura, pode-se indexar o ímpeto analítico de Bourdieu sobre o Estado moderno europeu numa esfera mais ampla, isto é, a política.

³⁷ Num primeiro momento, soa redundante argumentar que o campo científico atende a interesses científicos, entretanto o que se pretende tornar claro é a diferenciação de campos.

Por último, Luhmann é o autor para finalizar o resgate sobre o tópico da diferenciação. Fundamental é compreender que o alemão constrói uma teoria ambiciosa e de alto grau de abstração para lidar com a complexidade do mundo. Bebendo das mais diversas fontes, Luhmann (1995) explica que a função dos sistemas sociais é reduzir a complexidade do mundo. À medida que diminuiu complexidade do mundo, adiciona-se a mesma, pois reduzir complexidade é distinguir, da mesma maneira que traçar uma distinção é adicionar complexidade ao mundo.

No processo de confronto com a complexidade que os sistemas sociais se distinguem, i.e., diferenciam-se. Se Bourdieu ataca a questão da diferenciação através do conceito de “campo”, Luhmann a faz por meio do “sistema”³⁸. O alvo de análise é a evolução histórica dos sistemas sociais. O sociólogo alemão pensa o desenvolvimento dos sistemas sociais apelando principalmente à ótica macroestrutural e histórica das sociedades. Não é à toa que o conjunto de conceitos sobre a organização estrutural dos sistemas sociais em Luhmann adquire contornos de sistemas sociais datados. Quando o autor pensa a organização segmentada – isto é, diferentes famílias pertencendo ao mesmo sistema social e delimitando suas fronteiras através dos laços sanguíneos –, refere-se às clãs ou antigas sociedades. Quando tenta refletir sobre o feudalismo europeu, cria conceitos como diferenciação centro/periferia (castelo/feudo) e diferenciação estratificada (nobres/plebeus). Por último, recorre à noção “diferenciação funcional” para conceber a organização estrutural da sociedade moderna.

A forma de organização estrutural define-se a partir do tipo de diferenciação. Na sociedade moderna, Luhmann (2007) concebe que cada subsistema social (ciência, religião, política, educação, arte, economia) diferencia-se para cumprir uma função na sociedade. As fronteiras entre os países dissolvem-se, dando lugar ao estabelecimento de uma sociedade mundial³⁹. O centro da sociedade não mais existe em virtude da diferenciação funcional, radicalmente diferente da diferenciação estratificada, onde a hierarquia topo-baixo organiza os privilégios e desprivilégios. Na

³⁸ Destaca-se que o conceito de “campo” e de “sistema” para o francês e o alemão são utilizados para objetos diferentes. Enquanto Bourdieu emprega o conceito para analisar uma parte do espaço social constituído por agentes ou grupos de agentes e suas diferentes posições ocupadas numa estrutura, Luhmann opera de maneira mais abrangente e abstrata, isto é, considerando tanto uma interação social, organização ou macro-sistema (a ciência, a religião, a economia) como seu objeto de estudo.

³⁹ Por exemplo, o sistema econômico e científico diferenciam-se a nível mundial, apenas os sistemas político e do direito se organizam a partir de delimitações territoriais.

diferenciação da sociedade moderna, cada subsistema é responsável por si (e seu sentido), funcionando como condições para a existência de outros sistemas.

Em Luhmann (2007), evolução pressupõe diferenciação. A evolução dos sistemas sociais funda-se na sua capacidade de lidar com a complexidade a partir da redução da complexidade, possível através da constante diferenciação e construção de complexidade. Diferenciar-se é um paradoxo: reduz-se complexidade somente através de aumento de complexidade. O aspecto temporal dos sistemas sociais é fundamental para compreensão da diferenciação. Refletindo através de nuances históricos, pensar a diferenciação dos sistemas sociais em Luhmann é refletir sobre como a história das sociedades se desdobra.

Operando uma síntese para organizar, a diferenciação em Luhmann se resgata como a) uma noção central da sua abordagem sobre a história e a evolução dos sistemas sociais, b) uma forma de explicar a organização estrutural dos diferentes tipos de sociedade e c) seu conceito de diferenciação é tanto empírico quanto teórico, pois as comunicações – e consequentemente sistemas sociais – se diferenciam ao mesmo passo que a diferenciação, enquanto conceito sociológico, funciona para explicar como os sistemas sociais organizam sua complexidade.

Na próxima seção, o objetivo é refletir sobre algumas características destacadas anteriormente para articular com o caso brasileiro: como pensar os obstáculos à teoria da diferenciação quando se lida com uma corrente teórica construída em outro contexto histórico-social.

Refletindo a diferenciação em solo brasileiro: entre Brasil e Europa

A teoria da diferenciação, notavelmente, depara-se com diferentes obstáculos a sua plena teorização. Do que até agora argumentou-se, importante é ressaltar sua significativa fundamentação contextual na história europeia. Independentemente do autor explorado, a história da Europa enquanto objeto de análise e fundamento para pensar a diferenciação de atividades do homem é evidente.

Os autores Spencer, Dilthey, Durkheim, Bourdieu e Luhmann são os que se inscrevem no quadro referencial destacado. Pensar a diferenciação de atividades dos homens significa refletir sobre o processo histórico desenvolvido pelas sociedades. Alguns, como Spencer e Dilthey, adotam uma perspectiva mais filosófica, biológica, física e sociológica, enquanto outros, como Durkheim, Bourdieu e Luhmann optam por

uma postura sociológica. Entretanto, a unidade que possibilita pensar o conjunto dos autores é inegavelmente histórica.

Se a teoria da diferenciação funda-se na perspectiva processual da história, quais as consequências históricas e empíricas para sua teorização? A pergunta expressada eleva a reflexão a novos patamares. Se a teoria tem seu devido valor quando refletida à luz da realidade empírica, como a teoria da diferenciação lida com a dificuldade de versar sobre diferentes realidades? Mais precisamente, se a teoria da diferenciação tem sua gestação originária na história do desenvolvimento das sociedades europeias, como se tornar um candidato sério para explicar a realidade brasileira?

Semelhante ao movimento cartesiano sobre as fundações de uma nova ciência no século XVI⁴⁰, pensar a teoria da diferenciação para o Brasil, significa revirar suas fundações. Deparando-se com essa lógica, necessário se torna analisar aquilo que a obstrui, qual seja, sua história.

a) O obstáculo colonial

Para pensar o obstáculo colonial, é necessário conceber os diferentes períodos entre Europa e Brasil. A comparação torna-se um método que possibilita diferenciar o que pertence e o que não pertence à Europa e ao Brasil. Não significa necessariamente que o que não pertence à Europa pertença ao Brasil e vice-versa, mas ressaltar que a comparação reforça as semelhanças e as diferenças.

Entre os séculos XV e XVI, a Europa enfrentava severos desafios à manutenção de sua estrutura de classes e estratificação social. No período denominado como “Baixa Idade Média”, o Renascimento e os debates intelectuais, filosóficos, econômicos e políticos ensaiavam transformações estruturais radicais. Maquiavel, e.g., discutia a presença da Igreja nas decisões políticas, i.e., qual papel significativo desempenhava⁴¹. Qualquer questionamento naquela época adicionaria mais motivos para rever o quadro político-religioso dos países. O regime feudal apresentava sinais de enfraquecimento e perturbação, junto das crises religiosas e

⁴⁰ Entretanto, notavelmente mais contida em escopo.

⁴¹ Manent (1990) discute no livro *História intelectual do liberalismo* como o liberalismo, enquanto corrente política-filosófica, disassociou-se de suas raízes religiosas.

sanitárias⁴². Adam Smith, mais tarde, discute sobre a autonomia do mercado com sua famosa ideia da “mão invisível”. Na filosofia, Descartes critica fortemente a filosofia escolástica e tenta separar aquilo que pertence à ciência e filosofia das infestações religiosas⁴³. Não atrás, Bacon se esforça para dar à ciência um conteúdo próprio, procurando fornecer uma autonomia que a torne independente da religião⁴⁴.

Sociologicamente, os séculos destacados são refletidos por Durkheim quando versa sobre a divisão do trabalho. Durkheim teoriza a divisão social do trabalho e toma várias épocas como objeto de exemplificação. Argumenta sobre a divisão sexual do trabalho em sociedades antigas, sobre o feudalismo e o trabalho dos artesãos e acerca do capitalismo e a passagem do trabalho artesão ao industrial. A tendência da especialização transforma o tipo de solidariedade que sustenta as sociedades. As antigas fundam-se na solidariedade mecânica, a moderna na orgânica. Entretanto, o que cabe destacar é o feudalismo. Se Durkheim reflete sobre o trabalho artesão e sua passagem às indústrias nas sociedades modernas e suas conseqüentes divisão e especialização das funções, como o Brasil pode ser concebido na ótica destacada?

No período trabalhado até o momento, a história registrada sobre o Brasil prescreve-o num sistema social do tipo colonização. Anteriormente, o território do brasileiro antes de ser nação era delimitado por organizações europeias interessadas. O Tratado de Tordesilhas sustenta o ponto com precisão e a divisão da América Latina entre Portugal e Espanha fornece subsídios para pensar a questão. Antes da “descoberta”, o Brasil era povoado por tribos indígenas. Dentro dos esquemas dos filosóficos e sociológicos destacados até então, pode-se pensar numa organização do tipo tribal (Spencer, Durkheim) ou segmentada (Luhmann)⁴⁵.

A economia das tribos brasileiras era fundada num sistema de troca, não monetário. Não por coincidência, a prática do escambo desenvolveu-se com sucesso nos períodos iniciais de trocas de experiências e visões de mundo entre os europeus e os indígenas. Entretanto, quando observado o processo de colonização do Brasil, o esquema de observação precisa ser ajustado. A vinda dos navios de escravos e o sistema escravista instalado no Brasil problematiza o caso e o torna diferente. Os

⁴² Johnson (2012) versa sobre o enfraquecimento econômico de Portugal e sua busca por recuperação através das grandes navegações.

⁴³ Na clássica obra *O discurso do método*. Para um acesso à obra junto de uma adequada introdução à Descartes, ler a coleção *Os Pensadores*.

⁴⁴ Para mais, ver a coleção *Os Pensadores* sobre Bacon (1995).

⁴⁵ Infelizmente, os registros pré-descobrimento do Brasil são escassos se comparados aos pós-descobrimento.

modelos de organização estrutural propostos por Luhmann não satisfazem a questão. O caso histórico destacado não possibilita pensar o Brasil em termos de uma organização estratificada nem segmentada. O Brasil não tinha uma organização social estável o suficiente para torná-la estratificada que nem a europeia, pois o constante conflito entre indígenas – tupi, na costa, e jê, mais ao interior – e os portugueses tornava a dominação insustentável⁴⁶. Não era um sistema de estratificação à la Luhmann, pois a doação das capitanias não envolvia, necessariamente, o critério da relação familiar com a Coroa portuguesa, mas tinham seus donatários definidos a partir do critério de habilidade econômica, ou seja, em geral eram comerciantes ou militares com relativo prestígio em seus campos de atuação (como no Oriente)⁴⁷. Da mesma forma, o Brasil não era constituído apenas de tribos para ser caracterizado como uma organização estrutural do tipo segmentada.

O processo de conflito entre indígenas e portugueses foi uma substituição de um sistema social por outro, não sendo realizado de forma endógena como a diferenciação europeia, ou seja, não veio de dentro – como a transformação do *Anciën Regime* em Estado moderno –, mas relacional e interno-externo, isto é, entre Brasil e Portugal. Na arena religiosa, segundo Johnson (2012), o problema da catequização era um desafio a ser enfrentado pelos portugueses, pois os jesuítas tinham dificuldades em transformar indígenas em camponeses quase-europeus que vivessem em aldeias colonizadas e praticassem a religião de uma sociedade agrária.

b) O obstáculo moderno

A teorização da diferenciação social tem como pano de fundo a história da formação das sociedades europeias. Quando se pensa a formação social brasileira, diferenças significativas são observadas. O movimento da diferenciação nas análises sociológicas europeias surge como algo natural, intrínseco ao desenvolvimento de qualquer sociedade. Basta resgatar como exemplo a forma como Spencer encara o processo. Expõe casos referentes a diferentes ciências, como física, biologia e

⁴⁶ No máximo, o contexto brasileiro marcava-se pelo conflito entre diferentes sistemas: segmentado (tribos indígenas brasileiras) e estratificado (portugueses). No raciocínio acerca do conflito, Johnson (2012) trabalha a questão do entre indígenas e portugueses de forma bem descritiva. Argumenta que as estratégias de aliança e guerra dos portugueses oscilava. De acordo com as circunstâncias, os portugueses formavam alianças com tribos que eram inimigas de seus alvos para, após a conquista dos primeiros alvos, tornar-se contra seus aliados e surpreendê-los.

⁴⁷ De acordo com Johnson (2012).

sociologia. Dentro da concepção do natural, quando versa sobre tribos, Alta Idade Média e a divisão social do trabalho do seu tempo, encara-as como transformações naturais das sociedades, nada mais congruente para sua própria lei enunciada, qual seja a ideia do progresso inscrita na transformação das coisas.

Durkheim inscreve-se no pensamento ao refletir sobre a divisão do trabalho e seus efeitos nas sociedades modernas. Num contexto histórico de diferenciação turbulenta, com dois grandes eventos ocupando espaço na transformação histórica – Revolução Industrial e Revolução Francesa – não é de se assustar as preocupações de Durkheim com a divisão do trabalho. Da mesma forma, a esfera da política na França ganha uma relativa autonomia ao transformar o *Ancien Régime* em república, desassociado a monarquia das decisões políticas⁴⁸. Ambos partilham do processo de diferenciação que inaugura a sociedade moderna.

Quando versa sobre os sistemas culturais, Dilthey afirma que sua formação se desenvolve de acordo com a realidade efetiva histórico-social. À medida que a cultura se desenvolve e “eleva”⁴⁹, os próprios sistemas culturais tornam-se mais especializados e ricos. A “elevação” da cultura tem como pano de fundo as discussões antropológicas do século XIX quando a diferença entre culturas radicalmente opostas torna-se objeto de atenção e análise⁵⁰ dentro da corrente do evolucionismo⁵¹.

O caso brasileiro apresenta contornos diferentes. Nos séculos XVIII e XIX, pode-se observar aquilo que Fernandes (2009) chama de “padrões de dominação externa”. Tanto quanto Bourdieu pensa o fechamento dos campos, especialmente o político (BOURDIEU, 2011, p. 141), Luhmann (NAFARRATE, 2004; TOSINI, 2006) segue a mesma linha de raciocínio e argumenta sobre o fechamento operacional da política e sua diferenciação entre situação/oposição e governo/governados. Fernandes (2009) versa sobre as diferentes formas que o Brasil se manteve a mercê

⁴⁸ Vandenberghe (2012) quando reflete sobre a reificação na tradição da sociologia alemã, resgata a questão da Revolução Francesa ser um período marcante no processo de autonomização das esferas sociais na França. Por outro lado, Rousseau e suas reflexões filosófico-políticas elevam o debate político a um novo nível que reforce a diferença entre monarquia e povo. Para mais, ver Nascimento (2000) e Manent (1990).

⁴⁹ A escolha do termo “elevar” não é arbitrária, pois reflete a decisão de Dilthey em encarar a diferença entre culturas a partir daquela base.

⁵⁰ A corrente do evolucionismo foi muito influente na Europa do século XIX em virtude das contribuições de Spencer, principalmente suas contribuições produziram fortes ecos na antropologia. Para mais, ver Castro (2005).

⁵¹ O ponto não é indicar que Dilthey se inscreva naquela corrente, pois a resposta oposta praticamente é a correta. Entretanto, a questão é elucidar que o que o autor versa sobre “elevação de cultura” encontra ressonância no debate paralelo sobre o evolucionismo na antropologia do século XIX.

das expectativas econômicas dos países externos, especialmente no século XVIII e início do XIX com a Inglaterra e a Holanda interferindo no lucro da Coroa portuguesa. O fechamento político no caso brasileiro é duvidoso, uma vez que a relação operada entre economia (com Holanda, Inglaterra, Portugal e, claro, Brasil) e política (Portugal-Brasil) apresenta dificuldades inerentes de autonomia operacional, colocando em interrogação as contribuições sociológicas europeias de Bourdieu e Luhmann⁵².

Em outras áreas, como a científica, o Brasil no século XIX engatinhava se comparado com a Europa. No projeto de Nação do Brasil, no seu período de independência, isto é, século XIX, a relação entre política e ciência era interessante e reveladora das transformações estruturais que estavam por vir. Segundo Priore e Venancio (2010), Dom Pedro II estava interessado em reconstruir a história do Brasil e enviou vários pesquisadores a regiões distintas do Brasil para recuperar arquivos que pudessem contar a história de cada região. Reunindo os registros seria possível tecer uma história do Brasil enquanto Nação ao destacar suas singularidades.

Notas conclusivas

O debate foi desenvolvido a partir de dois pontos. O primeiro significou um resgate da teorização Spencer, Dilthey, Durkheim, Bourdieu e Luhmann que contribuíram e se encaixaram numa espécie de teoria da diferenciação. . As contribuições destacadas ressoavam tanto debates filosóficos e naturalistas, como em Spencer, quanto estruturais e empíricos, como Luhmann, Bourdieu e Durkheim. O segundo analisou a formação sócio-histórica brasileira, comparando-a ao contexto europeu, tanto no século XVI quanto XIX.

Conclui-se argumentando que a premissa histórica é fundamental à elaboração de qualquer teoria da diferenciação sobre o Brasil. Quaisquer dos autores resgatados apresentaram suas considerações sobre a diferenciação a partir do ângulo histórico. Especialmente, Dilthey pode ser destacado como um dos autores mais teóricos.

⁵² Atualmente, a contribuição dos autores soa mais plausível, entretanto, muitas questões precisam ser resolvidas de forma satisfatória. Por exemplo, explicar os casos recentes (e históricos) de corrupção em solo brasileiro como a operação entre política e economia, um interferindo no outro, assim como a própria autonomia e fechamento operacional daquelas, tanto no modelo luhmanniano quanto bourdieusiano, não resolve a questão, pois pressupõe que se encontram fechados. Um dos caminhos possíveis é percorrer a questão historicamente, isto é, através da análise do fechamento dos campos político e econômico no Brasil, junto de suas peculiaridades.

Compreensível, pois o autor, na sua obra principal, preocupa-se principalmente em elaborar direções para uma Ciência do Espírito.

Como resultado ao objetivo geral da análise, dois obstáculos à teorização da diferenciação no Brasil foram refletidos. O primeiro refere-se ao obstáculo colonial, o segundo ao obstáculo moderno. O obstáculo colonial significou pensar a veia histórica da diferenciação quando comparado os séculos XV e XVI na Europa e no Brasil, principalmente através da ótica dos autores abordados e suas considerações sobre a Europa. Para pensar o Brasil, resgataram-se historiadores. Com referência aos obstáculos, pode-se afirmar que uma das conclusões gerais indicam que outros obstáculos podem ser explorados, mas, por enquanto, problematizaram-se dois específicos.

A temática da teoria da diferenciação está longe de ser esgotado e, muito pelo contrário, encontra-se em estágios iniciais de sistematização e resgate da sua importância à teoria social e teoria sociológica. Fundamental é destacar que a reflexão de uma teorização europeia numa outra realidade – o Brasil – fortalece estudos mais abrangentes sobre o processo de diferenciação nas sociedades modernas. Mais precisamente, pensar a história do Brasil sugere visitar a teoria da diferenciação e refleti-la à luz de uma realidade empírica radicalmente diferente da europeia. Se a Europa testemunhou processos de feudalização e modernização, o Brasil enfrentou problemas de colonização e escravização da sua história.

Por fim, a emancipação sociológica no Brasil é fundamental para a constante superação de problemas localmente inscritos. Refletir sobre a produção sociológica no continente é, em parte, pensar sobre a própria história e se conhecer enquanto povo e unidade coletiva.

Referências

BACON, Francis. **Coleção Os Pensadores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2011.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CASTRO, Celso. **Evolucionismo Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DESCARTES, René. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

DILTHEY, Wilhelm. **Introdução às ciências humanas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

JOHNSON, Harold. A colonização Portuguesa do Brasil, 1500-1580. In: BETHELL, Leslie. (Org.) **História da América Latina: América Latina Colonial (vol. 1)**. São Paulo: EDUSP, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas Vol. 1**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LUHMANN, Niklas. **La sociedad de la sociedad**. Barcelona: Herder, 2007.

_____. **Social Systems**. California: Stanford Press, 1995.

MANENT, Pierre. **História intelectual do liberalismo: dez lições**. Rio de Janeiro, Imago Ed., 1990.

MICELI, Sergio. Prefácio: Materialismo histórico. In: BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NAFARRATE, Javier. El medio denominado poder. In: **Luhmann: la política como sistema**. Mexico: Fondo de cultura econômica, 2004.

NASCIMENTO, Milton. Rousseau: da servidão à liberdade. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

PRIORE, Mary.; VENANCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

SPENCER, Herbert. **Do progresso, sua lei e sua causa**. Lisboa: Editora Inquérito, digitalizado por eBooksBrasil. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/progresso.pdf>>. Acesso em: 09 julho 2015.

TOSINI, Domenic. Re-conceptualizing Law and Politics: Contributions from Systems Theory. **Contemporary Sociology**, v. 35, nº 2, 2006. Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Domenico_Tosini/publication/240724704_Re-conceptualizing_Law_and_Politics_Contributions_from_Systems_Theory/links/547eca400cf2de80e7cc6364.pdf> Acesso em: 21 dez. 2010.

VANDENBERGHE, Frederic. **Uma história filosófica da sociologia alemã: alienação e reificação, vol. 1**. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. **Teoria social realista: Um diálogo franco-britânico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Os Impactos Causados pela Inovação Tecnológica nos Escritórios de Contabilidade do Rio Grande do Sul: Uma Análise de *Cluster*

Adir Zwirtes⁵³, Tiago Wickstrom Alves⁵⁴

Resumo

A disseminação do uso de computadores e do desenvolvimento de *softwares* ocasionaram modificações intensas nos procedimentos dos escritórios contábeis a partir da década de 1990. Sendo que o impacto dessas inovações do ponto de vista dos profissionais da área contábil não tem sido devidamente analisado. Assim, este estudo tem como objetivo geral avaliar os impactos causados pela inovação tecnológica nos escritórios de contabilidade do Rio Grande do Sul, a partir de 1990. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é exploratória e os dados foram coletados a partir do envio de um questionário estruturado, *survey*, utilizando-se uma escala de zero a dez. A amostra não probabilística foi composta por quatrocentos e oito respondentes e as análises feitas a partir destes questionários deu-se através da análise de *cluster*. Entre os resultados, destacam-se a percepção dos profissionais contábeis respondentes da pesquisa de que a inovação tecnológica permitiu maior agilidade na prestação dos serviços, melhorar a qualidade da informação e com informações mais úteis para os gestores. Sendo que o elemento que mais impactou os escritórios foi o advento da *internet*. Contudo, as inovações trouxeram mais complexidade na realização das tarefas dos escritórios e a necessidade de captação dos funcionários.

Palavras – chave

Impactos tecnológicos. Escritórios de contabilidade. Tecnologia da informação.

Introdução

Em menos de duas décadas, a sociedade vivenciou várias inovações tecnológicas. As empresas que necessitavam de uma ampla gama de empregados para realizarem serviços administrativos, passaram a contar com sistemas integrados de gestão que lhes permitem, praticamente em tempo real, ter o controle das atividades principais da empresa, controle esse feito com um número menor de funcionários. Na área de contabilidade este fenômeno também ocorreu, proporcionando alterações nos processos internos dos escritórios. É certo afirmar que em algumas atividades, os seres humanos foram substituídos por máquinas e sistemas informatizados. Essas mudanças, entretanto, são responsáveis pelo aumento da produtividade do trabalho e pelo deslocamento de pessoas para

⁵³ Mestre em Ciências Contábeis – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – adir.voy@terra.com.br

⁵⁴ Doutor em Economia – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – wickstrom.alves@gmail.com

atividades mais dinâmicas, que requerem o uso da criatividade e do poder de tomada de decisões, sem a preocupação com tarefas repetitivas do dia-a-dia.

Na atualidade, é pouco provável que uma organização possa se manter competitiva sem o uso dos recursos tecnológicos, porque investir em infraestrutura tecnológica é o que irá suportar a operacionalização dos negócios correntes ou futuros de uma organização (BYRD & TURNER, 2000). Nesse contexto, a Tecnologia da Informação (T.I.) é percebida como uma necessidade estratégica da organização, capaz de proporcionar muitas vantagens competitivas a quem a utiliza em seus negócios, e de gerar desvantagens competitivas a quem não a utiliza (LUNARDI & al., 2010). De acordo com Suwardy⁵⁵, a área contábil foi uma das primeiras a utilizar a T.I. em função de rotinas repetitivas e a necessidade de cálculos regulares, transformando, assim, os escritórios de contabilidade em indústrias de prestação de serviços (BANKER & al., 2002). Os escritórios de contabilidade, de acordo com Sá e Sá (1995), são organizações que exploram as atividades contábeis, tendo como atividade principal, segundo Fedato, Rehn e Almeida (2009), o fornecimento de informações patrimoniais aos mais diversos usuários.

Tais organizações têm como característica o enquadramento na categoria de pequeno ou médio porte e a dedicação ao atendimento de determinados ramos de atividades empresariais (LIBA, 2001) e contribuem para o desenvolvimento econômico do país. Todavia, essas organizações dependem de melhorias contínuas de seus serviços e do desempenho dos negócios, para que possam atender seus clientes de forma mais satisfatória (SOUZA, 2003). Este estudo tem como objetivo geral avaliar os impactos causados pela inovação tecnológica em escritórios de contabilidade do Rio Grande do Sul, a partir de 1990 e torna-se relevante ao proporcionar a estudantes e a profissionais da área contábil o entendimento a respeito dos impactos trazidos pela evolução da tecnologia nos escritórios de contabilidade.

2 Referencial teórico

2.1 A Contabilidade e as novas Tecnologias da Informação

⁵⁵ SUWARDY, T.; RATNATUNGA, J.; SOHAL, A.; SPEIGHT, G. It projects : evaluation, outcomes and impediments. Emerald Benchmarking and International Journal, v. 10, n. 4, p. 324-342, 2003.

Os avanços da comunicação e a revolução da informação se tornaram marcos importantes para a profissão contábil porque a contabilidade permaneceu estagnada durante muitos anos por estar deficitária ou até mesmo por não ter uma troca de informações com seus usuários. Entre esses avanços destaca-se o advento do uso da *internet*, que permite o monitoramento e a transmissão virtual de informações. O uso integrado entre computadores de uma rede e a *internet* marcam uma nova era das informações. (ARAÚJO & al., 2003)

Outra inovação que trouxe várias modificações para os escritórios de contabilidade é o Sistema Público de Escrituração Fiscal (SPED), que foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. O SPED tem como objetivo uniformizar as obrigações com o fisco. Essa nova situação trouxe ao contribuinte uma simplificação de suas obrigações acessórias, que irá facilitar e racionalizar suas informações (AZEVEDO & MARIANO, 2011). Mas, de acordo com estudos como o realizado por Faria⁵⁶, o SPED ainda não obteve resultados satisfatórios em termos de agilidade e produtividade, pois necessita de altos custos de implantação e execução. Em decorrência dessas mudanças tecnológicas, os escritórios de contabilidade devem estar atentos e preparados para esse aprimoramento, principalmente, no que diz respeito ao SPED contábil. Segundo Duarte (2009, p. 107), a escrituração contábil digital (ECD) é “o pilar contábil do SPED. Simplificadamente pode-se entender a ECD como a geração de livros contábeis em meio eletrônico, através de arquivo com *layout* padrão, e assinado com certificado digital”.

O advento das redes sociais proporcionou novos estilos de vida e novos costumes para a sociedade e gerou impactos para os escritórios de contabilidade. As redes sociais foram definidas por Duarte, Quant e Souza (2008) como agrupamentos, por meio de “*softwares* específicos que permitem a gravação de perfis, com dados e informações de caráter geral e específico, das mais diversas formas e tipos”, que podem ser acessados por outras pessoas, nos mais variados lugares. Para Lemos, Pastor e Oliveira (2012), as redes sociais auxiliam a comunicação entre as organizações, proporcionando benefícios entre os usuários. No entanto, Mondini *et al* (2012) destacam a dificuldade que as empresas têm em controlar o seu uso por parte dos colaboradores, reduzindo a produtividade dos seus funcionários.

⁵⁶ FARIA, C.; FINATELLI, J. R.; GERON, C. T.; ROMEIRO, M. C. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos da adoção do SPED.** 2010.

2.2 Inovação Tecnológica e as práticas de Gestão Contábil

A introdução de novas tecnologias acaba gerando mudanças estruturais nas organizações e essas impactam nos custos das instituições e na reorganização de seus processos produtivos, sempre orientados no sentido de as tornarem mais competitivas (MAT, 2010). Entretanto, nem todos os pesquisadores entendem os impactos tecnológicos como positivos. Há também aqueles que atribuem uma neutralidade aos impactos. Para Scott (2009), por exemplo, a tecnologia certamente mudou a face da contabilidade ao longo dos anos, mas não é fácil identificar se os seus impactos foram negativos ou positivos. Ainda, segundo o autor, alguns dos impactos da tecnologia não são negativos e nem positivos, eles são apenas alterações que resultam em demandas sobre a profissão.

Já para Alsharayri (2011) e Choe (2004), ao estudarem os impactos da tecnologia nos sistemas de informação em alguns tipos de organizações contábeis, foi observado somente relações positivas entre o nível de tecnologia e a quantidade de informação produzida pela gestão dos sistemas de informações. A tecnologia tem causado grandes impactos, principalmente, na agilidade e confiabilidade dos sistemas de informações utilizados nos escritórios de contabilidade⁵⁷. A finalidade básica das informações geradas pela contabilidade, segundo Allahyarli e Ramazani (2011), é auxiliar seus usuários a tomarem decisões, tendo em vista que a contabilidade tem condições de produzir informações relevantes para a formulação de negócios e processos estratégicos, para o controle das atividades e para o uso eficiente dos recursos em uma organização.

Para Scott (2009), a vantagem óbvia da tecnologia está no uso de várias ferramentas que possibilitam a agilidade em executar as funções exercidas pelo contador. Esse aspecto global da tecnologia contribui para a contabilidade e para a sua competitividade, pois avanços tecnológicos representam maior velocidade e eficiência para os serviços contábeis. Para Acevedo (2012), se as comunicações em empresas contábeis forem rápidas, podem ajudar a aumentar a produtividade, permitir uma melhor tomada de decisão comercial e facilitar a expansão da empresa em novos territórios ou países, pois a adoção dos recursos de T.I. permite às empresas manter

⁵⁷ ALSARAYREH, M. N.; JAWABREH, O. A.; JARADAT, M. M.; ALAMRO, S. A. Technological impacts on effectiveness of accounting information systems (AIS) applied by aqaba tourist hotels. *European Journal of Scientific Research*, v. 59, n. 3, p. 361-369, 2011.

uma vantagem competitiva sobre as suas rivais. As empresas contábeis podem usar a tecnologia da informação para criar novos serviços ou para melhorar os serviços prestados a seus clientes.

Para Scott (2009), uma das maiores desvantagens da tecnologia é sua dependência de seres humanos. A tecnologia é um produto de inovação humana, portanto, repete os erros humanos. Erros humanos, quando interligados com tecnologia, podem ser muito caros. Isso demonstra que outra desvantagem é a dependência da profissão pela tecnologia. Aribaba, Asaolut e Olaopa (2011), por sua vez, destacam a importância que a T.I. trouxe para a sociedade, principalmente, nas pequenas empresas de prestação de serviços, onde melhorou o desempenho e gerou um maior desenvolvimento empresarial. Para Mat (2010), o propósito básico da T.I. dentro de um escritório de contabilidade é ajudar os usuários a tomarem decisões, gerando informações capazes de melhorar o desempenho do escritório e formular estratégias que sejam capazes de proporcionar o planejamento e o controle dos negócios.

Nesse contexto, Sarokolaei *et al.* (2012) afirmam que a T.I. pode afetar o resultado das decisões tomadas pelos gestores, pois pode colocar obstáculos que dificultam o entendimento e a utilização dos relatórios contábeis gerados pelos sistemas de contabilidade. Essas possíveis dificuldades estão relacionadas aos dados de entrada no sistema e as possíveis distorções geradas nos relatórios de saídas. Portanto, o uso da T.I. deve estar amparada em conceitos teóricos e métodos contabilísticos apropriados e confiáveis.

2.3 Impactos Tecnológicos ocorridos nos Escritórios de Contabilidade

No que se refere ao trabalho contábil, a T.I. pode exercer um papel fundamental no processo de gestão do escritório, bem como nas atividades contábeis. Nesse sentido, Lehmkuhl, Veiga e Rado (2008) enfatizam que a T.I. facilita o processo de gestão do conhecimento das pessoas envolvidas na organização, facilita a comunicação interna e externa e propicia subsídios para aperfeiçoar o conhecimento, seja através de melhores práticas de trabalho, seja através de discussões que disseminem os conhecimentos.

O aspecto mais destacado da T.I. no ambiente contábil, de acordo com Handel (2003), decorre do incremento que ela exerce na velocidade com que se pode realizar

as rotinas sob a responsabilidade dos contadores. A ampliação da velocidade na realização das rotinas, aliada à precisão no processamento de dados são fatores, conforme Sarokolaei *et al.* (2012), que justificam o uso da T.I. no mundo de hoje. A implementação de novas tecnologias de T.I. nas organizações, dinamizou não só o processo de gestão, controle e rotinas, mas revolucionou os métodos de negócio e está continuamente mudando a natureza da contabilidade e o papel dos contadores. Nesse sentido, Sanchez e Albertin (2009) destacam a importância em investir em T.I., pois é uma ação de caráter estratégico que pode proporcionar vantagens competitivas.

O ambiente competitivo, segundo Simons (1987), exige que as organizações contábeis sejam capazes de criar valor para os seus clientes e de se diferenciarem dos seus concorrentes, através da formulação de uma estratégia empresarial bem definida. A estratégia deve ter apoio consistente de fatores organizacionais, tais como: tecnologias eficazes, design organizacional e sistemas de contabilidade que forneçam informações úteis e confiáveis (JERMIAS; GANI, 2004).

Uma estratégia bem definida, com base em investimentos em T.I. e em qualificação de pessoas, segundo Grande, Estébanez e Colomina (2011), trará aos escritórios de contabilidade vantagens produtivas e mudanças favoráveis em relação aos clientes e aos seus concorrentes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

i. Classificação da Pesquisa

Para a realização deste estudo foi feita uma pesquisa exploratória que têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias (GIL, 2010) e descritiva de caráter quantitativo por estar comparando com a prática e analisadas através de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999).

ii. População e Amostra

A população utilizada para a realização desta pesquisa foram os 9.260 escritórios contábeis que estão sediados no Estado do Rio Grande do Sul. Não foi possível obter junto ao CRC/RS a relação dos *e-mails* dos profissionais que possuem

registro neste conselho, portanto, através de outras fontes foi possível conseguir o contato de 9.079 escritórios, os quais foram contatados e constituíram a população analisada. Foram recebidas respostas 408 escritórios de contabilidade, que compuseram a amostra. Como os *e-mails* foram enviados aos representantes legais para que respondessem ao questionário, crê-se que estes tenham sido, se não em sua totalidade, mas em sua maioria, os respondentes do instrumento de coleta de dados.

iii. Instrumento de Coleta dos Dados

Para a coleta dos dados foi aplicado um questionário estruturado - *Survey*, dividido em duas partes. A primeira parte do questionário, conforme exposto no quadro 1, é composta por questões pertinentes aos dados estruturais do escritório e pelos dados do perfil do responsável pelo escritório. Essas informações permitiram qualificar os respondentes, em termos de tamanho do escritório, anos de atuação, etc. A segunda parte é composta por trinta questões relacionadas aos impactos da T.I., formuladas pelos autores e tomado como base a ideia dos autores utilizados no referencial teórico, assim distribuído: com base em Cadez; Guilding (2008), formulou-se as questões 5, 6, 16, 24, 27, 28 e 29, onde destacam a utilização da T.I. pelas organizações contábeis como forma de combater a concorrência, melhorando a produtividade, a lucratividade e a qualidade; Grande, Estébanez e Colomina (2011), as questões 11, 14 e 15, apontam para uma estratégia bem definida, com base em investimentos em TI e em qualificação de pessoas, trará aos escritórios de contabilidade vantagens produtivas e mudanças favoráveis em relação aos clientes e aos seus concorrentes; Grande, Estébanez e Colomina (2011) e Sarokolaei *et al.* (2012) a 18, afirmam que a implementação de novas tecnologias de TI nas organizações, dinamizou não só o processo de gestão, controle e rotinas, mas revolucionou os métodos de negócio e está continuamente mudando a natureza da contabilidade e o papel dos contadores; Jermias e Gani (2004) a 1, 2, 4, 7, e 9, onde a estratégia deve estar ligada a tecnologias capazes de fornecer informações úteis e confiáveis; Langfield-Smith (1997) a 22, pois, as organizações contábeis devem mudar suas estratégias para acomodar as mudanças de fatores ambientais; Langfield-Smith (1997) e Sarokolaei *et al.* (2012) a 26, as organizações que não têm seus sistemas de informações alinhados com seus objetivos estratégicos não são tão bem-

sucedidas como aquelas têm o alinhamento da T.I. com seus planos estratégicos; McAfee (2006) as questões 3, 8, 17, 23 e 25, apresenta os três componentes que compõem a infraestrutura em T.I., funcionais, redes e corporativos; McAfee (2006) e Sarokolaei *et al.* (2012) a 19, 20 e 21; Rocio (2010) a 30 pois, foi durante a década de 1990 que houve a maior expansão da T.I., foi nessa época que começaram a surgir os primeiros serviços de *internet* nos escritórios de contabilidade. As questões 10, 12 e 13 foram formuladas pelos autores com base em suas expectativas.

Nas questões formuladas, os profissionais contábeis deveriam dar uma nota de zero a 10 de acordo com a concordância (0 = discorda plenamente e 10 = concorda plenamente), relativa aos impactos causados pela T.I. em seu escritório de contabilidade. Um e-mail foi enviado para os responsáveis pelos escritórios solicitando que participassem da pesquisa. O e-mail continha um *link* para que fosse possível acessar o questionário no Google Docs. Nestes questionários havia os campos a serem marcados e as perguntas das questões da Parte II continham um campo, abaixo de cada questão, que informava o valor da nota e que limitava as resposta entre zero e 10.

Parte I
Região do RS em que o escritório atua
Serrana () Metropolitana de Porto Alegre () Campanha () Central () Litorânea () Missões () Campos de Cima da Serra () Alto Uruguai () Planalto Médio () Sul () Outro ()
Número de clientes
Até 25 () de 26 a 50 () de 51 a 75 () de 76 a 100 () mais de 100 ()
Tempo de atuação do escritório
Até 5 anos () de 6 a 10 anos () de 11 a 15 anos () de 16 a 20 anos () de 21 a 25 anos () de 26 a 30 anos () de 31 a 35 anos () de 36 a 40 anos () mais de 40 anos ()
Número de funcionários
Até 5 () de 6 a 10 () de 11 a 15 () de 16 a 20 () de 21 a 25 () de 26 a 30 () mais de 30 ()
Forma jurídica do escritório
Sociedade Civil () Escritório Individual () Empresário () Outro ()
Qualificação do responsável
Contador () Técnico Contábil ()
Formação do Responsável
Graduação () Especialização/MBA () Mestrado () Doutorado ()

Como você classifica seu escritório em relação aos concorrentes		
Pequeno () Médio () Grande ()		
Parte II		
QUESTÃO	ARGUMENTO	NOTA
1	O escritório disponibiliza, remotamente, o seu banco de dados para que os clientes obtenham as informações ou relatórios que necessitam.	
2	As várias informações, assim como o SPED contábil, o SPED Fiscal, entre outras, geraram aumento de clientes que demandavam informações a respeito das mesmas.	
3	A inovação tecnológica ampliou a integração de informações do escritório para com os clientes.	
4	A T.I. trouxe necessidades de melhorias contínuas, na qualidade dos serviços prestados pelo escritório.	
5	A T.I. diminuiu a quantidade de reuniões presenciais, entre o responsável pelo escritório e os clientes.	
6	A inovação tecnológica proporcionou o crescimento do escritório em termos de clientes.	
7	O escritório, com novas tecnologias, é capaz de ofertar novos produtos aos seus clientes.	
8	Os serviços, com apoio da T.I., são agora executados com mais agilidade.	
9	Os serviços, com apoio da T.I., são agora executados com mais segurança.	
10	A inovação tecnológica aplicada aos serviços contábeis foi um fator motivador para a criação de novos escritórios.	
11	A aplicação dos sistemas de informações aumentou o valor da média salarial do escritório.	
12	O escritório teve a necessidade de contratar assessorias externas para dar suporte em T.I.	
13	A T.I. proporcionou maiores riscos financeiros com o desembolso de multas por atraso de informações.	
14	A T.I. auxiliou o atendimento de novos mercados.	
15	A T.I. auxiliou o atendimento de novas atividades.	
16	A T.I. proporcionou maior fidelidade dos clientes para com o escritório.	
17	Os serviços prestados pelas repartições públicas se tornaram mais ágeis com o uso da T.I.	
18	Com a incorporação da T.I., ampliou-se a necessidade de treinamento dos funcionários para a realização dos serviços contábeis.	
19	A qualidade dos serviços prestados cresceu com o uso da T.I.	
20	A T.I. causou um aumento na complexidade dos serviços prestados.	

21	A T.I. agregou mais tarefas ao escritório.	
22	A gestão do escritório melhorou com o uso da T.I.	
23	A comunicação interna ou externa tornou-se ágil e eficiente com o uso da T.I.	
24	Com o uso da T.I. houve um aumento na lucratividade do escritório.	
25	A T.I. trouxe agilidade às informações prestadas.	
26	O escritório teve a necessidade de contratar profissionais mais qualificados, para poder atender as necessidades advindas das novas tecnologias.	
27	Os funcionários utilizam redes sociais no horário de trabalho.	
28	Com o advento da T.I. ocorreu uma redução do número de funcionários do escritório.	
29	O valor dos honorários aumentou de acordo com a proporção dos custos relacionados com a T.I.	
30	A maior inovação tecnológica para o escritório foi a vinda da <i>internet</i> .	

Quadro 1: Questionário aplicado aos responsáveis pelos escritórios de contabilidade do Rio Grande do Sul

De acordo com Van der Stede, Young e Chen (2007), as perguntas para uma pesquisa devem ser sempre pré-testadas, para que sejam avaliadas e, assim, possa ser possível verificar se as questões podem ser corretamente entendidas e facilmente respondidas pelos respondentes. Para tanto, o questionário enviado para a coleta dos dados desta pesquisa foi pré-analisado por um professor universitário qualificado como Doutor em Ciências Contábeis, um professor universitário qualificado como Mestre em Ciências Contábeis e, posteriormente, pré-testado com quatro Contadores e dois Técnicos Contábeis, todos responsáveis por escritórios de contabilidade, sendo que quatro deles localizados na região Metropolitana de Porto Alegre e dois na região Serrana do Rio Grande do Sul. Com esse procedimento, foi possível identificar problemas existentes na elaboração das questões e contribuições ou sugestões recebidas foram incorporadas ao questionário, contribuindo para fazer os ajustes necessários para o correto entendimento dos respondentes.

iv. Procedimentos da Análise

A técnica multivariada utilizada para analisar os dados do estudo é a análise de agrupamentos (análise de *cluster*) que tem como finalidade principal, segundo Hair *et al.* (2009, p. 430), “agregar objetos com base nas características que eles possuem”.

A análise de *cluster*, ainda segundo o autor, classifica objetos de modo que cada objeto é semelhante aos outros no agrupamento com base em um conjunto de características escolhidas. O objetivo desta técnica multivariada de análise *cluster* é o agrupamento de dados segundo suas características, ou seja, esta técnica tenta agrupar objetos semelhantes. Para isso, é necessário que haja uma medida da distância entre esses objetos. Logo, os objetos com a menor distância entre si são os mais semelhantes. Segundo Hair *et al* (2009, p. 436), “o objetivo principal da análise de agrupamentos é dividir um conjunto de objetos em dois ou mais grupos com base na similaridade dos objetos em relação a um conjunto de características especificadas”. A análise de agrupamentos se assemelha à análise fatorial em seu objetivo de avaliar a estrutura. Porém, diferem no sentido de que a primeira agrega objetos e a segunda está prioritariamente interessada em agregar variáveis. Além disso, a análise fatorial faz os agrupamentos com base em padrões de variação (correlação) nos dados, enquanto a análise de agrupamentos faz agregados baseados em distância (proximidade). A análise de *cluster* poderá identificar o perfil de cada grupo que definirá se há demandas diferenciadas (segmentação do mercado). O perfil é definido pelas características que compõe o *cluster*, baseando-se no conceito de similaridade. O conceito de similaridade é fundamental na análise de *clusters*. A similaridade entre objetos é uma medida da correspondência ou afinidade entre os objetos a serem agrupados. A medida de similaridade entre objetos pode ser medida por medidas de correlação, medidas de distância e medidas de associação, sendo que a medida mais utilizada são as de similaridade.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva do Conjunto de Respondentes e Respostas do Questionário

Nesta seção, faz-se uma análise descritiva dos dados obtidos com a realização da pesquisa. Esses dados referem-se aos perfis dos escritórios de contabilidade cujos responsáveis responderam ao questionário. Dos questionários enviados, obteve-se 408 respostas. A Região Metropolitana de Porto Alegre foi a que teve o maior número de respondentes, isto é, 37,01% do total da amostra, seguida pela região Serrana

(13,97%). A região da Campanha (3,68%) e a região dos Campos de Cima da Serra (3,43%) foram as que menos contribuíram para a pesquisa.

De acordo com os dados obtidos, 130 empresas possuem uma carteira com mais de 100 clientes, o que corresponde a 31,86% da amostra. Os escritórios com menos clientes, até 50, totalizaram 136 empresas (33,33%), e de 51 a 100 clientes, estão relacionadas as 142 empresas (34,80%) restantes. Um grande número de empresas foi constituído no auge da inovação tecnológica, ou seja, 144 escritórios de contabilidade estão exercendo as atividades entre 11 e 20 anos, representando 35,29%. Foi possível perceber o baixo número de respondentes (8,09%) que possuem o escritório há mais de 40 anos.

Devido à complexidade e à diversidade de tarefas que são exigidas para a execução das atividades em um escritório de contabilidade, é fundamental que se tenha o auxílio de funcionários. Entre os respondentes, 50,73% dos escritórios possuem até 10 funcionários, ou seja, 207 empresas possuem poucos funcionários e atendem 208 empresas que possuem até 75 clientes (50,09%). Então, 49,27% dos escritórios que possuem acima de 10 funcionários atuam nas 49,02% empresas que atendem mais de 75 clientes. Conforme dados extraídos no site do CRC/RS, existem 9.260 escritórios contábeis registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Destes, 2.180 (23,54%) estavam registrados sob a forma de sociedade civil e 7.080 (76,46%) como individuais. Na pesquisa, 181 (8,07%) dos respondentes estavam constituídos sob a forma de sociedade civil, ou seja, obteve-se uma participação inferior para essa categoria na amostra em relação à população. De acordo com os dados obtidos com a pesquisa, 80,88% dos respondentes são graduados como Bacharéis em Ciências Contábeis e 19,12% são Técnicos Contábeis. É importante enfatizar que, de acordo com os dados obtidos no CRC/RS, no Estado do Rio Grande do Sul, há 36.949 registros ativos junto ao CRC, destes 21.778 (58,94%) são Contadores e 15.171 (41,06%) são Técnicos Contábeis.

Com os resultados da pesquisa, percebe-se que, entre os profissionais contábeis, há uma forte preocupação com a própria atualização profissional. Dos respondentes 330 são Contadores. Entretanto, há um total de 337 profissionais que possuem graduação, especialização/MBA, mestrado ou doutorado. Tendo em vista que, para realizar esses cursos de pós-graduação há a obrigatoriedade de uma graduação, pode-se concluir que entre os respondentes existe a presença de, no

mínimo sete Técnicos Contábeis que possuem uma graduação em outra atividade que não seja a de Ciências Contábeis.

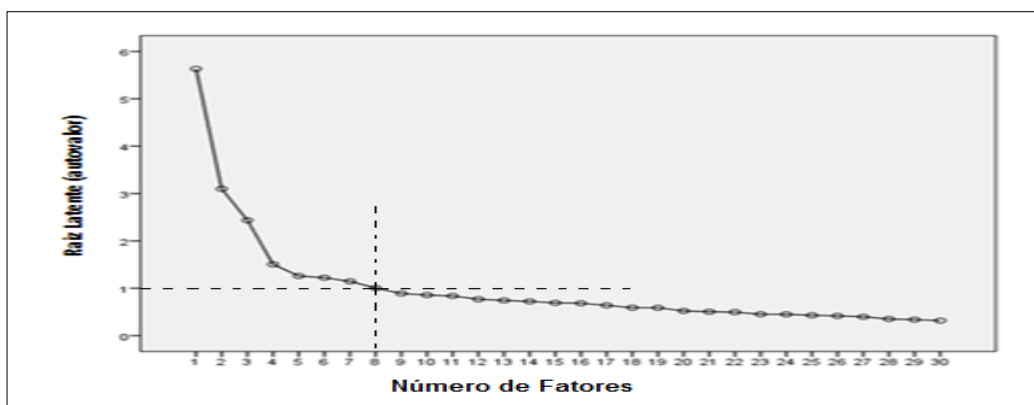
A maioria (50,74%) dos respondentes considera seu escritório pequeno em relação aos seus concorrentes, pois, entre os respondentes existem 130 escritórios que possuem mais do que cem clientes, destes, apenas 52 (40,00%) respondentes possuem a percepção de que seus escritórios sejam superiores aos da concorrência.

4.2 Validação e Determinação dos fatores para a Análise de *Cluster*

Nesta seção é apresentada a formação dos fatores, através da análise fatorial dos dados, obtidos através do questionário aplicado, referente aos impactos proporcionados pela TI e que foram percebidos nos 408 escritórios contábeis que retornaram a pesquisa. A confiabilidade do questionário foi realizada por meio da estatística do *alfa de cronbach* para as 30 questões da Parte II do questionário. Segundo o resultado do teste *alfa de cronbach*, 0,829, os dados da pesquisa demonstram-se consistentes e ficaram classificados como de alta confiabilidade.

A validade da análise fatorial foi medida pelo teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), sendo que, com este teste é possível verificar o indicador de adequação dos dados amostrais à análise fatorial e pelo teste Bartlett de esfericidade que verifica a hipótese nula de que a matriz de correlações é uma matriz de identidade, ou seja, se não há correlação entre as variáveis. Pela aplicação do teste KMO pode-se considerar que o valor é bom, pois apresentou o valor de KMO = 0,835 e o teste Bartlett de esfericidade é alto (3325,248) para uma significância de 0,000, o que aponta para uma baixa probabilidade de a matriz de correlação ser uma matriz de identidade, rejeitando a hipótese nula, indicando, então, que as variáveis são correlacionadas e se pode realizar uma análise fatorial.

A quantidade de fatores foi determinada pela análise do percentual da variabilidade dos dados dado pelo critério do *screeplot*, construído através da raiz latente, apresentado no Quadro 2.



Quadro 2: Gráfico de autovalor para o critério de definição do número de fatores

Pela análise do Quadro 2, verifica-se que deveriam ser oito fatores. Porém, a análise individual dos fatores sete e oito indicou que esses incorporaram apenas uma questão cada além de terem uma contribuição individual da variância total inferior a quatro por cento. Esse comportamento fez com que nesta pesquisa esses dois fatores fossem eliminados, definindo-se a análise com base em seis fatores.

A identificação dos fatores foi obtida a partir da elaboração da matriz fatorial rotacionada pelo método *varimax*, que segundo Hair *et al.* (2009) concentra na simplificação das colunas da matriz fatorial e compuseram os fatores somente aquelas questões com carga fatorial superior a 0,58. Com base nesses critérios, os seis fatores explicaram 50,52% da variância total e foram compostos pelas questões apresentadas no quadro 3, que apresenta também a denominação dada a cada fator.

Fator	Variáveis	Denominação
1	8. Os serviços, com apoio da T.I., são agora executados com mais agilidade. 9. Os serviços, com apoio da T.I., são agora executados com mais segurança. 7. O escritório, com novas tecnologias, é capaz de ofertar novos produtos aos seus clientes.	Confiabilidade
2	2. As várias informações, assim como o SPED contábil, o SPED Fiscal, entre outras, geraram aumento de clientes que demandavam informações a respeito das mesmas. 5. A T.I. diminuiu a quantidade de reuniões presenciais, entre o responsável pelo escritório e os clientes.	Qualificação profissional

	26. O escritório teve a necessidade de contratar profissionais mais qualificados, para poder atender as necessidades advindas das novas tecnologias. 27. Os funcionários utilizam redes sociais no horário de trabalho.	
3	23. A comunicação interna ou externa tornou-se ágil e eficiente com o uso da T.I. 22. A gestão do escritório melhorou com o uso da T.I. 25. A T.I. trouxe agilidade às informações prestadas.	Eficiência organizacional
4	29. O valor dos honorários aumentou de acordo com a proporção dos custos relacionados com a T.I. 28. Com o advento da T.I. ocorreu uma redução do número de funcionários do escritório. 24. Com o uso da T.I. houve um aumento na lucratividade do escritório.	Resultado econômico
5	20. A T.I. causou um aumento na complexidade dos serviços prestados. 21. A T.I. agregou mais tarefas ao escritório.	Complexidade na execução dos serviços
6	14. A T.I. auxiliou o atendimento de novos mercados. 15. A T.I. auxiliou o atendimento de novas atividades. 10. A inovação tecnológica aplicada aos serviços contábeis foi um fator motivador para a criação de novos escritórios.	Inovação tecnológica

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 3: Interpretação dos fatores

4.3 Análise de Formação de *Cluster*

Para este estudo, foram efetuadas duas opções de análise de *Cluster*, a primeira utilizando as variáveis “Número de clientes”, “Tempo de atuação do escritório”, “Número de funcionários”, “Forma jurídica do escritório”, “Qualificação do responsável” e “Como você classifica seu escritório em relação aos concorrentes”, além dos seis fatores resultantes da Análise Fatorial. A segunda opção utilizou apenas os seis fatores da análise fatorial para a identificação dos grupos. A análise feita, utilizando as variáveis de perfil do escritório e os fatores obtidos pela análise fatorial, resultou na criação de dois grupos, sendo que a variável com maior importância na formação destes grupos foi o “Número de clientes”, seguido da “Classificação do escritório em relação aos concorrentes”. Os seis fatores tiveram pouca importância na formação dos grupos, conforme pode ser observado no Gráfico 1:

Fonte: Dados da pesquisa

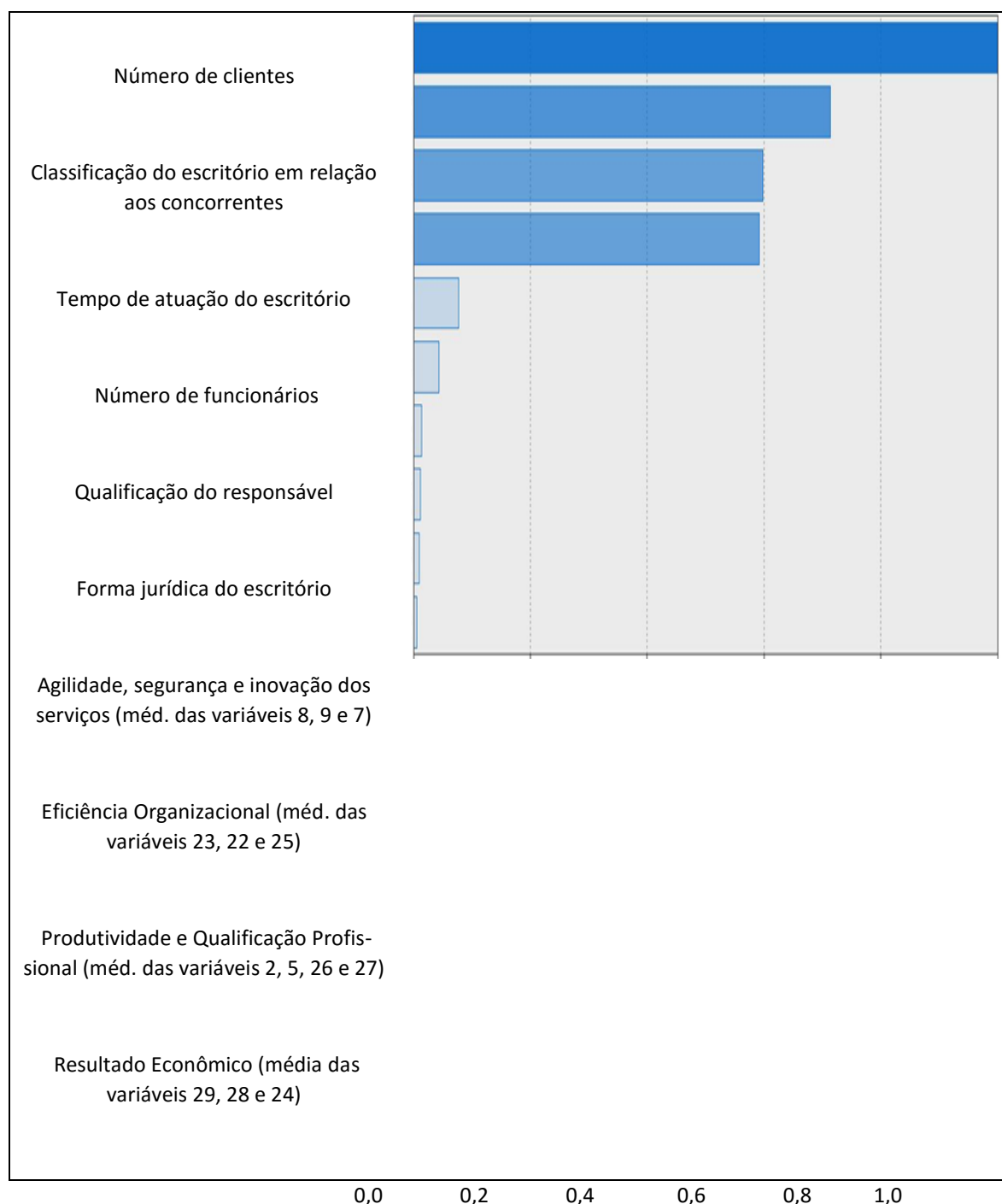
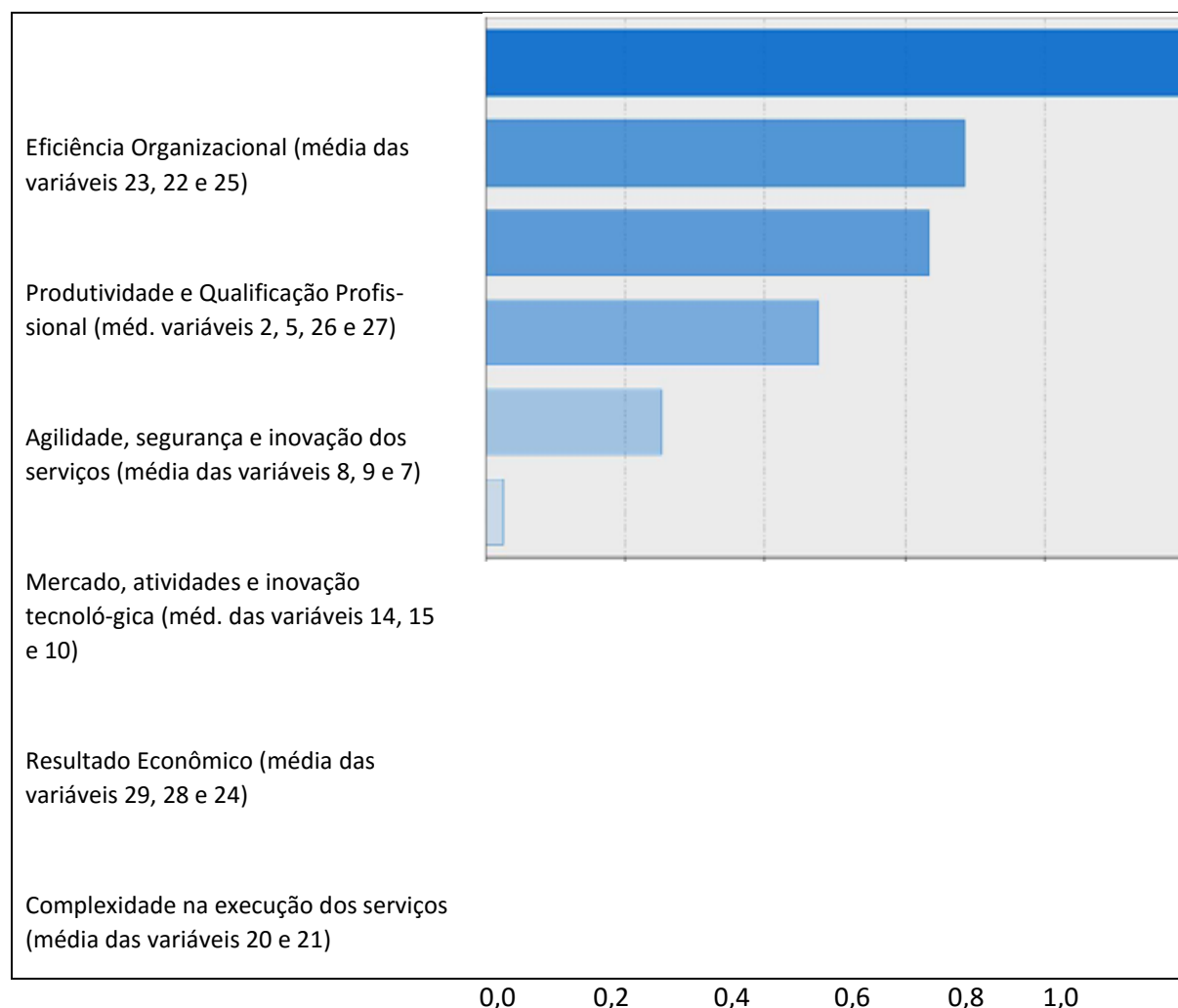


Gráfico 1: Análise de agrupamentos entre os dados do perfil dos escritórios e dos fatores da pesquisa

A análise utilizando somente os seis fatores da Análise Fatorial resultou na criação de 3 grupos, sendo que a variável com maior importância na formação destes grupos foi o Fator 3 – “Eficiência Organizacional”, seguido pelo Fator 2 – “Produtividade e Qualificação Profissional” e pelo Fator 1 – “Agilidade, Segurança e

Inovação dos Serviços”. O resultado da análise entre os seis fatores pode ser observado no Gráfico 2:



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 2: Análise de agrupamentos entre os fatores da pesquisa

A análise de agrupamento possibilitou observar a importância dada para a Eficiência Organizacional tendo em vista que a TI tem proporcionado mais eficiência e agilidade para com a comunicação interna e externa do escritório.

4.4 Relações existentes entre os grupos formados

Apresenta-se a seguir as relações entre os grupos formados nas duas opções de Análise de *Cluster* efetuadas e algumas variáveis da pesquisa. O objetivo é

identificar as diferenças entre os grupos. Na Tabela 1, estão os resultados para a primeira opção de agrupamento, ou seja, dois grupos:

	Cluster 1		Cluster 2			
Número De Clientes	Número de empresas		Número de empresas		Total	
Até 25 clientes	0	0,0%	65	25,1%	65	15,9%
de 26 a 50 clientes	2	1,3%	69	26,6%	71	17,4%
de 51 a 75 clientes	2	1,3%	70	27,0%	72	17,6%
de 76 a 100 clientes	17	11,40%	53	20,5%	70	17,2%
Mais de 100 clientes	128	85,9%	2	0,8%	130	31,9%
Total	149	100,0%	259	100,0%	408	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 1: Distribuição número de clientes para 2 grupos de *cluster*

Pode-se observar, na Tabela 1, que 85,9% dos casos do Grupo 1 tem mais de 100 clientes. Já os casos do Grupo 2 se dividem entre escritórios com até 25 clientes (25,1%), de 26 a 50 clientes (26,6%), de 51 a 75 clientes (27,0%) e de 76 a 100 clientes (20,5%). Analisando esses dados, é possível afirmar a existência de diferenças significantes entre os grupos, com relação ao número de clientes. Na Tabela 2, vê-se os dados obtidos referentes à associação dos 3 grupos de *cluster* formados com o número de clientes.

	Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3			
Número De Clientes	Número de empresas		Número de empresas		Número de empresas		Total	
Até 25 clientes	21	19,8%	6	20,0%	38	14,0%	65	15,9%
de 26 a 50 clientes	18	17,0%	5	16,7%	48	17,6%	71	17,4%
de 51 a 75 clientes	19	17,9%	5	16,7%	48	17,6%	72	17,6%
de 76 a 100 clientes	7	6,6%	9	30,0%	54	19,9%	70	17,2%

Mais de 100 clientes	41	38,7%	5	16,7%	84	30,9	130	31,9%
Total	106	100,0%	30	100,0%	272	100%	408	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2: Distribuição número de clientes para 3 grupos de *cluster*

Na Tabela 2, vê-se que 38,7% dos casos do Grupo 1 tem mais de 100 clientes, porém também há percentuais consideráveis de casos nas demais faixas. O mesmo ocorre no Grupo 2 onde o maior percentual, 30,0%, está na faixa de 76 a 100 clientes, no Grupo 3, o maior percentual, 30,9%, está na faixa de mais de 100 clientes. Portanto, é possível observar, na Tabela 3, que não há uma associação clara entre os três grupos formados e o número de clientes.

	Cluster 1		Cluster 2			
Porte do Escritório	Número de empresas		Número de empresas		Total	
Pequeno	5	3,4%	202	78,0%	207	50,7%
Médio	95	63,8%	54	20,8%	149	36,5%
Grande	49	32,9%	3	1,2%	52	12,7%
Total	149	100,0%	259	100,0%	408	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 3: Distribuição número de clientes para 2 grupos de *cluster* – Classificação do seu escritório em relação aos concorrentes

Pode-se observar, na Tabela 3, que 63,8% dos casos do Grupo 1 se consideram como um escritório de porte médio enquanto que, para o grupo 2, 78,0% se consideram pequenos. Portanto, existem diferenças significantes entre os grupos, com relação ao número de clientes. Na Tabela 4, pode-se observar os dados obtidos referentes à associação dos 3 grupos de *cluster* formados com o porte do escritório.

	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	
Porte do Escritório	Número de empresas	Número de empresas	Número de empresas	Total

Pequeno	46	43,4%	14	46,7%	147	54,0%	207	50,7%
Médio	44	41,5%	11	36,7%	94	34,6%	149	36,5%
Grande	16	15,1%	5	16,7%	31	11,4%	52	12,7%
Total	106	100,0%	30	100,0%	272	100%	408	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 4: Distribuição do número de clientes para 3 grupos de *cluster* para o porte do escritório

Na Tabela 4, vemos que 43,4% dos casos do Grupo 1, 46,7% do grupo 2 e 54,0% do grupo 3 consideram-se pequenos. Na Tabela 5, veem-se as relações entre os grupos formados, nas duas opções de análise de *cluster* efetuadas, e os seis fatores resultantes da análise fatorial. Para cada grupo, são apresentadas as médias e desvios-padrão de cada fator.

	Cluster 1 (n = 149)		Cluster 2 (n = 259)		Nível Sig. para diferença de média
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	
Agilidade, segurança e inov. dos serviços	7,3	1,133	7,1	1,527	0,109
Produtividade e qualificação profissional	6,8	1,724	6,5	1,668	0,225
Eficiência organizacional	7,3	1,261	7,1	1,452	0,167
Resultado econômico	4,5	1,810	4,4	1,901	0,403
Complexidade na execução dos serviços	7,9	1,426	7,9	1,613	0,993
Mercados, atividades e inov. tecnológica	6,2	1,839	6,1	1,866	0,460

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 5: Relações entre os grupos de *clusters* formados e os fatores encontrados

Para melhor observação, no Gráfico 3, estão expostos os resultados encontrados:

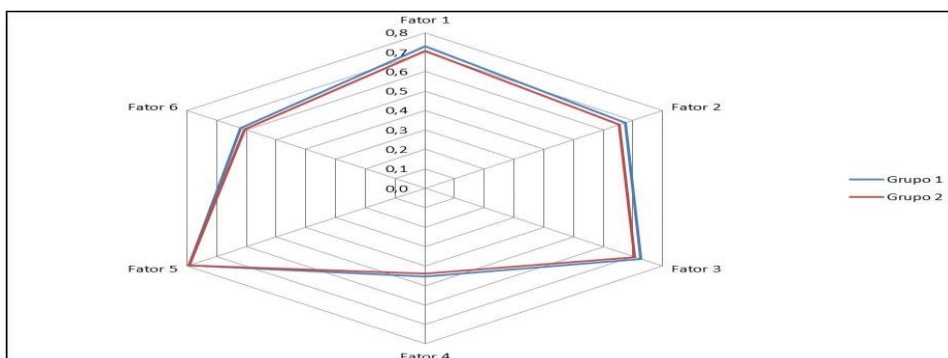


Gráfico 3: Análise *cluster* para os dois grupos formados

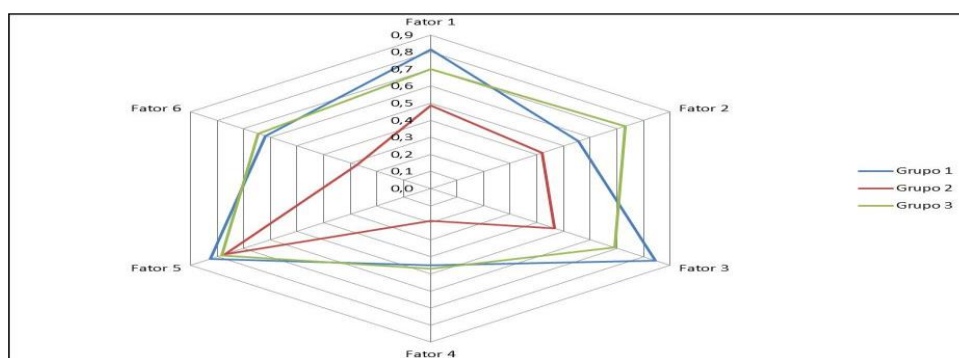
Pode-se observar que as médias dos fatores para o grupo 1 são muito próximas das médias dos fatores para o grupo 2. Os testes dessas médias mostram que nenhuma diferença é estatisticamente significativa. Já na Tabela 6 vemos que existem diferenças entre as médias dos fatores para os três grupos. O grupo 2 tem, em geral, as menores médias.

	Cluster 1 (n =106)		Cluster 2 (n =30)		Cluster 3 (n = 272)		Nível Sig. para diferença de média
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	
Agilidade, segurança e inov. dos serviços	8,2	1,370	4,9	2,170	7,0	,846	<0,001
Produtividade e qualificação profissional	5,6	1,911	4,2	2,134	7,3	,919	<0,001
Eficiência organizacional	8,4	,921	4,7	1,874	6,9	,896	<0,001
Resultado econômico	4,5	2,041	1,9	1,917	4,7	1,563	<0,001
Complexidade na execução dos serviços	8,3	1,626	7,7	2,487	7,8	1,357	<0,028
Mercados, atividades e inov. Tecnológica	6,2	2,107	2,7	1,819	6,5	1,312	<0,001

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 6: Média dos fatores por grupo de *cluster*

Para melhor observação, no Gráfico 4, estão expostos os resultados encontrados:



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 4: Análise *cluster* para os três grupos formados

Os testes dessas médias mostram que para todos os fatores há diferenças estatisticamente significantes entre os grupos. Em relação aos demais, o grupo 2 tem médias mais baixas para todos os fatores. Analisando este gráfico, é possível afirmar que os indivíduos participantes do Grupo 2 são os que estão insatisfeitos com a inovação tecnológica, pois apenas no fator “complexidade na execução dos serviços” é que deram uma nota mais alta, sendo que as demais notas foram baixas. Na concepção de todos os participantes dos grupos, a inovação tecnológica não proporcionou uma alavancagem financeira para os escritórios, tendo em vista que a média do fator 4 – resultado econômico está baixa para todos os grupos. Todos os grupos consideram que a inovação tecnológica causou mais complexidade para executar as tarefas do escritório, embora os grupos 1 e 3 também considerem que a TI trouxe mais agilidade, segurança e proporcionou inovação para os serviços oferecidos.

7 Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar os impactos causados pela inovação tecnológica nos escritórios de contabilidade do Rio Grande do Sul, a partir de 1990, cujos procedimentos utilizados permitiram responder tal objetivo. A partir do estudo verificou-se a utilização da T.I. para o desenvolvimento das atividades contábeis. Do exposto nesta pesquisa, constatou-se que, conforme o referencial teórico elaborado, a T.I. pode trazer vantagens e desvantagens na prática das atividades contábeis. Entre as vantagens destaca-se a agilidade para a execução dos

serviços prestados. A integração dos sistemas informatizados e o advento da *internet* destacam-se, conforme os resultados da pesquisa, como as maiores inovações tecnológicas ocorridas nos escritórios contábeis, sendo possível gerar informações mais precisas, úteis e com maior rapidez. Outra vantagem advinda do uso da T.I. é a geração de novas atividades e a possibilidade de atender novos mercados. As inovações tecnológicas, no setor contábil, estão cada vez mais rápidas e trazem técnicas e aparatos modernos para a sua execução, sendo assim, os profissionais contábeis deverão estar em contínuo aperfeiçoamento de suas tarefas, com a finalidade de transmitir as informações para seus clientes com segurança e objetividade.

Entre as desvantagens proporcionadas pela T.I., nesta pesquisa foi possível verificar a insatisfação por parte dos responsáveis pelos escritórios, quanto ao resultado econômico, pois, conforme se esperava no início deste estudo, a T.I. não diminuiu a quantidade de funcionários contratados nos escritórios contábeis. De acordo com os dados da pesquisa e conforme visto na teoria, ocorreu a necessidade de qualificar os profissionais atuantes nos escritórios. Isso gerou um aumento do gasto mensal com a folha de pagamento que não pode ser repassado para aos clientes. Além disso, a T.I. gerou maiores riscos financeiros proporcionados por multas e juros elevados, no caso de escritórios de contabilidade que, eventualmente, tenham atrasado a entrega de obrigações necessárias aos órgãos fiscalizadores. Com isso, os escritórios tiveram que absorver esses custos, o que logicamente causou uma diminuição na lucratividade dos escritórios.

Observou-se ainda, por meio da análise de *cluster*, que vários respondentes estão insatisfeitos com o advento das inovações tecnológicas. Isso pode ser decorrente da complexidade e do aumento das tarefas que a T.I. proporcionou aos escritórios. Não foram percebidas, nesta pesquisa, possíveis diferenças dos impactos tecnológicos entre empresas localizadas na região Metropolitana de Porto Alegre e as das cidades localizadas nas regiões do interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Conforme visto no referencial teórico, a T.I. desempenha um papel importante para a gestão dos escritórios contábeis, facilita a comunicação por meio da sua velocidade e capacidade de ser enviada com segurança e agilidade. Essas afirmações foram confirmadas pelo presente estudo, pois a maioria dos respondentes posicionou-se positivamente perante esses aspectos proporcionados pela inovação tecnológica. Com a finalidade de satisfazer as necessidades dos clientes é certo afirmar que é

indispensável a realização de melhorias contínuas na qualidade dos serviços prestados, pois a T.I. não garante a fidelidade dos clientes para com o escritório, ou seja, o cliente paga aos profissionais contábeis para receber um serviço adequado e oportuno, caso contrário, ele busca outro escritório para suprir essas necessidades.

Esta pesquisa vai ao encontro da teoria afirmando a essencialidade que tem os escritórios em assumir um compromisso contínuo de fortalecimento estratégico e condicional na atividade contábil, de modo que possam atribuir informações que sejam importantes e oportunas aos seus clientes. O que pode ser constatado no estudo, são as constantes mudanças trazidas pela inovação tecnológica, através da utilização de tecnologias avançadas que permitem a automação dos serviços praticados pelos escritórios de contabilidade, buscando a otimização dos resultados, tanto para os serviços oferecidos, quanto para a própria gestão interna.

A tecnologia veio para implementar as atividades contábeis, tendo em vista que a contabilidade como ciência permanece sólida em seus conceitos e normas. Cabe aos profissionais da área contábil a responsabilidade de interagir em prol desta atividade e de reciclar seus conceitos, tendo em vista que a tecnologia veio para ficar. O jeito de usá-la é que irá se aperfeiçoar e se transformar. Dessa forma, os resultados obtidos por meio desta pesquisa indicam contribuições importantes, tanto para os profissionais como para os acadêmicos da área contábil, tendo em vista a possibilidade de utilizar a tecnologia em prol de uma gestão diferenciada, disponibilizando informações advindas do conhecimento e de técnicas aperfeiçoadas de gerenciamento e de execução das atividades contábeis.

Como limitação, deve-se destacar que o estudo teve como espaço de análise apenas o Estado do Rio Grande do Sul, a partir de uma amostra não probabilística. Desta forma, os resultados obtidos descrevem a percepção de parte dos profissionais contábeis desta unidade da Federação, que poderão ser diverso das demais localidades. Ainda, o processo de análise foi quantitativo e uma abordagem qualitativa poderia enriquecer o entendimento das tendências observadas nesta pesquisa. Assim, outros estudos que contemplassem diferentes estados e que utilizassem novas metodologias ampliariam o entendimento do impacto da inovação tecnológica nos escritórios de contabilidade.

Referências

ACEVEDO, L. **Business benefits of information technology**. Disponível em: <<http://smallbusiness.chron.com/business-benefits-information-technology-4021.html>>, 2012. Acesso em: 30 janeiro 2012.

ALLAHYARI, A.; RAMAZANI, M. Firm technological change and its effects on management accounting change: case study of Iranian manufacturing firms. **Global Journal of Management and Business Research**, v. 11, n. 9, p. 56-62, 2011.

ALSARAYREH, M. N.; JAWABREH, O. A.; JARADAT, M. M.; ALAMRO, S. A. Technological impacts on effectiveness of accounting information systems (AIS) applied by aqaba tourist hotels. **European Journal of Scientific Research**, v. 59, n. 3, p. 361-369, 2011.

ALSHARAYRI, M. A. The E-Commerce impact on improving accounting information system in Jordanian Hotels. **International Research Journal of Finance and Economics**, v. 75, p. 14-23, 2011.

ARAÚJO, A. Q.; CAVALCANTE, A. C.; DUARTE, A. P. A tendência da contabilidade diante das novas especialidades social, ambiental e tecnológico. **Qualit@as - Revista Eletrônica do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UEPB**, v. 2, 2003.

ARIBABA, F.; ASAOLUT, O.; OLAOPA, O. An evaluation of the impact of technological innovative entrepreneurial development programmes on the performance of small scale business in Nigeria. **Global Journal of Business, Management And Accounting**, v. 1, n. 1, p. 01-009, 2011.

AZEVEDO, O. R.; MARIANO, P. A. **SPED Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2011.

BANKER, R. D.; CHANG, H.; KAO, Y. Impact of information technology on public accounting firm productivity. **Journal of Information Systems**, p. 209-222, Fall , 2002.

BYRD, T. A.; TURNER, D. E. Measuring the flexibility of information technology infrastructure: exploratory analysis of a construct. **Journal of Management Information Systems**, v. 17, n. 1, p. 167-208, 2000.

CADEZ, S.; GUILDING, C. An exploratory investigation of an integrated contingency model of strategic management accounting. **Accounting, Organizations and Society**, v.33, n. 7, p. 836-863, 2008.

CHOE, J. Impact of management accounting information and AMT on organizational performance. **Journal of Information Technology**, v. 19, p. 203-214, 2004.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL – CRC/RS. Disponível em: < [HTTP://:www.crcrs.org.br](http://www.crcrs.org.br). Acesso em: 23 fev. 2012.

DUARTE, F.; QUANT, C.; SOUZA, Q. **O Tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

DUARTE, R. D. **Big brother fiscal III** - O Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Ideas At Work, 2009.

FARIA, C.; FINATELLI, J. R.; GERON, C. T.; ROMEIRO, M. C. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**: Percepção dos contribuintes em relação os impactos da adoção do SPED. Disponível em: http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/an_indicearea.asp?letra=b&pagina=4&con=1/. Acesso em: 10 set. 2012.

FEDATO, G. A. L.; REHN, A.; ALMEIDA, E. I. O planejamento estratégico em empresas de serviços contábeis. **Revista Contabilidade e Amazônia**, 2. ed., v. 2, n. 1, p. 44-55, 2009.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRANDE, E. U.; ESTÉBANEZ, R. P., COLOMINA, C. M. The impact of accounting information systems (AIS) on performance measures: empirical evidence in Spanish SMEs. **The International Journal of Digital Accounting Research**, v. 11, p. 25-43, 2011.

HAIR, J. F.; BLACK, B.; BABIN, B.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HANDEL, M. J. Complex picture of information technology and employment emerges. SRI International Project Number P10168, **Arlington**, Virginia, 2003.

JERMIAS, J.; GANI, L. Integrating business strategy, organizational configurations and management accounting systems with business unit effectiveness: a fitness landscape approach. **Management Accounting Research**, v. 15, p. 179-200, 2004.

LANGFIELD-SMITH, K. Management control systems and strategy: A critical review. **Accounting, Organizations and Society**, v. 22, n. 2, p. 207-232, 1997.

LEHMKUHL, G. T.; VEIGA, C. R.; RADO, G. J. V. O papel da tecnologia da informação como auxílio a engenharia e gestão do conhecimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, v. 4, n. 1, p. 59-67, jan/jun. 2008.

LEMONS, A.; PASTOR, L.; OLIVEIRA, N. Tecnologias e comunicação. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 35, n. 1, jan/jun. 2012.

LIBA, A.; ROBLES, C.; BACCI, J. Aplicação do Sistema de Custeio ABC em uma Organização Contábil. **Revista Paulista de Contabilidade**, n. 480, p. 6-13, 2001.

LUNARDI, G. L.; DOLCI, P. C. MAÇADA, A. G. Adoção de tecnologia de informação e seu impacto no desempenho organizacional: um estudo realizado com micro e pequenas empresas. **Revista de Administração São Paulo**, v. 45, n. 1, p. 05-17, jan/mar. 2010.

MAT, T. Z. **Management accounting and organizational change**: impacto falignment of management accounting system, etructure and strategy on performance. Tese (Doutorado). Philosophy School of Accounting, Finance and Economics Faculty of Business and Law Edith Cowan University. Perth Western Austrália, 2010.

MCAFEE, A. P. Mastering the three worlds of information technology. **Harvard Business Review**, v. 84, n. 11, p. 141-149, 2006.

MONDINI, L. C.; DOMINGUES, M. J.; CORREIA, R. B.; MONDINI, V. D. Redes sociais digitais: uma análise de utilização pelas instituições de ensino superior do sistema ACAFE de Santa Catarina. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa – RECADM**, v. 11, n. 1, p. 48-60, jan/jun 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.
ROCIO, V. **Tecnologias da informação e comunicação**. 2010. Acesso: <http://hdl.handle.net/10400.2/1586>.

SÁ, A. L.; SÁ, A. M. L. **Dicionário de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1995.
SANCHEZ, O. P. ALBERTIN, A. L. A racionalidade limitada das decisões de investimento em tecnologia da informação. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, n. 49, v. 1, p. 86-106, 2009.

SAROKOLAEI, M. A.; BISHAK, M. J.; RAHIMIPOOR, A.; SAHABI, E. The effect of information technology on efficacy of the information of accounting system. **International Conference on Economics, Trade and Development IPEDR**, v. 36, p. 174-177, 2012.

SCOTT, W. The impact technology is having on the accounting profession. **World conference on higher education**, 2009.

SIMONS, R. Accounting control systems and business strategy: an empirical analysis. **Accounting, Organizations and Society**, v. 12, p. 357-374, 1987.

SOUZA, T. C. G. **Modelo de gestão por atividades para empresas contábeis**. Dissertação ((Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

SUWARDY, T.; RATNATUNGA, J.; SOHAL, A.; SPEIGHT, G. It projects : evaluation, outcomes and impediments. **Emerald Benchmarking and International Journal**, v. 10, n. 4, p. 324-342, 2003.

VAN DER STEDE, W. A.; YOUNG, S. M.; CHEN, C. X. Doing management accounting survey research. **Management Accounting Research**, v.1, p. 445-478, 2007.

As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do Chile e a deflagração do movimento estudantil em 2011

Cláudia Priscila Pires⁵⁸

Resumo

Em 2011, houve um movimento estudantil no Chile. Os estudantes foram às ruas em movimento de articulações de massa para reivindicar educação pública, gratuita e de qualidade no ensino superior. A pesquisa objetivou compreender quais foram os elementos responsáveis para deflagração desse movimento. Assim, foi necessária uma discussão sobre os fenômenos históricos, políticos e sociais que envolveram as questões de educação no Chile, e uma análise das reformas na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior chilena, no período histórico de 1973 a 2011. A pesquisa apontou para uma desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior. Além disso, a investigação demonstrou que o rompimento de um sistema educacional com a participação do Estado em detrimento de outro majoritariamente privado é um mecanismo que incita para as desigualdades sociais e exclusão educacional no Chile.

Palavras-chave: políticas educacionais neoliberais, movimento estudantil chileno, neoliberalismo, modelo de ensino superior chileno.

Abstract

In 2011, there was a student activist movement in Chile. Students came together in mass movement to reclaim public education, free and quality in higher education. This work aims to understand what the factors responsible for triggering this movement were. Thus, we must discuss the historical, political and social phenomena involving issues of education in Chile, and an analysis of the reforms to the structure, organization and financing of the Chilean higher education in the historical period from 1973 to 2011. The research pointed to unequal opportunities for access to higher education. Furthermore, our research has shown that disruption of an educational system with the participation of the State over another mostly private is a mechanism for urging social inequalities and educational exclusion in Chile.

Key-words: educational neoliberal policies, chilean student movement, neoliberalism, chilean model of higher education.

Introdução

O presente trabalho teórico qualitativo buscou investigar as reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior chilena, a fim de entender através destas fontes os elementos responsáveis pela deflagração do movimento estudantil no Chile em 2011. Do ponto de vista sociológico e político e da educação, a investigação está associada às discussões acerca das políticas

⁵⁸ Licenciatura Plena e Bacharelado em Ciências Sociais pela UNESP e Mestrado em Educação em Andamento pela UFSCar.

educacionais neoliberais inseridas no processo histórico intrínseco do Chile compreendido desde o golpe de Estado do General *Augusto Pinochet* em 1973 ao início do governo do Presidente Sebastián Piñera (2010 -11).

Durante a deflagração do movimento estudantil em 2011, para entender as demandas dos estudantes universitários por educação pública, gratuita e de qualidade na educação terciária, foram analisadas as políticas educacionais neoliberais com foco nos *Decretos con Fuerza de Ley (DFLs)* da década de 1980, na Lei n.º 18.962, Orgânica Constitucional de Ensino (*LOCE/90*), na redefinição das políticas educacionais de acordo com as propostas do Banco Mundial (BM) nos anos de 1990, nas políticas educacionais dos governos da *Concertación de Partidos por la Democracia (CPD)* e no posicionamento político do governo do Presidente *Sebastián Piñera* defronte ao movimento estudantil. Em seguida, foram discutidas as características do financiamento estudantil e a desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior.

O estudo abarcou as razões do Chile, um país singular na América Latina que já foi considerado como o paraíso do neoliberalismo, possuir sua imagem de sucesso do modelo de ensino superior, mundialmente apresentada, arruinada pelas manifestações estudantis contra as políticas educacionais neoliberais. Logo, a importância da referente investigação é justificada para a sociologia, a política e a educação, em um contexto histórico intrínseco do Chile, através da possibilidade de verificar as contradições manifestas dos fenômenos sociais e políticos em relação à educação presentes naquele país.

As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do Chile e a oportunidade de acesso ao ensino superior

Sob a égide dos militares que eram liderados pelo General Augusto Pinochet em 11 de setembro de 1973 a ditadura era cravada no Chile. O país foi cenário do neoliberalismo antes da implementação das propostas neoliberais nos governos de Margaret Thatcher (1979 a 1990) na Inglaterra e de Ronald Reagan (1981 a 1989) nos Estados Unidos, que são os governos considerados referências históricas destas ideias políticas e econômicas. O Chile foi ensaio prático das diretrizes neoliberais no mundo.

O governo militar designou uma comissão para elaboração da Constituição Política do Estado que foi organizada pelos *Chicago boys*, jovens economistas da Universidade de Chicago (EUA) e defensores do livre mercado na economia. O texto constitucional foi submetido ao plebiscito em 11 de setembro de 1980. A Constituição foi promulgada em 21 de outubro e começou vigorar em 11 de março de 1981 e abrangia as normas fundamentais para educação no país. É importante desvelar que não existia ainda uma lei exclusiva para educação superior em 2011 quando no governo do Presidente Sebastián Piñera houve a deflagração do movimento estudantil, em que os estudantes do ensino superior, que eram apoiados pelos secundaristas, reivindicavam o direito à gratuidade na educação superior.

Com respaldo na nova Constituição de 1980, ocorreu a promulgação do Decreto Lei nº 3.541/1980, em que por artigo único constava que ao Presidente da República cabia à autoridade para reestruturar as universidades chilenas por meio de normas estatutárias e de regulamentação da estrutura orgânica. A partir de então, as reformulações na educação superior começavam ser concretizadas pelos *DFLs*. As reformas na educação superior foram iniciadas por uma profusão de Decretos Presidenciais Educacionais que transformavam a organização, a estrutura e o financiamento das instituições de ensino superior no Chile. São notáveis os *DFLs* Nº.1, Nº.2, Nº.3, Nº.4, Nº.5, Nº.24 e Nº.33. Foi abolida em 1981 durante a ditadura de *Pinochet* a gratuidade no ensino superior presente no governo do Presidente *Salvador Allende* (1970 a 1973), que foi o primeiro socialista marxista Chefe de Estado eleito democraticamente na América Latina.

De acordo com o *DFL* Nº.1, somente as universidades eram responsáveis pela outorga de títulos acadêmicos de licenciatura, de mestrado e de doutorado. Neste decreto foram definidas as normas de funcionamento da universidade e de seu reconhecimento oficial através do sistema de “*examinación*”, cuja função era verificar o funcionamento das universidades para obtenção de reconhecimento oficial das mesmas, que era supervisionado pelo Ministério da Educação do Chile. Ocorreu a abertura educacional para a área privada, por sua vez, surgiu o setor educacional que era desvinculado da responsabilidade estatal.

Em fevereiro de 1981, foi publicado o *DFL* Nº.5 em que era exposta a regulamentação para formação de Institutos Profissionais (IPs) que também eram submetidos ao sistema de “*examinanda*”. Os *IPs* outorgavam títulos profissionais e técnicos e eram denominados como instituições de educação superior. Em abril

subsequente, para complementar ao *DFL* Nº.5 houve a promulgação do *DFL* Nº.24, que estabelecia a formação de Centros de Formação Técnica (CFTs) como instituição de ensino superior, de maneira que a formação técnica passou a compor a educação superior e o desenvolvimento da assistência técnica havia sido transformado em função acadêmica. Os cursos referentes eram aos estudantes que concluíram a educação média, apresentavam curta duração e possuíam foco nas necessidades do mercado de trabalho. A educação superior estava voltada assim para formação de profissionais de acordo com a necessidade do mercado.

Importa frisar que a educação superior no Chile em 1982 não apresentava separação entre as instituições públicas e as privadas. Até então, eram oito universidades: duas estatais, três católicas e três laicas. As universidades foram instituídas por leis, as unidades educacionais possuíam caráter público, uma vez que o Estado chileno as financiava através de provisão de montantes fixos que não dependiam do número de estudantes matriculados na instituição. Por outro lado, o governo militar havia determinado as normas de criação e de dissolução das universidades do setor privado, que ainda não havia sido organizado até 1982. As universidades privadas, quando foram criadas, eram referência de cursos com pouco investimento, ao mesmo tempo em que os cursos que necessitavam de muitos investimentos operacionais eram financiados pelo Estado nas universidades públicas.

Ademais, as universidades estatais – Universidade do Chile e Universidade Técnica do Estado – foram reestruturadas na esfera institucional e na financeira a partir da publicação do *DFL* Nº.2 em dezembro de 1980. Os novos campi eram formados como universidades derivadas, que eram instituições vinculadas às universidades estatais e cobravam mensalidades dos estudantes. Posteriormente, através de outros *DFLs*, foram organizadas as criações dos IPs e dos campi regionais. Estas reformas estruturais exigidas pelo governo promoveram a pulverização dos estudantes entre as unidades de educação superior e dificultava a organização de um movimento estudantil contra estas transformações realizadas na educação superior pela ditadura. As oito universidades existentes na época foram transformadas em vinte e cinco através da separação das suas sedes, tornaram-se universidades derivadas ou IPs autônomos. Foram reconhecidos, formalmente, dois novos tipos de instituições de ensino superior: os *IPs* e os *CFTs*.

Em dezembro de 1980, conforme o *DFL* Nº.3, os salários dos docentes e dos funcionários do administrativo da universidade foram desvinculados da remuneração

do funcionalismo público e foram justapostos aos regulamentos de cada instituição, formando o rompimento da carreira única dos docentes nas universidades públicas e o fortalecimento das privatizações dentro das instituições de ensino superior. Além disso, as universidades privadas eram financiadas através dos pagamentos de matrícula e de mensalidades dos seus cursos pelos estudantes, já as instituições públicas começavam a cobrar mensalidades dos seus estudantes, à medida que era reduzido o financiamento público na educação superior. A educação superior chilena tornava-se dependente do financiamento privado e estava atrelada às necessidades do mercado que a financiava. As universidades públicas e privadas no Chile eram obrigadas através da legislação a se organizarem como instituições sem fins lucrativos.

No âmbito do setor de financiamento da educação, vale enfatizar o *DFL* Nº.4 e o Nº.33. Em 1981, com promulgação do *DFL* Nº.33 foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (*FONDECyT*), que era um programa público administrado pela *Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica* (*CONICYT*) com o objetivo de estimular e promover o desenvolvimento da pesquisa científica no Chile. Pois bem, era inaugurada a modalidade de financiamento competitivo posta pelo Estado como um critério para alocação de recursos nas áreas de conhecimento e no desenvolvimento científico e tecnológico. Os estudantes e os grupos de pesquisa podiam submeter suas propostas ao *FONDECyT* para solicitar financiamento aos projetos e aos programas de pesquisa no ensino superior.

Quando foi publicado o *DFL* Nº.4 em janeiro de 1981, foram determinados os três mecanismos de financiamento mais importantes para as universidades: *AFD*, *AFI* e Crédito Fiscal Universitário. É importante salientar que os estudantes das universidades privadas também podiam encaminhar seus projetos ao *FONDECyT* para solicitar financiamento de suas pesquisas científicas.

O Aporte Fiscal Direto (*AFD*), quando criado, era um fundo exclusivo para o financiamento universitário, e as instituições de ensino recebiam a transferência direta de capitais pelo governo. Todas as instituições do país dispunham de 95% da soma financeira total do *AFD* para dividirem entre si em partes iguais, e a transferência dos demais 5% do financiamento era realizada para as instituições com base no seu número de estudantes em pós-graduação, de publicações institucionais, de projetos de pesquisa realizados e entre outros. A partir de 1986, foi estabelecido que as instituições receberiam 50% do valor equivalente aos 95% de antes.

O Aporte Fiscal Indireto (AFI) apresentava como referência *Prueba de Amplitud Acadêmica (PAA)*, que era um exame escrito que foi aplicado entre 1966 até 2002 aos estudantes no final do curso básico e também do curso médio para avaliar o cumprimento do currículo da educação básica e da educação média no país. Com vista nisto, a PAA era um exame para selecionar os estudantes de acordo com sua pontuação para o ingresso ao ensino superior, nela 20.000 estudantes eram habilitados para o ensino superior, de forma que a pontuação na PAA estava também relacionada com a concessão indireta de financiamento estudantil público ao estudante. Em 2002, a PAA foi substituída pela *Prueba Selección Universitária (PSU)*, que passou ser o exame de seleção para o acesso ao ensino superior a partir de então. As instituições recebiam AFI de acordo com o número de estudantes da instituição, que estava dentro a quantidade de 20.000 estudantes que era aprovada na PAA. Em 1986, houve o aumento de aproximadamente 90% do AFI em moeda chilena em relação ao valor fixado em 1980. Em 1987, o número de melhores pontuações habilitado na PAA foi elevado para 27.500 devido à Lei Nº 18.768, e os estudantes dos IPs e dos CFTs foram também incluídos nesta avaliação.

Quanto ao Crédito Fiscal Universitário, tratava-se de um mecanismo que facultava à instituição de receber crédito educativo para o estudante, o que possibilitava as instituições de estabelecerem créditos estudantis para os estudantes nesta modalidade de financiamento, porque as instituições podiam solicitar ao governo o crédito universitário ao seu estudante. Se o crédito fosse concedido ao estudante, a instituição de ensino adquiria do governo um aporte fiscal de 65% da totalidade destes créditos e os outros 35% restantes eram geridos pela instituição e eram cobrados dos estudantes conforme as regras de financiamento da instituição.

Por outro lado, ainda na década de 1980, o governo chileno ofertava incentivos para o setor empresarial atuar na educação superior. A realização de financiamento por meio das doações às instituições privadas era para os doadores receberem o direito à isenção fiscal e ao convênio de cooperação técnica universidade/empresa no campo da investigação e do desenvolvimento de produtos dos interesses do setor produtivo. As modalidades de financiamento estudantil, AFD, AFI e Crédito Fiscal Universitário para suas concessões aos estudantes estavam relacionadas com a pontuação da PAA, que era exigida pela instituição de ensino superior conforme a normalização do governo chileno. O fortalecimento do ideário neoliberal na educação

superior chilena ocorreu através destes mecanismos de financiamento, que no decorrer do tempo modificaram-se pouco desde a sua implementação.

Durante a ditadura comandada pelo General Augusto Pinochet, as transformações na organização, na estrutura e no financiamento da educação superior foram realizadas através de Decretos Presidenciais Educacionais. É importante salientar que estas reformulações, com base nas políticas neoliberais, transcenderam o período ditatorial; em março 1990, para a transição da ditadura à democracia, foi eleito o governo da CPD. Antes disto, no último dia do ditador Pinochet no poder, os militares aprovaram uma nova regulamentação para educação: LOCE/90 que, apesar das transformações previstas para a legislação da educação no país, manteve os regulamentos dos DFLs para educação superior em vigor com poucas alterações. A LOCE/90 vigorou até 2009, quando foi revogada com a promulgação da Lei Geral da Educação (LGE) no governo da Presidente Michelle Bachelet, no entanto a LGE não abrangia o ensino superior.

Em 1990, a LOCE/90 apresentava mudanças na regulamentação da avaliação institucional do ensino superior. Era uma nova política para o sistema educacional, com ênfase para os seus artigos 41 e 39.

No artigo 41, estava declarada a criação do *Consejo Superior de Educación* (CSE), que era vinculado ao Ministério da Educação do Chile, e no artigo 39, para substituir o antigo sistema de examinanda, estava exposto o estabelecimento do *sistema de acreditación*, um processo de reconhecimento oficial pelo qual passavam exclusivamente as instituições privadas de ensino. Ademais, no artigo 29 estava presente o reconhecimento de mais uma modalidade de instituição de ensino superior no país. Oficialmente, eram quatro modelos a partir de então: *Universidades, Institutos Profesionales, Centros de Formación Técnica e Instituciones de Educación Superior de Las Fuerza Armadas y de Policía*.

O sistema de *acreditación* era um novo processo de avaliar a educação superior que foi aprovado pelo Ministério da Educação do Chile. As universidades que foram constituídas antes de 1980 possuíam a opção legal de permanecer no antigo sistema de *examinación* ou de fazer sua integração ao sistema de *acreditación*. Por outro lado, era obrigatório às universidades privadas que foram criadas após 1990 integrarem-se ao sistema de *acreditación* para seu reconhecimento oficial. Cabe esclarecer que o CSE era responsável pelo processo de licenciamento institucional, constituindo-se no organismo público e autônomo para conduzir a verificação do cumprimento do projeto

educativo durante seis anos para obtenção do certificado de "autonomia plena" da IES. Quando necessário havia prorrogação de cinco anos para continuidade desta avaliação para poder sancionar ou vetar o licenciamento, no caso de não haver habilitação do projeto educativo da instituição era feito seu cancelamento jurídico.

A partir da influência do BM na educação chilena, em abril de 1998, o Mistério da Educação tornou público Programa de Melhoria da Qualidade e Equidade em Educação (*MECESUP*). O BM naquela época era um organismo internacional que financiava as políticas educacionais em defesa do ideário neoliberal. O *MECESUP* tinha a proposta de melhorar o sistema de *acreditación*, assim elaborar um sistema de financiamento privado denominado Fundo Competitivo e incentivar às privatizações das instituições que privilegiavam a formação de técnicos de nível superior.

Sobre os referentes propostos, o Ministério da Educação do Chile estabeleceu a criação da *Comisión Nacional de Acreditación de Pregrado (CNAP)* para cursos de graduação, a fim da elaboração, organização e implementação do processo de *acreditación*. Já para a pós-graduação foi criada a *Comisión Nacional de Evaluación de la Calidad de programas de Postgrado (CONAP)*. Pois bem, para as IES era voluntária a participação nestes programas de *acreditación*, porém precisa-se considerar que o processo de *acreditación* era um requerimento obrigatório para IES solicitar o Crédito Fiscal Universitário para seu estudante e outros financiamentos estatais indiretos.

Em 2006, *Michelle Bachelet* foi eleita a primeira Presidente do Chile. Durante seu governo, em 2009, foi realizada a promulgação da *LGE*, o que revogava a *LOCE/90*. Apesar de leis que transformaram-na durante o período democrático, a *LOCE/90* ainda era antes da sua revogação, portanto, o legado da ditadura de *Pinochet* para a educação chilena. A *LGE* representava um novo quadro institucional para a educação do ensino primário e do secundário, porém não promovia mudanças significativas aos regulamentos em relação ao ensino superior. Em síntese: a *LGE* não abrangia o ensino superior em sua especificidade. A *LOCE/90*, mesmo tendo sido revogada, continuava a cumprir seu papel de herança de *Pinochet* para educação superior.

As desigualdades de acesso e a exclusão educacional provocadas pelas políticas neoliberais implementadas no ensino superior chileno

As reformas neoliberais no modelo institucional de educação superior a partir da ditadura militar de Pinochet causaram mudanças na estrutura, na organização e no financiamento das instituições de educação superior do Chile. Ocorre a implementação da concepção individualista no ensino superior ao reduzir a atuação do Estado acerca do financiamento da educação pública, além de colocar a liberdade de ensino nas mãos do mercado.

O rompimento de um sistema educacional com a participação do Estado em detrimento de outro majoritariamente privado realizava a incitação das desigualdades sociais e da exclusão educacional no Chile, de acordo com o *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos da Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO)* divulgado em 2011 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Não existiam universidades gratuitas no país, os pagamentos da matrícula e das mensalidades eram feitos pelos estudantes nas universidades públicas e nas privadas. O governo ofertava o benefício de recursos de bolsas, um sistema de apoio com bônus de manutenção e de créditos universitários que deviam ser restituídos pelo beneficiado aos cofres públicos após o término do ensino superior, mas muitos estudantes ficavam endividados antes até da conclusão do ensino superior. Cabe colocar que nem sempre esta dívida era de origem pessoal, muitas famílias também ficavam endividadas devido ao financiamento estudantil de seu familiar.

Após o *Mochilazo* (2000), movimento dos secundaristas que já pedia o fim da *LOCE/90*, houve a retomada do movimento estudantil no Chile logo que Michelle Bachelet assumiu o cargo presidencial. Os estudantes secundaristas demonstravam sua insatisfação com as políticas educacionais arraigadas na *LOCE/90*. Foi deflagrada a Revolta dos Pinguins em 2006. O movimento ficou conhecido assim por causa da denotação ao uniforme com gravata dos secundaristas ao estilo do início do século vinte. O uniforme era usado pelos manifestantes para protestar, uma vez que já não era obrigatório aos estudantes. Neste contexto, o vestuário era uma referência aos anos de Pinochet. Os secundaristas declaravam greve, ocupavam colégios, realizavam as assembleias e as marchas coletivas; as principais reivindicações dos secundaristas eram o melhoramento da qualidade do ensino secundário e o fim da *LOCE/90*, além disto, eles reivindicavam a gratuidade do ensino superior. O movimento enfraqueceu após as negociações com o governo de *Bachelet* que

passava se empenhar na elaboração de uma nova legislação para educação. Em 2009, a LGE foi a resposta do governo aos protestos estudantis de 2006. A LGE foi promulgada, e a *LOCE/90* era revogada no Chile, mas, vale ressaltar que LGE não abrangia o ensino superior e, assim, a *LOCE/90* permanecia para ensino superior como legado de Pinochet.

A CPD permaneceu na presidência do Chile durante março de 1990 até março de 2010. Os governos da CPD, apesar de dizerem que eram de centro-esquerda, aplicavam os preceitos neoliberais no sistema educacional. Apesar do *Mochilazo* (2000), somente em 2006, durante a Revolta dos Pinguins, um dos governos da CPD foi fortemente atingido por protestos estudantis contra as políticas educacionais neoliberais.

Já a partir de abril de 2011, o governo do Presidente Sebastián Piñera do partido da Alianza, composto por uma coalização de direita de partidos políticos, começava enfrentar os protestos dos estudantes do ensino superior, que eram apoiados pelos secundaristas, todos estavam empenhados na luta pelo direito à educação gratuita. Houve a deflagração do movimento estudantil articulada em território nacional. Mais uma vez, as mobilizações estudantis pediam gratuidade no ensino e melhoramento da qualidade educacional, os estudantes reivindicavam reformas estruturais no sistema chileno de educação, sobretudo, no modelo de ensino superior.

O movimento estudantil fazia as reivindicações pela igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior e pela inclusão educacional dos diversos grupos de rendas presente na sociedade chilena. À medida que os estudantes ficavam endividados devido ao aumento dos juros excessivos do financiamento estudantil feito para quitação de mensalidades dos cursos terciários, os bancos comerciais privados eram beneficiados pelos lucros crescentes em torno disto.

As reformas neoliberais realizadas no modelo de educação superior colocavam a liberdade de ensino dentro do mercado econômico para haver competitividade pelos estudantes na busca de aprovação através do exame de seleção - a PSU - para ingressar no ensino superior. No entanto, com uma consciência social e política sobre as condições de desigualdade de oportunidades no acesso à educação superior, os estudantes aproveitaram o ensejo político em 2011, quando a chamada direita pinochetista formada pela cúpula dos neoliberais governava o país pela primeira vez após a transição da ditadura à democracia, para fazer reivindicações por mudanças estruturais e de financiamentos no modelo de ensino superior. Como eram opositores

ao modelo neoliberal de educação no Chile, os estudantes eram contra a posição do governo de tratar a educação como bem de consumo, mas sim a educação era entendida por eles como um direito, que necessitava ser exigido diante daquela situação educacional vigente no país.

Vale ressaltar que foi implantado o sistema de subvenções às universidades e de mensalidades aos estudantes, procedimento que caracterizava a diminuição do financiamento público. Segundo o Ministério da Educação do Chile, era obrigação do Estado aplicar apenas 30% a 40% do orçamento das universidades públicas na forma de AFD. Para universidades privadas foi criado o mecanismo de transferência de AFI, que era distribuído até 2011 de acordo com as normas da PSU, um exame de nível nacional que aprovava apenas 27 mil candidatos no âmbito aproximadamente de 200 mil estudantes dentre os estudantes que costumavam realizar este exame de seleção para buscar o ingresso no ensino superior. A PSU era o único sistema de admissão para todas as universidades do Estado e para as universidades privadas que integravam o CRUCH, uma organização criada em 1954 pela Lei n.º 11.575, cujas funções eram coordenar as ações das universidades tradicionais, que foram fundadas antes de 1981, e representar os interesses das mesmas perante o Estado.

Além disso, o AFI era diretamente administrado pela universidade privada, ao mesmo tempo em que, os estudantes beneficiados por este financiamento público pagavam mensalidades para a mesma. Em 2011, segundo os dados do Ministério da Educação do Chile, o país apresentava 169 instituições de ensino superior – 44 IPs, 66 CFTs e 59 universidades, uma vez que 25 eram membros do CRUCH e 34 eram privadas. As universidades tradicionais, que recebiam AFD, em grande parte foram constituídas antes de 1981, dentre as 25 do CRUCH: 16 eram estatais, 6 eram católicas e 6 eram universidades laicas privadas.

Por outro lado, as universidades privadas que não eram consideradas como tradicionais, foram criadas a partir de 1980 pela iniciativa privada e apresentavam custos onerosos dos estudos e a baixa proporção de estudantes com acesso ao auxílio estudantil, além de bolsas o governo chileno proporcionava um sistema de apoio financeiro com bônus de manutenção e créditos estudantis, mas nem todos os estudantes de baixa renda, que necessitavam de apoio financeiro para manter-se no ensino superior, conseguiam receber um financiamento deste sistema para custear parte de suas mensalidades. Vale esclarecer que apenas as universidades do CRUCH a partir de 1994 possuíam o direito de dirigir-se ao Fundo de Solidariedade, que eram

fundos públicos para financiamento estudantil, para solicitar financiamento aos seus estudantes. Ou seja, os estudantes não matriculados numa instituição do CRUCH, que exigia elevada pontuação na PSU para admitir o ingresso do estudante nela, nem podiam ser beneficiados por esta modalidade de financiamento.

Sem dúvida, o modelo de educação chileno possui origem na LOCE/90 imposta por *Pinochet*, que estabeleceu o mecanismo de financiamento público à demanda pelo serviço de educação superior ao aprovar o sistema de subvenção o qual era caracterizado pela distribuição de créditos estudantis por estudantes às universidades. Tratava-se do processo mercantilista do sistema de ensino, a diminuição da atuação do Estado, que agia somente como um regulador do mercado através de sistemas de avaliação com exames pontuais e de políticas educacionais que priorizavam o mérito individual, as mesmas fomentavam a competitividade dentre os estudantes, mas todos os estudantes não estavam nas mesmas condições socioeconômicas para competir pelo acesso ao ensino superior através da PSU e por financiamento estudantil público ou privado. De modo que, as políticas educacionais do governo do Chile não funcionavam como estratégia para resolver o problema da desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior.

Além disso, a educação chilena estava orientada exclusivamente para o mercado de trabalho, o que denota sua baixa qualidade porque não possuía a potencialidade de responder à necessidade da formação cidadã dos estudantes. Em 2011, em média a formação em um CFT apresentava duração de dois anos, em um IP para graduação profissional eram quatro anos, e para graduação universitária era o período equivalente de cinco anos. Somente, as universidades podiam oferecer programas de pós-graduação, visto que os cursos de mestrado possuíam duração de dois anos e os de doutorado de quatro.

A dinâmica do modelo neoliberal de educação superior atrelado ao mercado tinha o intuito de que as universidades fossem competitivas entre si, para que no âmbito da competitividade pudesse haver a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pelas instituições. Conforme os preceitos neoliberais adotados pelo governo, a competitividade entre as instituições de ensino superior tinha em vista proporcionar o melhoramento da qualidade do ensino, isto efetivamente não foi comprovado, mas sim o que houve foi a lucratividade das universidades por meio dos cursos de graduação com mensalidades caras e juros altos. A competitividade entre

as universidades estava voltada para os custos dos serviços ofertados aos estudantes e não estava focada no melhoramento da qualificação das instituições.

Por conta disso, em 2011 houve a deflagração do movimento estudantil, o qual ocorreu de maneira autônoma e independente das instituições políticas partidárias. A Confederação de Estudantes do Chile (CONFECH) realizava o diálogo entre o movimento estudantil com suas demandas e as instituições políticas. A mobilização em massa estava articulada às federações estudantis, as universidades tradicionais e as privadas estavam associadas às estas federações. A CONFECH constituída pelos representantes destas federações universitárias era responsável pela convocação dos estudantes para greve. Cabe esclarecer que os representantes das federações eram eleitos democraticamente pelo corpo discente de suas instituições, que realizava votação interna para decisão de aderir ou não à greve estudantil.

Diante da desigualdade de oportunidades no financiamento estudantil promovido pelo sistema educacional, os estudantes nas articulações sociais em espaços públicos expressavam suas indignações com as políticas educacionais do país. Por fim, a deflagração do movimento estudantil em 2011 destruía a imagem de sucesso internacional do modelo chileno de educação, que era construída desde a década de 1990 por organismos multilaterais como o BM.

Considerações Finais

As transformações aqui analisadas na educação superior chilena redimensionaram a identidade das instituições de ensino superior. Em decorrência, houve o predomínio de uma identidade capitalista das universidades com ênfase na competitividade mercantil dentro do sistema de educação, mesmo que no Chile, as universidades públicas e privadas mediante a legislação não pudessem possuir fins lucrativos, na prática esta designação não era plenamente cumprida. A partir do golpe militar de 1973, o ideário neoliberal nas políticas educacionais transformou a identidade das instituições de ensino superior no tocante às universidades, que antes estavam sob a preponderância do socialismo democrático do Presidente Salvador Allende (1970 a 1973). Os anos do governo do Presidente Allende foi uma preparação para um governo comunista no Chile, em que havia em foco a gratuidade da educação chilena. De verso, desde o golpe de Estado por Pinochet, o ensino era transformado

em um empreendimento de negócios, uma vez que em 1981 foi abolida a gratuidade na educação.

No caso chileno foi buscado investigar os elementos históricos responsáveis pelas demandas do movimento estudantil deflagrado em 2011. As políticas educacionais eram apresentadas como elemento facilitador no ingresso ao ensino superior no Chile, mas, ao mesmo tempo, fomentavam a desigualdade social e não eram deverás mecanismo de democratização da educação superior no país, uma vez que estavam embasadas na meritocracia. O mérito individual não expelia toda e qualquer forma de privilégio hereditário e corporativo, porque não apreciava nem avaliava os estudantes em consideração dos seus percursos e de suas histórias de vida. No Chile, a meritocracia no ensino superior dava prosseguimento ao processo de transformar as desigualdades injustas numa desigualdade justa mediante ao processo de seleção para as universidades.

O modelo educacional chileno, de fato, em 2011 fomentava a exclusão educacional, pois os estudantes das classes sociais de baixa renda não estavam nas mesmas condições das outras classes para competir na PSU, que determinava elevadas pontuações para ingresso nas universidades do CRUCH, as universidades do CRUCH estabeleciam pontuações elevadas para o estudante poder ingressar em uma delas, além disto, o processo de seleção exigia uma preparação onerosa e criteriosa por parte do estudante.

Ademais, as universidades privadas, que não pertenciam ao CRUCH, e as públicas cobravam também mensalidades caras equivalentes às taxas mensais de países desenvolvidos como Canadá e Nova Zelândia (UNESCO, 2011). O custo do ensino superior no Chile era caro tanto nas universidades públicas como privadas e também no setor não universitário do ensino superior, CFTs e IPs. O que sobrecarregava o orçamento individual/familiar, porque era responsabilidade do indivíduo e da família custear as matrículas e as mensalidades no ensino superior.

Por razão do recrudescimento das desigualdades socioeconômicas nos países desenvolvidos e nos em desenvolvimento durante o final da década de 1990 como resultado das políticas neoliberais, no Chile começavam ser repensadas pelos estudantes as questões da exclusão educacional no modelo de ensino. Surgia o movimento Mochilazo em 2000 liderado pelos secundaristas e contra as políticas neoliberais no setor da educação. Os financiamentos estudantis no Chile não buscavam a democratização no ensino superior, mas sim era um elemento facilitador

para o acesso dos estudantes, que estavam inseridos na competitividade para as melhores pontuações na PSU e na busca pelos melhores serviços ofertados pelas universidades públicas e pelas privadas. Os estudantes chilenos tinham se tornados consumidores dos serviços educacionais, porque a educação foi transformada um bem de consumo no país.

O neoliberalismo na educação chilena foi resultado, antes de tudo, do o porquê o governo chileno atender algumas prescrições de Mílton Friedman (1912 a 2006) para educação, a partir dos *Chicago boys* ocorreram às tendências ideológicas no modelo chileno de educação que foram mais influentes nas décadas de 1980, e ainda sim estavam elas presentes nos anos de 1990 e nos anos de 2000, no Chile através da coalizão centro-esquerda da CPD na direção do governo. Entretanto, a partir dos anos de 1990, a educação chilena estava alinhada com as prescrições dos organismos internacionais multilaterais como BM, mas não tinha rechaçado o neoliberalismo, só que naquele período histórico estava com foco no capitalismo financeiro da sua época.

Assim, o levante estudantil com suas reivindicações por educação pública, gratuita e de qualidade no ensino superior foi uma prova de que o passado histórico ditatorial não havia sido superado pelos chilenos até então. As manifestações estudantis atingiram assim a sociedade chilena que estava afastada da disputa política desde o período da transição da ditadura à democracia. A deflagração do movimento estudantil em 2011 apontava para o problema do sistema de educação superior fomentar exclusão educacional e não solucionar a problemática das desigualdades sociais através do acesso à educação superior, com vista nisto a educação era mecanismo de manutenção das classes sociais, apesar da ideologia neoliberal difundir que a competitividade para ingressar no ensino superior e o mérito individual eram elementos que podiam conduzir à ascensão social mediante a educação de qualidade voltada para o mercado de trabalho.

Referências

ALVARES, L. A. G. M. **O Movimento Estudantil de 2011 e a Crise de Legitimidade do Sistema Político Chileno.** II Seminário de Iniciação da Escola Superior de Propaganda e Marketing. ESPM São Paulo, SP, 2013.

ALVARES, L. A. G. M. e MONTEBELLO, N. M. **O movimento pela educação de 2011 e a crise institucional chilena.** I Seminário de Iniciação Científica da Escola Superior de Propaganda e Marketing. ESPM, São Paulo, SP, 2012.

ARAUJO, K. MARTUCCELLI, D. **La individuación y el trabajo de los individuos. Educação e Pesquisa**, vol. 36, n. Especial, p. 77-91, 2010.

ARIÉS, P. **A descoberta Infância.** In: Áries, P. História Social da Criança e da Família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978, Tradução: Dora Flaksman, p. 50-69.

_____. **Conclusão: os dois sentimentos da Infância.** In: Ariés, P. História Social da Criança e da Família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978, Tradução: Dora Flaksman, p. 156-164.

CHILE, Decreto Com Fuerza de Ley nº1 de 3 de janeiro de 1981. Fija normas sobre universidades. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile.** Disponível em: <http://bcn.cl/4v1n> Acesso em: 1 nov. 2014.

CHILE, Decreto Com Fuerza de Ley Nº2 de 7 de janeiro de 1981. Fija normas sobre reestructuración de universidades. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile.** Disponível em: <http://bcn.cl/4vhv> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE, Decreto Con Fuerza de Ley Nº 3 de 30 de dezembro de 1980. Dispone normas sobre remuneraciones en universidades chilenas. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile.** Disponível em: <http://bcn.cl/4x6j> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE, Decreto Con Fuerza de Ley Nº 4 de 20 de janeiro de 1981. Fija normas sobre financiamiento de las universidades. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile.** Disponível em: <http://bcn.cl/4zjh> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE, Decreto Con Fuerza de Ley Nº 5 de 16 de fevereiro de 1981. Fija normas sobre institutos profesionales. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile.** Disponível em: <http://bcn.cl/4xsm> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE, Decreto Con Fuerza de Ley Nº 24 de 17 de abril de 1981. Fija normas sobre centros de formación técnica. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile.** Disponível em: <http://bcn.cl/4twr> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE, Decreto Con Fuerza de Ley Nº33 de 27 de outubro de 1981. Crea el Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile.** Disponível em: <http://bcn.cl/562x> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE, Ley General de Educación Nº 20.370 (LGE) de 12 de setembro de 2009. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile.** Disponível em: <http://bcn.cl/4vg3> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE. Ley General de Educación de 2009. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile.** Disponível em: <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1006043#educación0> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE, Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza N° 18962 de 1990 (LOCE/90) de 10 de março de 1990. **Universid de Chile**. Disponível em: <http://uchile.cl/ux8386> Acesso em: 11 nov. 2014.

DE BLASI, J. Tese de Doutorado. **A Avaliação Como Eixos Da Educação Superior Na América Latina: os casos da Argentina, Brasil, Chile e México**. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2005.

DEITOS, R. Liberalismo educacional: o receituário de Milton Friedman. In: ZANARDINI, Isaura M.; ORSO, Paulino J. (orgs.). **Educação, Estado e sociedade capitalista**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2008. p.25-37.

DÍAZ, S. D. A Reforma Neoliberal da Educação Superior no Chile em 1981. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n°57, p.53-64, fevereiro de 2005.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GOVEIA, L. Dissertação de Mestrado. **Ensino Superior Público e Privado no Brasil e no Chile desde as Reformas Educacionais de 1968 e de 1981 até a década de 2000: Financiamento , Acesso e Desigualdade**. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Brasília, 2009.

GORGULHO, G. Reforma do ensino superior chileno entra em pauta. **Revista de Ensino Superior da Universitária**, Campinas, Edição nº 5. p.16-21, abril 2012.

INSTITUTO LIBERAL. **Galeria dos autores liberais do Instituto liberal. Milton Friedman**. Disponível em: http://www.institutoliberal.org.br/galeria_autor.asp?cdc=923. Acesso em: Nov.2014.

MARTUCCELLI, D. **Desafios Comuns. Retrato de la sociedade chilena y sus individuos**. Santiago: LOM, 2012. Tomo II . P. 15-98 (Parte 3: Esfuerzos y recompensas – La desmesura laboral (p.15-58) e La cuestión del mérito (p. 59-91).
_____ **Lecciones de sociologia del individuo**. Mimeo, p. 1-33.

MINEDUC - Ministerio de Educación de Chile. **Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (FONDECYT)**. Disponível em: <http://www.conicyt.cl/fondecyt/sobre-fondecyt/que-es-fondecyt/> Acesso em: 11 nov. 2014.

MINEDUC - Ministerio de Educación de Chile. **Programa de Mejoramiento de la Calidad y Equidad de la Educación Superior (MESESUP)**. Disponível em: http://www.mecesup.cl/index2.php?id_portal=59&id_seccion=3586&id_contenido=14892. Acesso em: 11 nov. 2014.

Selección de leyes y decretos sobre financiamiento, acreditación y becas de educación superior. (normas actualizadas a la fecha y selección realizada el 26 de mayo de 2010). **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile** . Disponível em: http://www.bcn.cl/leyes_temas/leyes_por_tema.2006-02-06.6902438159 Acesso em: 11 nov.2014.

MORAES, R. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?**. São Paulo: SENAC, 2001.

SIQUEIRA, A de. As reformas do ensino superior no Chile e na China. **Revista de Avaliação**, Campinas, v.8, n.4, p. 141-161, dez, 2003.

UNESCO - Organização das Nações Unidas. A crise oculta, confronto a armadas e educação - **Relatório de Monitoramento Global de Educação Para Todos. Relatório Conciso 2011**. Edições UNESCO.

OLIVEIRA, L S de. Contra o quê luta o movimento estudantil no Chile? **Revista de Segurança Urbana e Juventude**. v. 4, n. 1/2. 2011. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/5031> Acesso em: 11 set. 2014.

Análise do uso das contribuições de Gramsci na reforma do ensino médio no RS à luz do caderno 12 do cárcere

Josiane Machado Alexandre⁵⁹, Clarissa Eckert Baeta Neves⁶⁰

Resumo

Este artigo irá fazer uma análise da forma como as contribuições de Gramsci foram apropriadas pela Seducrs ao propor e elaborar sua proposta de reforma do ensino médio. Fizemos uma análise de conteúdo do documento orientador da política pública no que se refere ao referencial gramsciano em torno da educação, após apresentamos um esquema interpretativo do caderno 12 do autor e por último fazemos alguns apontamentos em torno da relação entre o que o documento defende e as ideias de Gramsci de forma a estabelecer uma crítica às afirmações ali presentes. Acreditamos que o debate da relação entre políticas públicas e uso de referenciais teóricos é importante para qualificar os estudos na área da educação. Como resultados podemos demonstrar que o uso das ideias do teórico italiano foi apropriado de forma a-histórica e descontextualizado, mas destacamos a inovação por parte da seducrs neste tipo apresentação de documento orientador de política pública.

Palavras-chave: Gramsci – Reforma do ensino médio – Políticas públicas – Educação

Este artigo objetiva analisar como as contribuições de Gramsci foram apropriadas pelo poder público estadual do Rio Grande do Sul ao levar a cabo sua reforma do ensino médio iniciada no ano de 2012 em sua rede pública tendo como parâmetro o caderno 12 do referido teórico italiano. Para tanto, iremos proceder a análise de conteúdo do documento orientador da reforma e submete-lo ao exame das palavras do próprio Gramsci, entre outros autores, de forma a estabelecer uma revisão dos termos apontados pelo documento e dialogar em torno da temática da reforma como um objeto peculiar para pensar a relação entre programas de governo na área da educação e uso de teorias acadêmicas como subsídio para as práticas políticas.

Iniciaremos por um exame detalhado em torno do documento orientador da reforma no que diz respeito ao uso do referencial gramsciano, em seguida faremos uma breve apresentação do caderno 12 com o auxílio de comentadores do teórico italiano. A escolha deste caderno decorre da aproximação dele com o tema da educação, pois muito do que se conhece em torno da concepção de educação de Gramsci é atribuída a este caderno. Por fim, iremos demonstrar de que forma ocorre

⁵⁹ Graduada em história pela FAPA, graduanda em Ciências Sociais e mestranda em sociologia pela UFRGS, professora da rede estadual e privada de ensino.

Email: prof.josimachado@yahoo.com.br

⁶⁰ professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pesquisadora, com bolsa produtividade, CNPq 1B e coordenadora do Grupo de Estudos sobre Universidade/GEU/UFRGS. Membro da comissão editorial da Revista Sociologias (UFRGS).

a correspondência entre o documento base da reforma, conforme a análise de conteúdo indicar, e os resultados apontados pelo estudo do caderno 12. Ao final do texto, abriremos um debate em torno da relação entre políticas públicas e uso das ciências humanas no campo da educação. Considerando que este debate torna-se cada vez mais necessário no atual momento marcado por grandes mudanças nas perspectivas em torno da educação na sociedade conhecimento. Iniciar esta discussão representa caminhar no sentido de romper a naturalidade e *positividade* com que muitas vezes são vistas as políticas públicas que se nutrem de pressupostos científicos submetendo-as a contextualização de seus postulados ao refazer o caminho teórico percorrido pelas mesmas.

Perspectivas gramscianas no documento orientador da reforma do ensino médio no RS

O documento orientador da reforma do ensino médio no RS intitulado **Proposta Pedagógica Para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011 – 2014** foi apresentado pela Secretaria Estadual da Educação do RS (Seducrs) no final do ano de 2011 para entrar em vigor a partir do ano letivo de 2012. É importante ressaltar que este documento previa a implantação gradual das novas diretrizes apresentadas, sendo que no primeiro ano estariam contemplados somente os alunos do primeiro ano do ensino médio, no segundo ano se acrescentaria o segundo ano do curso e no terceiro ano de implantação todos os alunos da rede estariam sendo atendidos pelo novo modelo. Outra importante consideração é que este documento possui força de lei, mas seu conteúdo poderia ser discutido em assembleias com os membros do corpo profissional da educação, realizadas previamente a implantação. Todavia, não ocorreram alterações significativas após estes encontros e os mesmos redundaram na elaboração de um regimento padrão enviado as escolas no ano de 2012⁶¹ onde são especificados pontos que aparecem de forma mais geral no documento base com a finalidade de padronizar para o conjunto das escolas as novas disposições. Optamos por secundarizar a discussão em torno da reforma em suas questões organizativas para

⁶¹ O referido regimento padrão, bem como o documento orientador da reforma encontram-se disponíveis na página da Seducrs no endereço: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/ens_medio.jsp?ACAO=acao1.

focarmos na análise do referencial teórico utilizado no texto do documento orientador, mais especificamente as menções que este faz a teoria de Gramsci.

Começando pelo título da proposta, pois temos aí um indicativo da perspectiva a qual a seducrs está trabalhando. O conceito de politecnia é tido como o mote da proposta do novo ensino médio da rede estadual gaúcha, todavia este parece estar separado da escola profissional. É possível inferir a partir do título que existe uma proposta de currículo para o ensino politécnico e uma outra para o ensino profissional ligado ao ensino médio. Em relação ao ensino médio regular, este passou a ser chamado de politécnico, e segundo o documento o mesmo,

Tem em sua concepção a base na dimensão politécnica, constituindo-se no aprofundamento da articulação das áreas de conhecimentos e suas tecnologias, com os eixos Cultura, Ciência, Tecnologia e Trabalho, na perspectiva de que a apropriação e a construção de conhecimento embasam e promovem a inserção social da cidadania (SEDUCRS, 2011, p. 10).

Em relação ao ensino profissional, temos a citação da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional a qual prevê que a educação profissional deverá ser realizada em matrícula distinta do ensino médio regular (Ibid., p. 11). Mesmo sendo considerados cursos diferentes sob o ponto de vista do Ministério da Educação, a Seducrs sustenta que é possível haver uma articulação curricular entre os cursos de ensino médio regular e profissional conforme o excerto:

O mundo contemporâneo constitui-se por relações sociais e de produção de caráter excludente, que resultam das formas capitalistas de produção e reprodução da existência e do conhecimento. Nesse contexto, torna-se urgente a reestruturação da educação profissional, tendo em vista a ampliação das possibilidades de inclusão no mundo do trabalho e, por essa via, o acesso aos direitos básicos da cidadania. Para tanto, torna-se necessário construir um currículo que contemple ao mesmo tempo as dimensões relativas à formação humana e científicotecnológica, de modo a romper com a histórica dualidade que separa a formação geral da preparação para o trabalho (Ibid., p. 11).

Mais adiante, o documento faz uma destacada referência ao conceito de trabalho como princípio educativo, sendo este um dos subtítulos do texto legal. A noção de trabalho é assim descrita:

[...] todas as formas de ação que os seres humanos desenvolvem para construir as condições que asseguram a sua sobrevivência implica reconhecê-lo como responsável pela formação humana e pela constituição da sociedade. É pelo trabalho que os seres humanos produzem conhecimento, desenvolvem e consolidam sua concepção de mundo, conformam as consciências, viabilizando a convivência, transformam a natureza construindo a sociedade e fazem história [...] (Ibid., p.13).

Complementando o exposto, o texto prossegue no seguinte sentido,

Tomar o trabalho, assim concebido, como princípio educativo, implica em compreender as necessidades de formação de dirigentes e trabalhadores que caracterizam as formas de organização e gestão da vida social e produtiva em cada época. Ou seja, significa reconhecer que os projetos pedagógicos de cada época expressam as necessidades educativas determinadas pelas formas de organizar a produção e a vida social (Ibid., p. 13).

Após esta explanação, o texto sugere que assim como as formas fordistas/tayloristas de produção demandavam uma educação específica, fundada na memorização e repetição a criação e utilização da microeletrônica demandam uma educação voltada para uma vida dinâmica e instável que exige “raciocínio lógico formal, domínio das formas de comunicação, flexibilidade para mudar, capacidade de aprender permanentemente e resistência ao estresse” (Ibid., p. 13).

A noção sobre a relação entre teoria e prática concebida pelo documento baseia-se numa dicotomia que se torna acentuada pelas novas tecnologias,

Se o saber fazer poderia ser aprendido na prática, sem ou com reduzida escolaridade, o trabalho intelectualizado e a participação na vida social atravessada pelas novas tecnologias demandam formação escolar sólida, ampliada e de qualidade, principalmente para os que vivem do trabalho, para os quais a escola é o único espaço possível de relação intencional com o conhecimento sistematizado (Ibid., p.13).

Este trecho também demonstra a concepção da seducrs em relação ao seu público, os alunos da rede são genericamente denominados como aqueles que “vivem do trabalho” os quais necessitam ser introduzidos no mundo intelectualizado oferecido pela escola. Adiante, o texto coloca argumentos onde são explicitados que muitos dos

atuais problemas sociais como o desemprego podem ser resolvidos no âmbito da escola, como segue,

Se, por um lado, o novo princípio educativo tem positividade ao demandar o desenvolvimento da capacidade de trabalhar intelectualmente para todos os trabalhadores, o mundo do trabalho, em decorrência das novas tecnologias de base microeletrônica, amplia o desemprego, a precarização e a intensificação de trabalho. Esta contradição traz para a escola um novo desafio: desenvolver consciências críticas capazes de compreender a nova realidade e organizar-se para construir a possibilidade histórica de emancipação humana (Ibid., p.14).

No entanto, é no subtítulo *Politecnia* que vamos encontrar uma citação direta à Gramsci, esta é usada para definir o significado do conceito. A politecnia é apresentada como o novo princípio educativo do trabalho, entendida como domínio intelectual da técnica e traduzida por

[...] pensar políticas públicas voltadas para a educação escolar integrada ao trabalho, à ciência e à cultura, que desenvolva as bases científicas, técnicas e tecnológicas necessárias à produção da existência e a consciência dos direitos políticos, sociais e culturais e a capacidade de atingi-los (GRAMSCI Apud SEDUCRS, 2011, p.14).

Esta citação é oriunda da obra *Concepção Dialética da História de Gramsci*, em que são apresentados pressupostos do autor a partir da revisão do conceito marxista de práxis, entendido como construção histórica e relacional entre teoria e prática.

Todavia, o trecho utilizado no contexto em que se apresenta no documento leva-nos a inferir que a seducrs entende como sinônimos os conceitos de trabalho como princípio educativo e politecnia, bem como atribui a Gramsci a construção desta perspectiva. Após a citação de Gramsci temos a citação do filósofo e pedagogo brasileiro Dermeval Saviani que complementa “[...] A noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI, apud SEDUCRS, 2011, p. 14)

Saviani é um reconhecido intelectual brasileiro que divulga e defende os conceitos de trabalho como princípio educativo e politecnia em suas obras e palestras.

Foi o criador de um grupo de estudos sobre Educação e Trabalho na Associação Nacional de Pesquisas em Educação (Anped) na década de 1980, o qual ainda existem trabalhos sendo publicados.

A politecnia é apresentada como o princípio organizador não só do ensino médio regular, agora politécnico, mas do ensino profissionalizante também. Advoga-se, sobretudo que o ensino médio politécnico,

[...] embora não profissionalize, deve estar enraizado no mundo do trabalho e das relações sociais, de modo a promover formação científicotecnológica e sócio-histórica a partir dos significados derivados da cultura, tendo em vista a compreensão e a transformação da realidade. Do ponto de vista da organização curricular, a politecnia supõe novas formas de seleção e organização dos conteúdos a partir da prática social, contemplando o diálogo entre as áreas de conhecimento; supõe a primazia da qualidade da relação com o conhecimento pelo protagonismo do aluno sobre a quantidade de conteúdos apropriados de forma mecânica; supõe a primazia do significado social do conhecimento sobre os critérios formais inerentes à lógica disciplinar (SEDUCRS, 2011, p. 14).

Nesta parte do texto, depreende-se que a relação entre educação e mundo do trabalho via conhecimentos das novas tecnologias representadas no mundo da cultura é entendida como sinônimo de educação politécnica e que a mesma pressupõe também a atual concepção de organização por áreas do conhecimento, ou seja, todo este espectro de concepções de educação construídas ao longo do tempo é apresentado como politecnia.

Mais adiante, o documento fará menção às concepções sobre currículo e seus pressupostos na organização e tratamento dos conteúdos, a saber, a relação entre parte e totalidade, a relação entre teoria e prática, a interdisciplinaridade, a avaliação emancipatória e a pesquisa como princípios pedagógicos. Ao final, é apresentada uma tabela onde está exposta a nova carga horária do curso de ensino médio, onde foi acrescido um total de seiscentas horas aulas a serem distribuídas nos três anos do curso, bem como foi introduzida uma nova disciplina chamada seminário integrado devendo esta ser um espaço interdisciplinar. Anteriormente cada ano possuía oitocentas horas, agora serão mil horas por ano. O currículo fica dividido em parte comum e parte diversificada cabendo a sua distribuição a uma discussão no âmbito das escolas, respeitadas a legislação estadual e federal. No que se refere aos nossos

propósitos cabe salientar, ademais, que consta nos anexos alguns mapas que mostram as regiões produtivas do estado do RS e suas respectivas bases econômicas. Este anexo cumpre a função de demonstrar as potencialidades econômicas do estado de forma a tornar a educação profissional de cada região condizente com as características do mercado de cada região. Este trecho, bastante criticado, foi retirado do documento em sua versão digital, mas consta em sua versão impressa distribuída nas escolas.

Pressupostos para pensar a educação em Gramsci a partir do caderno 12

Os cadernos do cárcere começaram a ser escritos por Gramsci mediante autorização dada pelo governo fascista italiano em 1929. O conjunto dos vinte e nove cadernos contém assuntos variados, no entanto, nos interessa especificamente o caderno 12, pois neste Gramsci aborda mais profundamente o tema da educação escolar. Passemos a discussão de seu conteúdo que será apoiado em argumentos de comentadores do autor.

No início do caderno Gramsci questiona se os intelectuais são autônomos ou são produtos de seus contextos? Esta pergunta é central e indica o viés ao qual o autor posiciona a temática da educação. Um fator importante a ser destacado é a amplitude que o tema recebe sob sua ótica, significa dizer que no pensamento de Gramsci, não podemos dissociar um projeto de educação de um projeto de sociedade. Mario Manacorda, um dos mais respeitados especialistas no tema da educação em Gramsci defende,

[...] Gramsci tinha diante dele um modelo: o modelo da escola soviética ou – se quiserem – dos caminhos experimentados pela escola soviética, que ele tinha conhecido no momento de seu primeiro ardor revolucionário e que, justamente enquanto ele descrevia essas notas, estava tentando um novo impulso na direção do assim chamado politecnismo, isto é, uma escola única do trabalho [...] MANACORDA, 1990, p. 155)

Partimos deste pressuposto para interpretarmos as contribuições de Gramsci ao campo da educação, nesta citação aparece também a ligação entre o autor e o conceito de politecnia o qual alude o documento que estamos analisando neste artigo, outrossim temos nesta fala de Manacorda um importante elemento, o horizonte da

experiência soviética como influência para Gramsci. A escola que o teórico italiano vislumbrava tinha como referência um contexto de sociedade socialista. Outros estudiosos do tema concordam com essa posição, acreditando que

[...] fica evidente a perspectiva revolucionária assumida por Gramsci na elaboração da escola unitária, ao retratar como deveria se reorganizar o sistema educacional num momento em que comesçassem a se estabelecer novas relações entre trabalho manual e trabalho intelectual. Entendemos, em breves palavras que este seria um momento em que trabalhadores começariam a organizar livremente a produção dos meios de subsistência de acordo com as necessidades da população e não do mercado, assim como teriam voz ativa nas decisões acerca das soluções dos problemas sociais encaminhados pelos dirigentes de um novo Estado, o Estado operário. (SOBRAL et al., 2010, p. 92-93)

Podemos considerar que esta perspectiva revolucionária fique evidente em nossos dias, no entanto, quando Gramsci escreveu, na prisão, o mesmo não poderia deixar clara esta posição. Não iremos esgotar todas as ideias em torno das educação presentes no caderno, mas trazer alguns elementos que nos permitam avaliar a consistência dos pressupostos teóricos que embasaram o documento que orienta a reforma do ensino médio no RS.

Ainda sobre a questão inicial no caderno 12, Gramsci coloca que a posição dos intelectuais na sociedade está diretamente ligada as atividades econômicas e sobretudo que,

[...] puede observarse em general que en la civilización moderna todas las actividades prácticas se han vuelto tan complejas y las ciencias se han entrelazado a tal punto con la vida, que toda actividad práctica tende a crear una escuela para sus propios dirigentes y especialistas y por consiguiente a crear un grupo de intelectuales especialistas de grado más elevado, que enseñen em estas escuelas [...] (GRAMSCI, 1984, p. 366)

A relação entre atividades produtivas e educação escolar é nas sociedades com elevado grau de desenvolvimento científico, cada vez mais íntima. Isso significa dizer que os intelectuais produzidos pelo sistema educativo estão comprometidos com determinadas atividades práticas. Esta questão, por si só, não parece ser problemática para Gramsci. A crítica que ele faz ao sistema educacional instaurado

pela Reforma Gentile na Itália localiza-se justamente no fato que havia uma divisão entre escola clássica e profissional (Ibid., p. 367). Ao paradigma vigente ele sugeria a Escola Unitária, modelo escolar onde haveria a união do conhecimento humanístico ao saber prático, pois segundo o autor a atual tendência era de “[...] abolir todo tipo de escuela “desinteressada” (no immediantamente interessada) y formativa o de dejar de ella sólo un ejemplar reducido para uma pequena élite de señores e damas [...]” (Ibid., p. 367). A solução deverá seguir esta linha,

[...] escuela única inicial de cultura general, humanista, formativa, que equilibre justamente el desarrollo de las capacidades de trabajar manualmente (tecnicamente, industrialmente) y el desarrollo de las capacidades del trabajo intelectual [...] (Ibid., p.367)

O saber humanístico, desinteressado que antes da reforma de Gentile era ensinado para todos foi diluído e canalizado para a educação das elites, enquanto que as classes populares passaram a receber uma educação instrumental, para as atividades práticas. Na visão do autor a única solução, considerando a complexidade científica dos tempos modernos era a união dos saberes teóricos e práticos em uma só formação escolar que fosse acessível para todos.

Uma questão importante levantada por Gramsci é que segundo ele cada vez mais os órgãos deliberativos tendem a dividir suas tarefas em tarefas puramente deliberativas e em tarefas técnico-culturais (Ibid., p. 367). A consequência disso é que a parte técnica fica a cargo de intelectuais ligados a setores produtivos e que estão mais comprometidos com estes do que com a sociedade em si, e este modelo tem se generalizado para os setores públicos. Nas linhas seguintes ele coloca que deve se alternar a formação dos técnicos de questões políticas e funcionários especializados que colegialmente integrem a atividade deliberante, pois o intelectual dirigente que integra somente as atividades jurídicos-formais está anacrônico (Ibid., p. 368). Para isto, Gramsci estava pensando em um grupo de intelectuais que trabalha integrado, cada um na sua área contribuindo para um todo que se constrói pela coletividade e complementaridade de suas ideias.

Após todas estas colocações em torno da burocracia política, Gramsci passa a falar da Escola Unitária. Entendemos que esta não é uma fala “descolada” da anterior, mas parece indicar que o autor não dissocia a formação da prática dos intelectuais que irão atuar na sociedade.

A Escola Unitária ou de formação humanista ou de cultura geral como ele coloca, deveria “proponerse introducir en la actividad social a los jóvenes después de haberlos conducido a cierto grado de madurez y capacidad para la criación intelectual e práctica y de autonomia en la orientación y em la iniciativa [...]” (ibid, p. 369). E para que esta escola opere é necessário que a mesma,

[...] pueda asumir los gastos que hoy están a cargo de las familias para el mantenimiento de los escolares, o sea que transforma el balance del Ministerio de educación nacional de arriba a abajo, extendiéndolo en forma inaudita y complicandolo [...] (Ibid., p.369)

O projeto de escola que Gramsci nos apresenta, portanto, representa um novo paradigma de sociedade. A educação cumpre um papel central nas preocupações de Gramsci, o que visível neste caderno em especial e nas cartas enviadas a seus familiares enquanto estava no cárcere. Não iremos tratar destas cartas neste artigo, pois nossa análise tornar-se-ia muito extensa o que contrapõe os limites deste trabalho.

Quanto a relação entre sua concepção em torno do papel dos intelectuais na sociedade e a educação escolar trazemos a contribuição de outro comentador.

De estas consideraciones resulta claro que el objetivo de la escuela unitaria es crear um nuevo estrato de intelectuales, elevando las massas a la cultura para hacerles adquirir uma concepción superior de la vida, en contra de las tendencias que se proponem mantenera los simples, a los humildes, em su filosofía primitiva; por consiguiente la escuela unitaria es <um elemento básico en la lucha por la hegemonía de las clases populares>. (BETTI, 1981, p.86)

A Escola Unitária possui um caráter revolucionário no sentido de favorecer uma mudança nas estruturas que sustentam as divisões sociais na sociedade capitalista. Os intelectuais e suas funções sociais são descritas por Gramsci no início do caderno para depois serem feitas suas considerações acerca da educação, em nosso ver, por motivos óbvios. Os intelectuais que estão sendo produzidos pela escola dualista vigente em sua época são orientados pelos princípios das atividades práticas do sistema capitalista, gerando uma racionalidade que privilegia os membros das classes mais favorecidas. Estes intelectuais atuam em diversos campos, inclusive o político,

tornando as ideias que circulam em seu meio as ideias hegemônicas. Para que as classes populares quebrem esta lógica é necessário que também produzam os seus intelectuais com capacidades técnicas e diretivas. Dessa forma será possível uma verdadeira mudança social.

Pensando os encontros e desencontros em torno do referencial teórico gramsciano utilizado pela reforma do ensino médio no RS

A primeira citação apresentada na revisão do documento orientador da reestruturação curricular elaborado pela Seducrs faz menção ao conceito de politecnia como um aprofundamento da articulação das áreas do conhecimento. A educação interdisciplinar promovida pela concepção de áreas do conhecimento não possui relação com politecnia em sua gênese. Explica Nosella (2007) que o termo politecnia e sua popularização se deram a partir da utilização por parte de Lenin do suposto modelo nas escolas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Lá o líder socialista preferiu a utilização deste no lugar de educação tecnológica, o que explica a difusão desta terminologia. Todavia, Nosella chama a atenção para o cuidado que se deve ter em não confundir a educação de influência marxiana com a educação do socialismo real. Acreditamos que o documento faz uma confusão em torno das concepções marxianas, gramscianas e soviéticas de educação, fazendo parecer que são uma coisa só.

O documento também faz uma crítica ao que alega uma histórica dualidade no sistema educacional brasileiro, que diferente de uma dualidade legalmente instituída como no caso da Itália, apresenta-se como uma dualidade socialmente imposta, que acaba direcionando as elites para o ensino “desinteressado” e as classes populares para o ensino técnico e instrumental. O que parece estar subjacente a esta concepção no documento é a ideia que a sociedade e suas características econômicas e políticas não possui nenhuma relação com a realidade que se apresenta e que cabe somente a escola resolver o problema. Uma leitura atenta do caderno 12 faz supor exatamente o contrário, a escola reflete os problemas sociais e mudar somente a escola não resolve, na verdade Gramsci possuía um projeto mais global.

O documento faz uso do referencial gramsciano ao fazer a defesa do trabalho como princípio educativo, no entanto, o faz de forma acrítica do sistema econômico. Parece haver a defesa de uma educação que conforma os futuros trabalhadores as

característica do mercado de trabalho, numa perspectiva mais toyotista do que marxista de educação.

Contudo, o uso de um referencial oriundo das ciências humanas para embasar argumentos que justificam políticas públicas é uma novidade no campo da educação, a Seducrs inovou ao fazer esta utilização. Apoiamos este tipo de iniciativa, todavia deve haver muito cuidado ao se apropriar de referenciais teóricos de forma a não criar uma ideia equivocada em torno das concepções dos autores selecionados. No caso do documento aqui analisado, a utilização do referencial teórico se fez de forma a-histórica, pois os conceitos foram transportados para a atualidade sem se considerar o contexto de sua criação e a relação do mesmo com as ideias mais gerais do autor destacado. Por fim, destacamos que o maior equívoco do documento foi o de negligenciar o potencial revolucionário das ideias de Gramsci no campo da educação simplificando os seus conceitos meros instrumentos de alteração curricular.

Referências

BETTI, G. **Escuela, educación y pedagogía em Gramsci**. Barcelona: Ediciones Martinez Roca, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. México, Ed. Era. 1984.

MANACORDA, Mário. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, nº 34 jan/abr, 2007.

RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. Proposta Pedagógica Para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011 – 2014.

SOBRAL et. al. Escola unitária e princípio educativo em Gramsci: Ensaio de compreensão a luz do caderno 12. **Revista filosofia e educação**. Vol 2, nº 1 abr/set, 2010

Três teorias sociológicas para a compreensão da discriminação contra minorias sociais na interação cotidiana.

Fernando Diehl⁶²

Resumo

Este artigo pretende descrever como um fenômeno social pode ser construído na interação cotidiana através do contato entre indivíduos e grupos sociais distintos. Partindo de três correntes teóricas— a teoria dos papéis, o interacionismo simbólico e a etnometodologia — o artigo vai demonstrar como a discriminação contra uma minoria social é desenvolvida na interação entre os sujeitos envolvidos e como tais correntes teóricas podem ser utilizadas para a compreensão deste fenômeno social. Tal artigo servirá de maneira introdutória ao leitor para uma compreensão da escola epistemológica denominada de fenomenologia, baseando-se no caso da discriminação contra os novos imigrantes haitianos e senegaleses para descrever as teorias e possíveis formas de análise social. Demonstrando como diversos signos são construídos durante o processo de interação e sua importância para a manutenção ou transformação do espaço social no qual o fenômeno especificamente está ocorrendo. Enfatizando um estudo microsociológico, mostrando assim que grupos articulam seus respectivos sentidos e visões de mundo, a partir de sua interação em si e com outros grupos sociais.

Palavras-chave: Minorias Sociais; Teoria Social; Interacionismo Simbólico; Teoria dos Papéis; Etnometodologia; Vida Cotidiana.

Three sociological theories for the understanding of the discrimination against minorities in everyday social interaction.

Abstract:

This article aims to describe how the discrimination can be developed in everyday interactions through contact between individuals and different social groups. Starting from three theoretical currents — the role theory, the symbolic interactionism and ethnomethodology —, the article will demonstrate how any kind of discrimination against a social minority is developed in social interaction between individuals and how such theoretical approaches can be used for understanding this social phenomenon. This article will serve as an introduction to the reader to an understanding of the epistemological school called phenomenology, based on the case of discrimination against the new Haitian and Senegalese immigrants in Brazil, to describe those theories and the possible forms of social analysis. Demonstrating how many signs are made during the process of interaction, emphasizing a micro sociological study, demonstrating that social groups articulate their senses and worldviews, from their interaction itself and with other social groups.

Key-words: Social Minorities; Social Theory; Symbolic Interactionism; Role Theory; Ethnomethodology; Everyday Life.

⁶² Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui graduação em Ciências Sociais (licenciatura) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Foi assessor política na Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado-RS. Realizou trabalho voluntário no Haiti, na área de Educação (capacitação de adultos) no período de janeiro-fevereiro de 2014 nas cidades de Porto Príncipe e Les Cayes.

Introdução

Este artigo de cunho teórico pretende descrever como um fenômeno social, no caso a discriminação, pode ser construído na interação cotidiana através do contato entre indivíduos e grupos sociais distintos. Demonstrando como o estranhamento muitas vezes pode corroborar para a construção de distanciamento entre pessoas. Para isso, utilizará o novo imigrante haitiano e senegalês de maneira abstrata como um exemplo para descrever de que forma na relação entre os estabelecidos (brasileiros) e estrangeiros (novos imigrantes) é construído símbolos e discriminação contra tais grupos. Para isso, o artigo vai utilizar-se de três correntes sociológicas e como elas podem ser usadas para a compreensão deste fenômeno social, são elas, A Teoria dos Papéis, O Interacionismo Simbólico e a Etnometodologia. O artigo apresentará breves informações sobre as três correntes teóricas para, em seguida, descrever como este fenômeno poderia ser analisado por estes métodos sociológicos. Portanto, este é um artigo introdutório a tal corrente epistemológica muitas vezes denominada como fenomenologia.

A Sociologia a partir da vida Cotidiana

O cotidiano apresenta-se como algo complexo, com diversas esferas simbólicas sendo manifestadas nas mais diversas camadas da interação entre sujeitos em um espaço social determinado. Assim, essas três teorias sociais, podem ser ferramentas sociológicas complementares importantes para explicar um fenômeno social que transita perante as questões da vida cotidiana, pois é na interação cotidiana que os reflexos de toda a ordem social são retransmitidos nos mais simples gestos e formas de expressar a comunicação entre os sujeitos.

Compreender a interação é importante, significa que o sociólogo deverá compreender que os atores sociais – os sujeitos a serem pesquisados – estão interagindo constantemente entre si, formando o que denominamos por “sociedade”. Existem muitas correntes e visões teóricas para a análise de um fenômeno social, e essas diversas correntes vão analisar o conceito de “sociedade” de maneiras diferentes. Este artigo pretende descrever a noção de sociedade a partir do sociólogo alemão Simmel, a qual exerceu muita influência na Escola de Chicago. Para Simmel:

Sociedade é, assim, somente o nome para um círculo de indivíduos que estão, de uma maneira determinada, ligados uns aos outros por efeito das relações mútuas, e que por isso podem ser caracterizados como uma unidade da mesma maneira que se considera uma unidade um sistema de massas corporais que, em seu comportamento, se determinam plenamente por meio de suas influências recíprocas” (SIMMEL 2006, p.18).

A sociedade apresenta-se como um eterno processo de interação entre indivíduos dando significados as suas ações e constantemente estas mesmas ações sendo ressignificadas através de tudo que os cerca. Consequentemente, este artigo estará partindo da ideia de que o enfoque principal da sociologia são os processos de interação (JOAS 1999, p.130). É especificamente em relação ao outro, que deve estar à compreensão dos sentidos/significados e símbolos gerados pelos sujeitos através de suas interações. Isso quer dizer que só podemos considerar a construção e a compreensão das questões sociais através de uma análise dicotômica entre o “nós” e “eles”. São essas relações quem estabelecem a compreensão de nossa identidade e o nosso ser no mundo. Quando deparamos com o outro é que questionamos e construímos as noções do ser de um determinado grupo social. Uma vez que “é pela relação ao outro como sujeito que o indivíduo deixa de ser um elemento de funcionamento do sistema social e se torna criador de si mesmo e produtor da sociedade” (TOURAINE 2009, p.240). É no outro que se encontra a compreensão do eu, porém, quando o reconhecemos como sujeito também. É durante a relação social que os signos são construídos socialmente. Deve-se destacar que ao referir o conceito de signo entende-se por,

objetos ou ocorrências perceptíveis por visão, audição, tato e olfato, como luzes de diferentes cores, elementos de vestimenta, letreiros, declarações orais, tons de voz, gestos, expressões faciais, perfumes e assim por diante” (BAUMAN; MAY 2010, p.207).

Dentro da pesquisa sociológica, quando se pretende analisar questões acerca da vida cotidiana, “não queremos saber como se comportam coisas individuais, mas sim, a partir delas, formar uma unidade nova, coletiva” (SIMMEL 2006, p.10). Portanto, interessa não compreender o indivíduo de forma isolada, mas ele em relação com outros indivíduos.

Então, a sociedade humana é um conjunto de ações realizadas pelos indivíduos (BLUMER 1986, p.6) e por ser uma ação de indivíduos, realizadas em seu cotidiano, é que se pode compreender e buscar verificar o significado que os próprios sujeitos dão para seus atos e as ações dos outros. A linguagem (simbólica) é que gera um sentido dentro da relação, levando em consideração que “a linguagem constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo” (BERGER; LUCKMANN 2003, p. 61).

É em meio às relações cotidianas, que subjetivamos simbolicamente valores e normas – muitas vezes sem questionarmos elas – como formas de costumes. Em linhas gerais, isto quer dizer que não posso existir na vida cotidiana sem estar em interação e comunicação com outros sujeitos. Feito este breve panorama inicial, agora será feitas breves considerações acerca do imigrante, para então descrever como a discriminação pode ser utilizada pelas três correntes sociológicas.

O Estrangeiro como sendo na verdade o medo do desconhecido

Georg Simmel (2004), entre um de seus vários ensaios, conceitua aquele sujeito na qual se apresenta como “o Estrangeiro”. Esse estrangeiro seria aquela pessoa que está em um lugar, mas também não está ao mesmo tempo. Isto quer dizer, aquele sujeito que não abandonou a liberdade de ir e vir, que não está “preso” a um contexto social específico. Todavia, ao longo de sua descrição, o estrangeiro apresenta-se para mais do que isso, Simmel mostra que na verdade em todos os grupos sociais existem estrangeiros, aqueles que são mal vistos pelos olhos dos estabelecidos. Seja pela sua “liberdade” de mobilidade, ou seja, pelo estranhamento que causam, por serem diferentes. O estrangeiro “não está obrigado nos seus atos a respeitar a tradição” (SIMMEL 2004, p.137), o que muitas vezes pode ser o que causa o estranhamento de um grupo estabelecido contra eles. Pois são pessoas desconectadas muitas vezes com os padrões ou o que se espera que todos os membros de um determinado contexto social se comportem. Igualmente, muitas vezes é na figura do estrangeiro que é construindo um sentimento de estranhamento, entre grupos que interagem no mesmo espaço social.

Consequentemente, o estrangeiro na verdade é todo aquele sujeito (ou grupo social) que recebe alvo de injúrias quando uma ameaça surge. Podemos pensar

historicamente o papel que a população judaica recebeu na Europa ocidental, como sendo os “responsáveis” por tragédias que ocorriam. Na verdade, eram apenas os “bodes expiatórios”, ou seja, aquele grupo que caía as culpas quando uma ameaça surge. Consequentemente, o estrangeiro se torna aquela ameaça que é o diferente, isto quer dizer, o medo do desconhecido. Pelo fato de tratar com o outro, o desconhecido, que muitas vezes a discriminação contra os imigrantes ocorre pelos habitantes estabelecidos, por os considerarem como “incapazes de se integrarem às normas e linguagens preferidas pelas populações dominantes” (SCOTT 2006, p.123). No caso deste artigo, quem terá o papel de estrangeiro serão os imigrantes haitianos e senegaleses, recentemente migrados para o território brasileiro. Para isso, será feita uma breve ressaltada acerca de alguns conceitos para melhor expressar as ideias que o artigo visa descrever. Primeiro, por migração deve-se entender como sendo um “movimento de população, voluntário ou forçado [...] visando ao assentamento de longo prazo ou definitivo” (GALLINO 2005, p.405). Isto quer dizer uma mobilidade no próprio país, ou para outro país. Os conceitos de imigração e emigração podem ser considerados como “a imigração, o movimento de pessoas para um país para ficar, e a emigração, o processo pelo qual as pessoas deixam um país para se estabelecerem em outro” (GIDDENS 2012, p.467).

A discriminação gerada contra os novos imigrantes pode acarretar em casos extremos de ódio, na qual podem ser realizadas medidas extremas de preconceito, como a realização de violência física contra os imigrantes. Um caso recentemente ocorrido para ilustrar esta questão, ocorreu na cidade de São Paulo, na qual seis haitianos foram baleados⁶³ e segundo notícias vinculadas ao caso, antes dos disparos os agressores teriam dito “haitianos, vocês roubam nossos empregos (sic)”. O trágico deste caso extremo demonstra além da falta de informação e o preconceito racial, símbolos de discriminação e que para as três abordagens teóricas que serão apresentadas no artigo, tais símbolos podem ser construídos no cotidiano dos sujeitos envolvidos em seus espaços sociais de interação. Partindo deste viés, o artigo apresentará três correntes teóricas da sociologia, que partilham a mesma essência epistemológica, para com isso demonstrar como que a partir da vida cotidiana surgem

⁶³ <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/seis-imigrantes-haitianos-sao-baleados-em-sao-paulo-9027.html> Acesso em 08/08/2015

formas de discriminação contra minorias sociais e como tais teorias sociológicas podem ser utilizadas para a compreensão deste fenômeno específico.

Teoria dos Papéis

Para a chamada teoria dos papéis, os indivíduos estão em um processo social de representações de papéis, como atores em uma peça de teatro. Goffman conceitua a representação como “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (GOFFMAN 2011, p.29). Significando que “podemos dizer que a sociedade proporciona o script para todos os personagens. Por conseguinte, tudo quanto os atores têm a fazer é assumir os papéis que lhes foram distribuídos antes de levantar o pano” (BERGER 2011, p.108). Consequentemente, os indivíduos envolvidos (que são os atores sociais) estão representando papéis para outros indivíduos que estão neste mesmo espaço, o que poderíamos chamar de cenário teatro. Na vida cotidiana todos estão seguindo os seus roteiros, que seria aquilo que é esperado que as pessoas fizessem. Todos os atores sociais estão agrupados em um sistema de redes que seria o cotidiano em que as pessoas estão interagindo, neste cotidiano os atores constantemente estão dando significado para as suas ações sociais. Tornando-se participantes da assim chamada interação social.

Os principais materiais a serem pesquisados nesta teoria são “as olhadelas, gestos, posicionamentos e enunciados verbais que as pessoas continuamente inserem na situação, intencionalmente ou não” (GOFFMAN 2012, p.9), isto quer dizer que o sociólogo deve estar atento aos signos apresentados de maneira corriqueira na interação social cotidiana entre os atores sociais envolvidos no problema social que o pesquisador está verificando. Podendo observar os gestos de desprezo que um indivíduo ou um grupo dominante realiza sobre uma minoria social. Como tais “olhadelas” podem ter um viés condenatório e o grupo discriminado internaliza estas questões de desprezo, aceitando tal condição em seu papel social.

Para a teoria dos papéis, “o grupo é o contexto estrutural imediato da maioria das interações” (BAZILLI & al. 1998, p. 115). Portanto, devem-se perceber as expressões transmitidas e emitidas pelos atores durante sua interação, sejam os símbolos verbais e não verbais, como as ações desempenhadas por eles.

Consequentemente é no grupo social a qual o indivíduo pertence, que grande parte de sua interação vai ser realizada. Neste grupo os indivíduos constroem a sua identidade e sua significação acerca do mundo. Outra questão que pode ocorrer quanto ao grupo é que, pelo fato do indivíduo pertencer a um grupo, ele poderá ser discriminado por ser membro deste grupo. O indivíduo, por pertencer a um grupo terá todas as características do grupo a qual ele pertence. Isso pode corroborar para a discriminação, quando um grupo torna-se estigmatizado. Visto em consideração que não é levado em conta o indivíduo em si, mas sim o grupo a qual ele pertence. Acerca disso, vai ser esperado que eles se comportem de uma maneira determinada pelo “roteiro”.

É importante destacar que o sentido e os símbolos originados desta relação serão modificados ao longo do tempo e da continuidade da interação. Demonstrando a importância central do cotidiano na manutenção de signos presentes em todas as esferas sociais. Deve-se salientar que a representação de um papel não é permanente, o ator deve encontrar ferramentas para a sua manutenção

[...]quando uma pessoa apresenta uma linha inicial, ela e as outras tendem a construir suas respostas posteriores a partir dela e, num certo sentido, ficam presas a ela. Se a pessoa alterar sua linha radicalmente, ou se a linha se tornar desacreditada, o resultado é a confusão, pois os participantes estarão preparados e comprometidos com ações que não são mais apropriadas” (GOFFMAN 2012, p.19).

Muitas vezes podemos apresentar mais de um papel social dependendo com quem estamos interagindo, podemos conversar sobre política com algumas pessoas e não com outras (MEAD 1967, p.142). Para com isso, mantermos uma fachada pertinente à interação social do momento. Muitos dos estranhamentos, conflitos ou discriminação contra um indivíduo, pode ser decorrente da desestabilidade de uma fachada. Quando ela é ameaçada, toda a norma vigente na interação pode ser ameaçada e com isso, pode-se resultar em estranhamento, mal-estar ou conflito contra aquele que não está devidamente alinhado em seu papel social “pertinente”. A questão é um dos alicerces para a compreensão da discriminação contra uma minoria social – no caso deste artigo, que está descrevendo os novos imigrantes – pode-se supor que, ao chegarem novos grupos de sujeitos, inseridos em um determinado contexto social, que já possui suas regras estabelecidas de como cada ator deve agir.

Estes novos sujeitos não sabem das “regras do jogo” vigentes, logo, podem causar estranhamento aos atores já estabelecidos no espaço, pois estes novos atores não estão seguindo conforme o roteiro. Consequentemente, corrobora para um estranhamento e uma discriminação contra esta minoria social.

Portanto, uma pessoa vai determinar como vai se comportar durante a interação social com gestos simbólicos (verbais e não verbais) criando assim sua imagem e o seu papel, da mesma forma, o outro vai construir o papel que esta pessoa deve desempenhar. Como escrito anteriormente é a relação de nós e eles que constrói os símbolos e toda a compreensão da sociedade. Pode-se dizer que as regras de interação que ligam os atores são os laços da sociedade (GOFFMAN 2012). Mas, não é apenas dentro da interação entre as pessoas que se espera que a fachada seja desempenhada, as próprias instituições sociais (supra individuais) esperam e utilizam de mecanismos para que tais fachadas sejam mantidas e desempenhadas⁶⁴.

O impacto de um estranhamento de fachada pode exercer em uma discriminação contra um grupo quando o grupo (ou membros dele) não está exercendo as funções que se esperam deles. Imigrantes, recém-chegados, dificilmente saberão quais são as normas vigentes naquele contexto específico, em consequência disso, será mais demorado até que os mesmos se estabeleçam em seus papéis que os estabelecidos esperam que tais grupos exerçam. Como os estabelecidos possuem redes de interação, eles podem dissimular e transmitir informações contra tal grupo, por não estarem se comportando conforme eles “devem”. Isto poderia descrever o impacto de estranhamento dos imigrantes recém-chegados. Caso a discriminação continuasse, após os imigrantes se estabelecerem no local. Poderia ser estudado em que medida tais imigrantes assimilaram as normas vigentes dos estabelecidos ou em que medida os próprios estabelecidos permitiram a participação dos imigrantes na construção simbólica do como se deve comportar e viver naquele contexto específico. Para uma análise social a partir desta pesquisa, o uso de instrumentos qualitativos podem ser importantes para o sociólogo, pois o mesmo buscará compreender questões subjetivas acerca das opiniões dos atores sociais entrevistados acerca do fenômeno a ser pesquisado.

⁶⁴ Este artigo não pretende descrever acerca das questões para além dos indivíduos, a assim chamada questão estrutural. Goffman escreveu acerca destas questões em obras como *Ritual de Interação* e *Os quadros da experiência social*

Esta teoria poderá ser utilizada na compreensão da discriminação contra uma minoria social, quando o sociólogo pretende pesquisar um contexto social já consolidado e que possui regras e normas estabelecidas pela parte de sua população. Pode-se ter como exemplo, um bairro, uma cidade, um clube ou outros pequenos espaços de interação social, aonde os indivíduos esperam e sabem como os outros devem se portar. Ao surgir um novo grupo – ou neste contexto existindo um grupo minoritário considerado como “desviante” – o Sociólogo poderá utilizar-se de tal ferramenta para compreender como, tal minoria é discriminada por não estarem se comportando como os estabelecidos esperam que eles façam. O que poderá abalar o contexto vigente de todos os atores estabelecidos. Assim, ações são tomadas para que o roteiro volte a se estabelecer como o “normal”, ou o esperado. Portanto, no que tange à questão da discriminação contra os imigrantes, a teoria dos papéis pode ser bem utilizada quando se trata de um estranhamento com estrangeiros, ou seja, aqueles grupos recentemente migrados para um contexto social. Mas não se limita apenas a isto, pode também ser uma ferramenta de análise para a compreensão de verificar o motivo porque uma possível discriminação contra um grupo migrado permanece, mesmo após tal grupo ter se “estabelecido” no contexto específico.

A outra teoria social a ser apresentada será a assim chamada de interacionismo simbólico, teoria que pretende analisar a socialização (BAZILLI & al. 1998, p.27) que os sujeitos desempenham interagindo entre si a partir de suas ações sociais. E como tais sujeitos criam e modificam os sentidos de suas ações a todo instante no cotidiano, não sendo algo mecanicamente estagnado. O interacionismo simbólico pretende compreender então essa situação a partir dos símbolos e sentidos gerados de uma interação social entre os indivíduos.

Interacionismo simbólico

O interacionismo simbólico pretende compreender como ocorre o surgimento de significados dentro das relações entre pessoas ou objetos na vida cotidiana. Esta corrente teórica teve sua origem no final do século XIX para início do século XX, nos estudos de behaviorismo social de Georg Herbert Mead, para ele o comportamento ou a conduta é o que deveria ser analisado no estudo social, "Behaviorismo é este sentido mais amplo de uma abordagem para o estudo da experiência do indivíduo, do

ponto de vista de sua conduta" (MEAD 1967, p.2)⁶⁵. Mead enfatizou a importância de compreender os símbolos gerados a partir da comunicação entre os indivíduos. Porém, foi o sociólogo Herbert Blumer quem deu a nomenclatura de Interacionismo Simbólico para a corrente teórica, em seu livro *Symbolic Interactionism: perspective and method*.

O pressuposto principal dessa corrente teórica é o de analisar o problema das relações entre indivíduos, isto quer dizer, a interação e os símbolos gerados e ressignificados em tais interações cotidianas. O interacionismo simbólico é uma perspectiva teórica que visa em seu estudo à questão fenomenológica do cotidiano:

Blumer propõe que a sociedade não é uma estrutura ou organização, mas as ações das pessoas que tomam lugar em situações, e é construída pelas pessoas interpretando situações, identificando e avaliando coisas que têm de ser levadas em consideração e agindo com base nessa avaliação" (BAZILLI & al. 1998, p.31).

Blumer compreendia a ação organizada pelas pessoas como uma corrente continuamente sendo construída e reconstruída através de processos interpretativos. Com isso compreende-se a sociedade como sendo a interação, uma forma de rede de comunicação, através de meios simbólicos, estes símbolos tem sua origem na mente dos indivíduos (MEAD 1967), mas os próprios indivíduos além de criar os sentidos, eles eventualmente ressignificam os mesmos a partir da interação social (BLUMER 1986). Logo é através da interação face a face que os sujeitos criam um espaço de troca de subjetividade (BRAGANÇA & al. 2006).

A perspectiva teórica é denominada como simbólica porque os interacionistas atribuem peso significativo aos símbolos no processo de comunicação humana (GIL 2010). Isto significa que, as questões pertinentes da sociedade, são em suma, originadas no próprio ato de interação entre os sujeitos envolvidos na ação social. Portanto, cabe ao interacionismo simbólico, compreender estes símbolos construídos no processo de interação cotidiana. Existem três premissas básicas para o Interacionismo Simbólico,

a primeira é que as pessoas agem de acordo com o sentido/significado que as coisas têm para as pessoas. A segunda é a constatação que tais significados surgem

⁶⁵ Tradução feita pelo autor do artigo. Para termos de facilitar a leitura, todas as citações que seguirem de * foram traduções do autor para o Português.

dentro da interação social entre indivíduos. Por fim, a terceira premissa é que os significados/sentidos não são estáticos, mas são modificados através de processos interpretativos realizados pelas pessoas” (BLUMER 1986, p.2)*.

Isso quer dizer que os significados/sentidos não são estáticos, mas são modificados através de processos interpretativos realizados pelos indivíduos. Com isso se constata que a sociedade não é uma estrutura pronta e estabilizada, mas um eterno processo de interação entre indivíduos construindo significados para tudo que os cerca ao mesmo tempo em que transforma o curso da interação.

Nesta corrente teórica afirma-se que durante a interação é que ocorrem as mudanças de sentido, em consideração que "nós mudamos a partir do que começamos a fazer por causa da respostas que os outros fazem (sic)" (MEAD 1967, p.141)*. Isto quer dizer que, no processo de interação, conforme se desenvolve a comunicação entre os sujeitos envolvidos, alguns aspectos são modificados e alterados conforme a comunicação transcorre. Consequentemente, os símbolos são gerados e ressignificados no próprio ato social em si. Cabendo ao sociólogo, pesquisar quais são estes signos que tecem a ação social entre os sujeitos específicos. Elaborando assim, uma análise processual de um fenômeno social.

O Interacionismo Simbólico pretende, portanto, compreender a relação dos grupos humanos com a conduta humana (BLUMER 1986, p.1) em sua relação cotidiana. Um indivíduo pode agir segundo sua vontade própria, também coletivamente ou agindo de acordo com alguma espécie de organização ou grupo (BLUMER 1986, p.6), então, a sociedade deve ser entendida pela ação social, “a primeira e a última instância da sociedade humana consiste em pessoas engajadas em ações” (BLUMER 1986, p.7)*. Compreendendo que é sempre um conjunto de ações que sujeitos fazem em comparação com outros, o outro deve sempre existir no interacionismo simbólico, para poder fazer a análise sociológica. Salientando que este outro, não precisa necessariamente ser um indivíduo animado, pode ser um objeto inanimado ou uma ideia metafísica.

O interacionismo simbólico busca tentar interpretar essas ações cotidianas originadas na interação, caracterizando que são precisamente através do sentido que damos aos objetos e as pessoas, que os atores sociais envolvidos na situação fabricam seu mundo social (COULON 2005, p.18) através de símbolos.

Consequentemente, pode-se afirmar que o homem se adapta à interação social. Como explicou Blumer,

A partir do ponto de vista do interacionismo simbólico a vida de um grupo humano é um processo no qual os objetos estão sendo criados, afirmados, transformados e postos de lado. A vida e a ação das pessoas necessariamente muda de acordo com as mudanças em seu mundo de objetos" (BLUMER 1986, p12)*.

E é justamente compreender a existência desta constante mudança de sentido do mundo para os atores sociais envolvidos, que o interacionismo simbólico pode ser utilizada para a compreensão da discriminação contra uma minoria social. Acerca dos novos imigrantes, pode-se verificar, a partir de instrumentos de pesquisa qualitativos, como tais símbolos se desenvolvem em um determinado contexto social específico. Um exemplo é o fenótipo de pele, a pigmentação do indivíduo ou grupo social pode desencadear questões étnico-raciais, ocasionando em formas de racismo contra tais imigrantes, este racismo se constrói no processo de interação com as olhadas, gestos depreciativos, e falas pejorativas contra tal grupo social.

O interacionismo apresentará como uma importante ferramenta para a análise de um contexto social como este. Pois a sua gênese constituirá em perceber, em que medida uma minoria social é subjugada e discriminada por grupos dominantes, através da ação social cotidiana entre os grupos de estabelecidos e os imigrantes, verificando diversas fontes de interação como as redes de conversa, fofocas e gestos pejorativos apresentados publicamente. Assim é claro, como acesso a materiais secundários, jornais, rádios, programas de televisão. São instrumentos na qual um grupo pode construir simbolicamente a identidade do grupo discriminado. Podendo utilizar-se destas ferramentas para gerar sentido aos indivíduos em um contexto social, sobre todas as questões pertinentes da vida social.

Como o interacionismo simbólico “focaliza as propriedades emergentes da interação, e como essa influencia as percepções e identidades individuais” (MONSMA 2007, p.26), é importante colocar que tanto o interacionismo simbólico, como a teoria dos papéis “ênfaticam a necessidade de analisar o fenômeno social a partir da perspectiva dos participantes no processo social, o que poderia implicar a necessidade de um observador externo” (BAZILLI & al. 1998, p.153). Isto significa que, analisando um fenômeno social de discriminação contra um grupo específico, o

sociólogo vai pesquisar e compreender o papel processual da interação entre estes grupos e de que maneira a própria interação em si, é um fator desencadeador da discriminação contra uma minoria social. Visto que os sujeitos estabelecidos, vão ressignificar questões que achem pertinentes para dominar um grupo específico, é através da interação social, que tal fenômeno poderá ser apresentado. Cabendo á esta perspectiva teórica, compreender como.

Acerca do caso dos haitianos baleados em São Paulo, o sociólogo poderá, a partir de métodos como observação, entrevistas, questionários e análise de documentos, tentar compreender em que medida os estabelecidos que cometeram o ato criminal contra os haitianos, veem de fato eles como ladrões de seus empregos, assim como também em que medida os mesmos sofreram influências do que ouviram de outros, leram em jornais, rádios, internet. Ou seja, em que medida foi construído em suas mentes aquela identidade do imigrante, como um ser abstrato, sem vontades próprias, mas apenas um arquétipo da pessoa que veio roubar os nossos empregos. Portanto, o interacionismo simbólico, será uma ferramenta social para a análise microsociológica, buscando verificar como se desenvolve um processo específico. Sobre a temática que este artigo vem descrevendo, poderá auxiliar ao sociólogo compreender como uma discriminação contra uma minoria social é significada no cotidiano dos grupos sociais e os mesmos a internalizam em suas ações sociais ou são ressignificadas de acordo com outro contexto social. Será apresentado agora, a terceira corrente teórica que é a etnometodologia.

Etnometodologia

A etnometodologia é uma corrente teórica da sociologia originada nos Estados Unidos nos anos 60 do século XX, nos berços da Califórnia (COULON 2005). O grande destaque desta corrente é que ela pode ser considerada como uma “ruptura com a sociologia tradicional” (COULON 2005, p.9), no sentido de que o que é considerado como sendo o “real” é na verdade aquilo que é compreendido corriqueiramente pelas pessoas, pois seria na linguagem do dia a dia que se encontra a realidade social. "A etnometodologia nos mostra que temos a possibilidade de expressar de forma adequada o que fazemos para organizar nossa existência social" (COULON 2005, p.10)*, esta perspectiva teórica enfatiza mais o aspecto

compreensivo do que o explicativo, gera um enfoque qualitativo no mundo social, por buscar compreender as questões sociais como elas são.

Na etnometodologia as motivações dos atores estão integradas aos modelos normativos que regulam as condutas sociais (COULON 2005, p.12), ou seja, nos comunicamos por meio de símbolos que adquirem sentido dentro da interação. Portanto, a etnometodologia preocupa-se com a questão da interação entre o ator e a situação, não baseada em questões exteriores à interação, mas a compreensão e interpretação do que nasce neste processo de interação (COULON 2005, p.13), deixando de lado um paradigma normativo para um paradigma interpretativo.

O que a etnometodologia se propõe é o estudo dos procedimentos de interpretação que aplicamos no dia a dia de nossas vidas para dar sentido às nossas ações, logo, a compreensão vai ser encontrada nas atividades do cotidiano das pessoas. Para a etnometodologia, o mundo social, é vivido por pessoas que não tem interesse de compreensões “filosóficas” do mundo, “este mundo social é um mundo intersubjetivo, um mundo de rotinas em que os atos da vida cotidiana são realizados, em sua maioria das vezes de forma maquinal. A realidade parece natural e sem problemas” (COULON 2005, p.14). As pessoas estão “vivendo”, fazendo suas ações corriqueiras, sem se preocupar acerca do porque as coisas ocorrem. Pode-se com isso afirmar que, na interação social cotidiana, é esperado que algo seja sabido por todos, logo é aceito este saber como sendo “verdade”, portanto a etnometodologia vai tratar de compreender este cotidiano, de forma fenomenológica, buscando descrever a situação como ela é. O grande diferencial da etnometodologia para a “Sociologia tradicional” é que ela se diferencia no sentido de que a sociologia tradicional

[...] tenta descobrir como as pessoas agem em situações pré-definidas e existentes antes de seus encontros, a etnometodologia tenta compreender como as pessoas percebem, descrevem e propõem juntos uma definição da situação” (COULON 2005, p.22)*.

A etnometodologia consequentemente procura compreender como agem e atuam os atores dentro da própria situação, não em sistemas previamente definidos. Então, pode-se dizer que existe uma espécie de relação entre o pragmatismo e o interacionismo simbólico como sendo o tema central de compreensão do que é a etnometodologia. A matriz da teoria social chamada de etnometodologia é compreender a busca empírica dos métodos aplicados por indivíduos para dar sentido

às suas ações no cotidiano. Afinal de contas, a realidade social está constantemente sendo criada pelos atores durante suas interações, pois a vida social é construída pela linguagem da vida cotidiana, isto é, algo que assemelha as três perspectivas teóricas apresentadas neste artigo. O mais importante a salientar nesta perspectiva, é que os etnometodólogos não acreditam que os comportamentos e as atividades de um indivíduo serão diretamente induzidas de acordo com sua posição social (COULON 2005, p.82). Tudo vai ser construído no processo de interação.

Um dos primeiros destaques a ser feito acerca desta perspectiva teórica, para a compreensão do fenômeno da discriminação das minorias sociais, é que dificilmente poderia utilizar-se de conceitos como classes sociais ou outras questões da assim chamada “estrutura social” para a compreensão da discriminação social. A etnometodologia busca compreender as coisas como elas são, buscando verificar como os sujeitos envolvidos na ação social compreendem tal questão. Assim, mais uma vez, é provável que o melhor método de pesquisa seja utilizando-se de instrumentos qualitativos, para abarcar a compreensão de questões subjetivas que os atores sociais envolvidos no que pretende pesquisar almejam e consideram como sendo verdade.

Acerca da questão das minorias imigrantes, pode-se a partir desta vertente teórica, compreender em que medida os habitantes estabelecidos acreditam ser normal a existência de um preconceito contra outro grupo social, da mesma forma, uma minoria social normatiza a sua discriminação e constrói um sentido para aceitar as questões como elas são. Com isso buscando verificar em que medida as minorias (ou os atores que discriminam as minorias) percebem o seu espaço social e a sua compreensão de mundo. Esta teoria social pode ser usada para verificar e interpretar como os indivíduos normalizam a sua atual situação social através da interação com outros sujeitos e grupos sociais.

Como a etnometodologia busca compreender como os atores compreendem uma determinada situação social como ela é. O sociólogo poderá utilizar-se desta ferramenta, caso busque compreender questões subjetivas acerca de como os indivíduos de maneira corriqueira em seu cotidiano discriminam outros grupos sociais. No que tange à questão da recente imigração, poderá realizar entrevistas com grupos estabelecidos, buscando não explicar, mas descrever o porquê dos estabelecidos discriminarem tal minoria social. Com isso, compreendendo os motivos do porque tal grupo discrimina uma minoria social, da mesma forma, buscar ver, do outro lado, como

tal minoria se vê nesta situação. Em que medida ela normaliza a sua situação e assume o status atribuído pelos estabelecidos como sendo verdade. Portanto, explicações como sendo uma questão do racismo existente no país, conflitos de classes ou outras explicações não poderão ser dadas para a corrente teórica, ela buscará compreender como os atores envolvidos descrevem o fato social como ele é. Portanto, como as demais duas teorias, analisando uma questão a partir do cotidiano, ou seja, uma análise microsociológica.

Considerações finais

Considerando que, as perspectivas teóricas apresentadas neste artigo, podem descrever questões sociológicas que outras correntes que visam uma compreensão mais macro da sociedade, não detalham da mesma maneira o fenômeno social a ser pesquisado. O sociólogo deve estar ciente de quais ferramentas metodológicas e teóricas ele vai utilizar para a compreensão de um fenômeno social específico. As três correntes teóricas mostradas neste artigo visam uma maior compreensão de questões que se originam no cerne da assim chamada interação social cotidiana. Buscando uma análise mais microsociológica do fenômeno social a ser pesquisado.

Ao pesquisar e verificar os signos que se originam nesta interação, pode-se perceber como a discriminação contra uma minoria social surge e ocorre nas pequenas questões cotidianas, na própria interação social entre os atores envolvidos. Abarcando assim, uma necessidade de maior aprofundamento de como e porque, muitas vezes os sujeitos mesmo sabendo que estão sendo “explorados” permanecem no mesmo estado, agindo da mesma forma, utilizando-se da mesma fachada: i.e., permanecem agindo como sempre agiram.

As três teorias encontram-se na visão epistemológica denominada como fenomenologia que busca compreender os fenômenos como eles são. Portanto, assemelham-se em utilizar-se de instrumentos qualitativos de pesquisa, para com isso, absorver questões subjetivas dos entrevistados, pois o sociólogo pretenderá verificar como o fenômeno social ocorre. Buscando dar voz aos envolvidos e com isso e não explicar, mas descrever a “realidade” como ela é. Ou seja, as explicações não ficarão nas questões chamadas estruturais da sociedade, e sim, a significação de elos simbólicos no processo de interação.

No caso da discriminação entre grupos estabelecidos e minorias sociais, para além de questões como classe social, tais perspectivam buscam compreender como na vida cotidiana, surgem elos simbólicos que um grupo pode usar para dominar e discriminar outro grupo minoritário. Muitas vezes porque o imigrante, recentemente deslocado para um espaço social, pouco sabe acerca das “normas” vigentes e os estabelecidos os veem como ameaças, justamente pelo medo do desconhecido. Logo, os estabelecidos vão gerar sentido na ação social dos indivíduos para perpetuarem uma discriminação contra uma minoria social.

A vida cotidiana é algo complexo, pois envolve a construção simbólica do que chamados de realidade, além disso, tais correntes teóricas que visam estudar a vida cotidiana a partir da Sociologia, demonstram como diversos signos são construídos durante o processo de interação. A vida cotidiana recebe um aporte importante nestas teorias apresentadas no artigo, pois visam mais uma análise micro da sociedade. Mostrando assim que grupos articulam seus respectivos sentidos e visões de mundo, a partir de sua interação em si e com outros grupos sociais. Tendo como mais importante que, os signos não são estáticos, eles estão constantemente sendo ressignificados, por grupos dominantes que detém uma forma de controle sobre como são e como devem ser as coisas.

Referências

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

BAZILLI, Chirley; RENTERÍA, Erico; DUARTE, José Carlos; FRANCISCATTI, Kety Valéria Simões; ANDRADE, Leandro Feitosa; RALA, Luiz Antônio. **Interacionismo simbólico e teoria dos papéis**. Uma aproximação para a psicologia social. São Paulo, Educ, 1998.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis, Vozes, 2003.

BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism: Perspective and Method**. Los Angeles, University of California Press, 1986.

BRAGANÇA, Grazielle.; MATTOS, Carmen Lúcia G. de.; RAMALHO, Fernanda. **O contexto escolar e seus atores: as relações de poder numa perspectiva sócio-interacionista**. 2006. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-298-TC.pdf>, acesso em 11/08/2013.

COULON, Alain. **La Etnometodologia**. Catedra, Madri, 2005.

- GALLINO, Luciano. **Dicionário de Sociologia**, São Paulo, Paulus, 2005.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre, Penso, 2012.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 2010.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 2011.
- _____. **Ritual de Interação**: Ensaio sobre o comportamento face a face. Petrópolis, Vozes, 2012.
- JOAS, Hans. Interacionismo Simbólico. IN: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org). **Teoria Social Hoje**. São Paulo, Unesp, 1999.
- MEAD, George Herbert. **Mind, Self & Society**: from the Standpoint of a Social Behaviorist. Chicago, University of Chicago Press, 1967.
- MONSMA, Karl. Teorias Interacionistas e fenomenológicas da violência com aplicações à pesquisa histórica. **Revista Métis: História & Cultura**. Caxias do Sul, Volume 6, Número 11, Jan/Jun, 2007.
- SALLES, Leila Maria Ferreira; SILVA, Joyce Mary Adam de Paula. Diferenças, Preconceitos e violência no âmbito escolar: algumas reflexões. **Revista Cadernos de Educação**. Pelotas, Volume 30, Jan/Jun, 2008.
- SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: Indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.
- _____. **Fidelidade e gratidão e outros textos**. Lisboa, Relógio D'Água, 2004.
- SCOTT, John. **Sociologia**: conceitos-chave. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.
- TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, Vozes, 2009.
- _____. **O retorno do actor**: ensaio sobre sociologia. Lisboa, Piaget, 1996.

Social Construction of Technology como metodologia complementar à análise de políticas públicas

Vinicius Ferreira Baptista⁶⁶

Resumo

O artigo tem como objetivo situar a Construção Social da Tecnologia (SCOT, sua sigla em inglês) como uma metodologia complementar à análise de políticas públicas. O SCOT é uma metodologia que traz ênfase na identificação de atores, processos, redes e interações por entre os mesmos no sentido de compreender bases interpretativas e relacionais que impactam determinada racionalidade, modo de agir e compreender por entre atores. Por outro lado, aqui pretendemos apontar a metodologia da construção social da tecnologia como uma possibilidade analítica a ser empregada na análise de políticas públicas, pelo fato de tratar com um elemento crucial das políticas públicas: a interação de grupos sociais e a tentativa de construção do consenso. Para tanto, nos pautamos nos trabalhos dos autores fundantes do SCOT, Pinch e Bijker, tendo em mente a análise de seus maiores críticos, Winner e Klein & Kleimman. Por fim, empreendemos análise crítica da metodologia SCOT como uma ferramenta complementar à análise de políticas públicas. Entendemos que se uma política pública é percebida por um grupo social e posteriormente se desenvolve e se estabiliza dentro daquele grupo social, adquirindo formas e percepções características do grupo, uma base para a pesquisa acerca das escolhas que a compõe foi lançada. O SCOT, neste sentido, mapeia atores, destaca interconexões, aponta estruturas tecnológicas e cognitivas de grupos e entre grupos.

Palavras-chave: Social construction of technology, políticas públicas, análise de políticas públicas, metodologia, teoria política.

Introdução

O presente texto tem como objetivo destacar a metodologia da Construção Social da Tecnologia (Social Construction of Technology – SCOT, sua sigla em inglês) no âmbito da análise de políticas públicas. A importância da análise SCOT está no fato da relevância dos atores em torno da tecnologia e da mesma em relação aos outros envolvidos em um complexo emaranhado de fatores e conjunturas que compõem sua análise.

Situamos SCOT como uma metodologia complementar à análise de políticas públicas, no sentido de compreender a política como construída socialmente e disputada amplamente por diversos atores e grupos sociais em um dado momento histórico.

⁶⁶ Doutorando e Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Assistente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Endereço: Rodovia BR-465, UFRRJ, Cep. 23897000 - Seropédica, RJ – Brasil. Telefones: (21) 26814610 e (21) 987310996. E-mail de contato: viniciusferbap2007@hotmail.com

O texto está estruturado em quatro partes. Iniciamos abordagem acerca do Estado, da Política e das Políticas Públicas, procurando entender conceitos básicos relativos ao tema. Em seguida, situamos o aspecto conceitual do SCOT a partir de seus autores fundantes, Pinch e Bijker, com seus maiores críticos, Winner e Klein & Kleimann. Por fim, empreendemos análise crítica da metodologia SCOT como uma ferramenta complementar à análise de políticas públicas.

Estado, política e políticas públicas

O Estado é um fenômeno histórico presente desde a Antiguidade e em diversas regiões do planeta, que procura esclarecer o poder político ao adquirir determinadas características, incorporando um aparato político e administrativo com vistas a tornar possíveis as funções do poder (DIAS, 2011). É também um elemento de intervenção social, que constitui uma organização de poder da sociedade, reivindicando para si a hegemonia do uso da força frente aos problemas sociais.

Por sociedade, Rua entende como o “conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poder diferenciados, que interagem continuamente a fim de satisfazer às suas necessidades” (RUA, 2009, p. 14). Os interesses podem ser materiais ou imateriais e, ao mesmo tempo, individuais e coletivos além de possuírem natureza subjetiva ou objetiva; empregam um juízo de valor em que são considerados importantes de serem satisfeitos.

Ainda segundo a autora, a diferenciação social é a principal característica da sociedade civil (RUA, 2009). O que é plausível, uma vez que os indivíduos possuem diferentes necessidades, desempenham diferentes papéis e têm acesso diferenciado aos recursos. A vida em sociedade é complexa e potencializa múltiplas modalidades de interação social de cooperação, competição e conflito entre as pessoas. A diferenciação emprega maior complexidade na vida em sociedade implicando possibilidades de cooperação, competição e conflito, e, por consequência, inúmeras formas de manifestação das mesmas, ou seja, trata-se de um processo de construção social da convivência mediada pelo Estado.

A cooperação envolve a disposição de práticas de ações conjuntas em prol de um benefício comum, enquanto que a competição compreende amplas formas de disputa por bens, espaços etc., conforme regras admitidas entre as partes. O conflito, por outro lado, é uma modalidade de interação social que envolve indivíduos, grupos,

organizações ou coletividades, em que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos (RUA, 2009). O conflito se diferencia da competição pela possibilidade de na primeira haver o uso da violência. O ponto crítico do conflito é a guerra.

O conflito é parte da vida coletiva, desde que em limites administráveis. As divergências são inevitáveis devido à complexa interação e diferenciação social. Entretanto, para Rua, o confronto, para ser evitado, busca o consenso “em relação às regras e aos limites necessários ao bem-estar coletivo” por meio de um “acordo entre os membros de uma coletividade quanto a princípios, normas, valores, objetivos ou meios” (RUA, 2009, p. 16). Os consensos necessitam ser arquitetados e a gerência do conflito pode ser alcançada por dois meios: a Coerção e a Política.

Quanto aos conflitos, estes podem ser considerados como: conflitos abertos (exercício do poder pode ser observado), conflitos encobertos (ocorre a supressão das reclamações impedindo que cheguem a ser incluídas da agenda), e os conflitos latentes (exercício do poder conforme as preferências da população, prevenindo a manifestação de conflitos) (RUA, 2009).

A Coerção se atenta a reprimir ou refrear. O Estado detém o uso do monopólio da força para manter certa ordem social. A coerção não necessariamente se refere unicamente ao uso da força física, mas também aos controles coercitivos tais como econômicos, sociais, biopolíticos e ideológicos. Por outro lado, a Política se situa como uma forma de resolução de conflitos pelo consenso e negociação, em que, a princípio, ocorram em espaços abertos com a participação de todos aqueles envolvidos.

Há de se ressaltar que não se deve confundir Política com Governo. Há uma confusão entre dois sentidos de Política: o primeiro referente aos processos de negociação e construção de consensos políticos e o segundo referente às ações do Estado. A Política é essencial e parte constitutiva à vida em sociedade e vai além das ações governamentais. Neste sentido, Rua recorre aos conceitos de *policy* e *politics*. *Policy* refere-se às propostas e ações implementadas e avaliadas, com o foco nos interesses coletivos, entre atores governamentais e não governamentais, trazendo um sentido da materialização da ação estatal. Por outro lado, *Politics* se atenta aos procedimentos que trazem relações de poder com o objetivo de influenciar comportamentos visando a construir consensos. Para a autora, as “políticas públicas (*policy*) são uma das resultantes da atividade política (*politics*): compreendem o

conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos” (RUA, 2009, p. 19).

Por outro lado, Klaus Frey acrescenta o conceito *polity*, que é usado para denominar as instituições políticas. O sistema jurídico delineia a ordem do sistema político, assim como a estrutura institucional do sistema político-administrativo, compreendendo a dimensão institucional “*polity*”. Do outro lado, a dimensão processual “*politics*”, delineada pelos arranjos políticos, em que o processo político “frequentemente de caráter duvidoso” afeta a imposição de objetivos, conteúdos e as decisões. Por fim, a “*policy*”, considerada pelo autor como a “dimensão material”, os conteúdos concretos, ou seja, a “configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas” (FREY, 2000, p. 217).

As três dimensões se entrelaçam e se influenciam reciprocamente. Quando tratadas como variáveis dependentes ou independentes, em busca de uma possível redução da complexidade, a análise de política acaba tornando-se empobrecida e ineficiente. Problemas públicos podem levar à conformação de novos arranjos institucionais e ao aparecimento de novos atores políticos, o que pode também levar à reestruturação do processo político (SOUZA, 2006). Desta forma, não somente os conteúdos das políticas devem ser considerados (*policy*), mas também em que ambiente e ordem institucional (*polity*) e por quais processos políticos (*politics*) as mesmas estiveram envoltas.

As políticas públicas compreendem os *policymakers* e os *policytakers*. Os primeiros são os atores que protagonizam a elaboração de uma política pública, enquanto que os segundos são os destinatários de uma política pública, ou seja, aqueles atores para os quais a política pública foi elaborada (SECCHI, 2010). O termo “política pública” está relacionado à dimensão real com vistas às orientações para a decisão e ação em que tratam do conteúdo que compõe as decisões políticas e dos processos que as constroem e as implementam. Rua (2009) ressalta, contudo que nem toda decisão política constitui-se como política pública.

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Para Secchi (2010), o tratamento ou a resolução de um problema entendido como relevante é a razão para a consignação de uma política pública. Esta apresenta essencialmente a intencionalidade pública e a resposta a um problema público.

O problema público é a “diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública” (SECCHI, 2010, p. 7). No entanto, na realidade de muitos países, ocorre um juízo de valor, uma vez que o problema se torna “público” quando os atores políticos o consideram como problema e público. Rua (2009) também ressalta que ainda que atuem sobre a esfera privada, as políticas públicas não são privadas. Desconsiderando a valoração pessoal, para ser público o problema “deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas” (2009, p. 7).

Outros autores compreendem a natureza pública a partir da solução do problema e não a partir de quem cria as políticas. O problema público é a essência do conceito de políticas públicas. Nas palavras de Leonardo Secchi:

o que define se uma política é ou não pública é sua intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal. São os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo ‘público’ (SECCHI, 2010, p. 4).

Os diversos estudos de políticas públicas apresentam basicamente duas abordagens quanto a quem protagoniza o estabelecimento de políticas públicas: a visão Estadista e a visão Multicêntrica.

A abordagem estadista considera as políticas públicas como monopólio de atores estatais, ou seja, a personalidade jurídica do ator protagonista é o que determina se uma política é pública ou não. Caso provenha de ator estatal, será entendida como pública (SECCHI, 2010). Apesar de admitir influências de atores não estatais no processo de elaboração, cabe ao ator estatal o estabelecimento e condução das políticas públicas.

A abordagem multicêntrica, por outro lado, considera o conceito de redes de políticas (*policy networks*), em que organizações privadas, organizações não governamentais (ONG), organismos multilaterais, ao lado dos atores estatais protagonizam o estabelecimento das políticas públicas, contudo, o que as determina como “públicas” é quando o problema que se tenta enfrentar é público (SECCHI, 2010).

Entre as razões de maior interesse público sobre as políticas públicas estão, primeiramente, o fato da percepção pública dos impactos das políticas na vida cotidiana e, em segundo, o questionamento sobre os resultados das políticas públicas

e as decisões governamentais sobre os problemas públicos e a Agenda, assim como causas e consequências desse processo (RODRIGUES, 2010).

Celina Souza faz uma análise mais governamental: situa que houve um “ressurgimento” das políticas públicas, junto ao maior interesse das “instituições, regras e modelos que regem a sua decisão, elaboração, implementação e avaliação”. A autora ainda destaca três fatores para esse ressurgimento. Primeiramente, as políticas restritivas de gasto, abarcando a Agenda da maioria dos países; em segundo, a reorganização da intervenção estatal, principalmente com a substituição das políticas keynesianas do pós-guerra; e, por fim, o caso dos países recém-democratizados ou de democracia recente e dos países em desenvolvimento, em que ainda não se procedeu à formação de coalizões “capazes de equacionar minimamente” as questões relativas ao desenho de políticas públicas com vistas a “impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população” (SOUZA, 2006, p. 20-21).

Neste sentido, as políticas públicas ganharam maior visibilidade. Surgiram uma série de elementos e ferramentas de análise de políticas públicas em termos de atores, processos, arranjos, técnicas, coalizões etc. Tais ferramentas e elementos podem ser encontrados em Rua (2009), Secchi (2010) e Dye (2013). Por outro lado, aqui pretendemos apontar a metodologia da construção social da tecnologia como outra possibilidade analítica a ser empregada na análise de políticas públicas, pelo fato de tratar com um elemento crucial das políticas públicas: a interação de grupos sociais e a tentativa de construção do consenso.

A Construção Social da Tecnologia

O trabalho de Pinch e Bijker, datado de 1984, é um dos precursores das pesquisas em torno da construção social da tecnologia (Social Construction of Technology – SCOT, sua sigla em inglês). O artigo *Social Construction of Facts and Artefacts* teve como objetivo demonstrar que “o estudo da ciência e o estudo da tecnologia deveriam, e efetivamente podem beneficiar-se a partir de cada um” (PINCH; BIKER, 1984, p. 400). Serafim e Dias (2010) argumentam que este trabalho procurou fugir das explicações convencionais, essencialmente lineares a respeito da tecnologia.

Para os autores, há a concordância de que o conhecimento é uma construção social e que considerado desta forma, entende-se que “não há nada epistemologicamente especial sobre a natureza do conhecimento científico, por ser uma dentre várias séries de culturas de conhecimento” (PINCH; BIJKER, 1984, p. 402).

O contexto da inovação tecnológica considerado pelos autores é de que a mesma acompanha o processo histórico de sua construção, sempre atrelada a propósitos, nem sempre claros. A Ciência e a Tecnologia, para os autores, “são ambas culturas socialmente construídas e trazem para todos os recursos culturais que sejam apropriados para os propósitos à mão” (PINCH; BIJKER, 1984, p. 404). Isso significa que a ciência e tecnologia têm propósitos à mão. Este pode ser um primeiro argumento de que não há um determinismo sobre a tecnologia, por a mesma já ser imbuída em contextos que a moldam observando determinados fins. Tal perspectiva se assimila às políticas públicas, uma vez que são construções sociais acerca de problemas, soluções, processos e fins.

Por outro lado, a posição ainda é incipiente, uma vez que a própria tecnologia em si, muitas vezes, não é objeto de discussão. Na inovação tecnológica, o espaço se abre para avaliações econômicas e até mesmo o próprio processo de inovação em si, exceto a da própria tecnologia. É aqui que os autores centram sua argumentação: observar a tecnologia a partir de si, abrindo sua caixa preta (*black box*).

Entretanto, chamar a Tecnologia de *black box* contém um perigo metodológico. Partir da ideia da mesma como tal, é conceber a tecnologia como um processo em que se sabe que algo “existe”, mas cujas bases se desconhece. A Tecnologia não pode partir desse processo para seu conhecimento – o que traz um descuido inicial de Pinch e Bijker no que toca à SCOT. A Tecnologia não apresenta elementos obscuros que existem, mas que não se sabe como funcionam ou como influenciam o processo. Estes elementos existem e cabem ao pesquisador proceder à sua descoberta. Vale ressaltar que tal aspecto, nos estudos das políticas públicas, tinha-se a mesma base de entendimento: pensava-se o processo de formulação da política como algo estritamente racional (haja visto trabalhos de Herbert Simon [2009], por exemplo, acerca da racionalidade absoluta), sem levar em consideração os aspectos não-lineares e “obscuros” da negociação política.

Uma questão central para Pinch e Bijker (1984) é: por que apenas algumas inovações tecnológicas têm sucesso, enquanto que outras não? Quais fatores

estariam envolvidos nesse processo? No caso das inovações bem sucedidas, a maioria das explicações se volta na forma como a mesma foi desenvolvida, mas sem levar em consideração muitas das variáveis e fatores envolvidos. O sucesso do artefato (criado a partir de processos inovadores) deveria iniciar o processo de explicação e não ser a explicação em si.

Tal “base analítica” foi a empreendida nos estudos econômicos das políticas públicas – até a década de 50, os economistas dominavam o processo de formulação e análise de políticas. O processo de análise da política em si, que levasse em consideração não somente a política, mas a conjuntura social, econômica, institucional etc. somente foram levadas a cabo a partir da década de 50 com os trabalhos de Simon (2009), Charles Lindblom (1979, 1981), e, sobretudo, dos textos de e Theodore Lowi (1964, 1972) que inverteu e quebrou a lógica dominante até então de que a política (*politics*) determinava as formas e racionalidade das políticas públicas (*policies*). Para o autor, as políticas públicas também impactam a política e a forma “racional” de organização de interesses, conflitos e visões de mundo envolvidas no processo (*policies also determines politics*) – o que torna o processo de formulação de políticas e, notadamente, o seu ciclo, um constructo organizado socialmente.

No SCOT, o processo de desenvolvimento de um artefato tecnológico é descrito como uma alternância de variações e seleções, resultando em um modelo multidirecional, contrastando com os modelos lineares de entendimento. A partir de um artefato – uma bicicleta, os autores iniciam sua argumentação sobre seu modelo. O SCOT pensado por Pinch e Bijker se apoia em quatro componentes: os grupos sociais relevantes, a flexibilidade interpretativa, fechamento e estabilização e o ambiente sociocultural e político. Em trabalhos posteriores, Bijker (1992) aponta um quinto componente: a estrutura tecnológica.

Ressaltamos neste ponto que a ideia do SCOT trazida por esses autores se apoia na criação de um artefato, ou seja, um processo de geração de conhecimentos e técnicas que criem um objeto. Contudo, como indicado no começo deste tópico, nossa interpretação sobre a Tecnologia nos permite entender que esta abordagem possa ser aplicada aos processos que não envolvam um artefato em si, nos moldes como Pinch e Bijker assimilaram em sua análise, mas também podem servir como ferramenta complementar à análise de políticas públicas.

Os grupos sociais relevantes perfazem um dos elementos basilares do entendimento do SCOT. Ao passo em que se decide quais problemas são relevantes,

os grupos sociais interessados pelo artefato realizam o papel de dar significado para o artefato. Os grupos sociais relevantes, conceito utilizado por Pinch e Bijker (1984, p. 414), compreendem “as instituições e organizações [...], assim como as militares ou qualquer grupo de indivíduos desorganizados”. Contudo, estes grupos deveriam compartilhar significados comuns em relação ao artefato. E, neste contexto, para a SCOT, é fundamental saber quais os significados dados ao artefato pelo grupo social, e também se há uma homogeneidade dos mesmos entre grupos. O artefato está conectado a diversos grupos sociais em disputa pela sua significação e influência. Por outro lado, cada grupo social tem uma percepção diferenciada sobre problemas que envolvam ou que se associam ao artefato. Logicamente, há inúmeras possibilidades de soluções para dado problema. Tal configuração de grupos, problemas e soluções em torno do artefato, organiza uma complexa rede de interações que deve ser observada. É um tanto óbvio que quanto mais grupos, problemas e soluções forem identificados, a rede se torna mais ampla, complexa e interacional. Contudo, há de se perceber conexões recorrentes na própria rede.

Quando empreendemos a ideia de grupos e atores no âmbito das políticas públicas, o processo de investigação, identificação e delimitação do agir dos mesmos, tal esforço é um tanto complexo. Uma das maiores críticas acerca das políticas é o distanciamento entre os que formulam, os que executam e os que serão atingidos pelas políticas. Ainda que seja um processo que deveria ser organizado conjuntamente, a crítica é que são processos executados separadamente, como se cada um por si tivesse a expertise própria a cada momento/situação necessária. Nesse contexto, podemos observar, tal como Rua (2009) indica, os conflitos abertos, encobertos e latentes. O perigo está no fato de que buscar os atores somente via aspecto normativo é insuficiente, uma vez que diversos atores estão invisibilizados no sistema político – ainda que exerçam forte influência sobre o mesmo, impactando no processo de formulação da política. Uma observação “normativa” ou “governamental” dos atores envolvidos apenas não consegue captar os conflitos latentes e encobertos, nem entender a correlação de forças de atores ali disputada. É necessário a aproximação ao local e àqueles que serão afetados pela política no sentido de inserção dos mesmos ao processo de formulação da política. E que esta aproximação seja realizada formalmente com o propósito de institucionalização da prática. Tem-se que ter em mente que, ao variar da presença de atores, os problemas, soluções, técnicas, processos e visões interpretativas acerca do necessário à intervenção

também varia. E, por conta disso, a aproximação é uma tentativa de se pautar ações potencializadas pela organização colaborativa e participativa, aberta e pública, de atores públicos e privados, governamentais ou não.

É neste contexto que se situa o segundo conceito que compõe o SCOT: a “flexibilidade interpretativa” (*Interpretative Flexibility*), em torno do artefato, ou seja, que “os artefatos tecnológicos são culturalmente construídos e interpretados” (PINCH; BJIKER, 1984, p. 421). Por exemplo, a própria “modelagem” do artefato é indicativo da cultura, da percepção dos grupos, até mesmo das disputas políticas entre grupos, do cenário econômico etc. Nesse mesmo artefato, podem ser observados problemas de forma interpretativa. O mesmo se dá em relação às soluções, processos, técnicas, metodologias, participação etc.

A flexibilidade é o processo mais intenso das políticas públicas. Cada ator entende um problema via determinada racionalidade, informação e influência exercida via pressão de atores. Ao mesmo tempo, aspectos como vontade política e capacidade técnica-analítica também fazem parte do processo interpretativo acerca da política. O Estado organiza redes de atores objetivando resolução de problemas; estes atores, além de trazerem sua expertise da capacidade resolutiva também trazem a sua interpretação sobre como vê o problema público e determinada forma de intervenção. Ao mesmo tempo, trazem sua capacidade organizativa de participação ou não de atores – com isso quero dizer que cada ator/grupo social traz consigo a possibilidade de outros atores participarem, de forma influencial equânime ou não, do processo de formulação da política – via exercício de força política. E este processo organizativo impacta no terceiro elemento do SCOT.

O terceiro conceito que envolve o SCOT se situa no fechamento e na estabilização (*Closure and Stabilization*). A palavra-chave aqui é o consenso. Pinch e Bijker (1984) situam que os conflitos em torno do artefato vão se ajustando, o que impacta na própria forma e funcionalidade do artefato. A partir do momento em que os problemas são resolvidos ou, pelo menos, reconhecimentos que estão em processo de resolução (1984, p. 426-427), ocorre o processo de fechamento, em que o artefato é “definido”, apresentando-se como tal, em um momento em que está estabilizado. Aqui, os autores sustentam a necessidade de se pesquisar a argumentação que envolve o artefato em relação aos grupos sociais em si e entre si, ao passo em que também é imperativo “analisar a estabilização de um artefato entre mais de um grupo” (1984, p. 424). Convém também citar que nem todos os que foram

ou são afetados pelo consenso tiveram partes iguais na contribuição do mesmo (1986, p. 350).

Quando analisamos as políticas públicas, o consenso é de fato, a palavra-chave. Por outro lado, o “consenso” nem sempre é alcançado pela forma argumentativa provida pela negociação por entre diferentes atores. Ele também pode ser alcançado via imposição e coerção tal como destacado por Rua (2009). Se a Política se situa como uma forma de resolução de conflitos pelo consenso e negociação, em que, a princípio, ocorram em espaços abertos com a participação de todos aqueles envolvidos, por outro lado, estes espaços não necessariamente são dessa forma. Podemos ver, por exemplo, os conselhos municipais que, às vezes não são compostos por membros qualificados (servindo de indicação política do Executivo) ou que possuam reuniões em dias úteis (o que não permite à sociedade participar plenamente).

O quarto componente da análise SCOT, compreende o contexto sociocultural e político do ambiente social (*Wilder Context*, como situado pelos autores). O contexto sociocultural e político que molda os valores e normas de um grupo social influencia o significado dado ao objeto (PINCH; BJIKER, 1984, p. 428). Ou seja, também podem existir diferentes linhas para o desenvolvimento de um artefato – implicando em uma construção social. Não podemos esquecer das disputas, conluios, barganhas, pressões políticas, lobbies, impactos econômicos e fiscais de determinadas ações. As questões locais e legais aqui também são bases analíticas, uma vez que perpassar as simbologias e referências territoriais.

O contexto é essencial na análise das políticas pelo fato dele trazer o aspecto cultura, social, econômico, político e institucional. Como não levar em consideração o aspecto formal da participação política, a burocracia, os burocratas, o processo legislativo e legal disposto? Sem deixar de considerar os lobbies, a corrupção (como processo endêmico da estrutura social arraigado pela cultura local) ou a falta de cultura cívica (em termos de consciência e problematização de demandas e necessidades)? Todos estes componentes indicam a problemática: 1) na forma como um problema pode ser sanado; 2) na base organizacional dos atores participantes; 3) na capacidade institucional de participação aberta e pública.

O quinto componente, a estrutura tecnológica (*Technological Frame*), é a forma concebida como resultante das interações entre grupos sociais relevantes. Bijker (1992, p. 76) argumenta que esse conceito é empregado para “explicar as interações

dentro e entre grupos sociais que modelam os artefatos; estas estruturas tecnológicas moldam e são moldadas por essas interações”. Paralelamente, esta estrutura tecnológica de um grupo social é construída, quando este artefato funciona exemplarmente, e “posteriormente se desenvolve e se estabiliza dentro daquele grupo social” – aqui, o impacto social. Mas a estrutura tecnológica também “determina [...] o processo de design dentro aquele grupo social” – aqui a construção social (1992, p. 98). O que forma a estrutura tecnológica compreende a conjunção entre o impacto social e as perspectivas de construção social sobre a tecnologia.

Parece um tanto óbvio que as relações sociais, as disputas políticas, a cultura e a tecnologia em si acabam por influenciar a construção da própria tecnologia. A percepção dos problemas, das soluções, a interação (ou disputa) entre grupos sociais, visíveis ou invisíveis ao sistema político, se dá de diversas formas. Uma política pública pode não ser vista sob o mesmo prisma entre dois grupos, ainda que sejam próximos ideologicamente. Os objetivos, as metas, as formas de intervenção, a possibilidade de atores integrarem as mesas de negociação divergem conforme a estrutura e demais componentes indicados pela construção social.

Por fim, situamos que a contribuição de Pinch e Bijker foi a de levantar o debate e demonstrar tacitamente que um artefato e a tecnologia são processos socialmente construídos e não possuem neutralidade. Eles se propuseram a apresentar uma metodologia de investigação que observava os grupos sociais, suas interações, redes e visões, para que se identificassem elementos sobre o artefato e a tecnologia que fossem comuns ou antagônicos e que seriam fundamentais para a construção social. Por outro lado, há uma série de críticas quanto ao trabalho dos autores, quanto à sua forma de investigação, à metodologia, à forma como veem os grupos sociais, suas interações, o ambiente sociocultural e político. Alguns autores veem a SCOT como “inocente” e “despropositada” quanto à propósitos metodológicos e objetivos. O objetivo do modo de investigação do construtivismo social é observar cuidadosamente os funcionamentos internos das tecnologias e suas histórias para ver o que realmente acontece. Por conta disso, “precisamos ver atenciosamente os artefatos e variedades de conhecimento técnico em questão e para os atores sociais, cujas atividades afetam seu desenvolvimento” (WINNER, 1993, p. 364-365).

A análise de políticas públicas pela SCOT

Tendo em mente os grupos sociais, no âmbito das políticas públicas, nem tudo poderia ser explicado pelo âmbito “social”, como se somente as relações sociais, as disputas políticas, e as arenas em torno pudessem explicar o porquê de algumas políticas terem sucesso e outras não, assim como as mesmas terem certas funcionalidades em determinado local e em outro não (no aspecto da cópia de políticas e transposição em outras localidades). A questão a ser feita acerca dos grupos é “Quem são os grupos considerados ‘relevantes’ e o que são ‘interesses sociais’”? Assinalar a relevância de determinados grupos sociais é uma ação interpretativa, ainda que existam critérios plenamente plausíveis acerca da importância dos grupos e atores envolvidos. Não se pode esquecer que alguns grupos podem estar invisíveis ao sistema e possuírem ações determinantes em dado momento ou contexto social. Ainda assim, a ideia de grupos sociais relevantes da SCOT é um ponto de partida válido, porém não totalizante como metodologia para identificação da rede que envolve a política e as políticas públicas em termos de processos investigados. Ter neste processo grupos sociais ou atores invisibilizados não significa que os mesmos não atuem ou que não possuem interesses. Pelo contrário, podem existir motivos pelos quais assim permaneçam invisíveis. E é de fato notório que, em diversas políticas, existem grupos e atores sociais invisibilizados aos olhos do Poder Público. Aqui há também a crítica do pluralismo, onde grupos disputam influência e poder nas arenas políticas e mesas de negociação. O detalhe crucial é que muitas vezes certos grupos sociais, relevantes ao sistema não estão presentes, seja pelas vias formais ou até mesmo por vias informais, nas arenas e negociações. O que deveria ser um ambiente plural adquire caráter elitista ao passo em que grupos mais influentes e/ou com capacidade organizativa mais sólida se estruturam e dominam o sistema, sobrepujando seus interesses sobre outros. Quando pensamos na problemática das políticas públicas, partindo do problema, entendemos que a forma como o mesmo é concebido é resultado das disputas políticas, negociação, embates e barganhas, ou seja, de uma construção social que envolve correlação de forças de atores e instituições.

Assim, o processo de construção social pode servir na análise de como processos são pactuados, se pelo consenso, se pela percepção de vantagens, se pela correlação de forças, se pelo tráfico de influência. O que importa é que se percebe uma conjuntura em que dada realidade é percebida e difundida por entre atores que compõe a base de interesses.

É aqui que Winner (1993) pondera a necessidade de se ver quais as decisões foram tomadas, como e porque foram aceitas. Mas também quais questões simplesmente não entram na agenda e quais as que entram na esfera da não-decisão, transformando-se em Estado de Coisas, como situado por Rua (2009). Quais grupos sempre estão associados ao Poder? Quais são os relegados à margem? E, notadamente, quais os grupos invisíveis ao sistema político? Ainda que certos atores invisíveis ao sistema político não tenham suas demandas consideradas na construção social de políticas públicas, os mesmos, quando não levados à análise, a torna insuficiente. Neste ponto, seria a construção social, verdadeiramente “social”, quando atores são postos à margem da mesa de negociações? Quais são as barreiras que grupos sociais “relevantes” impõem frente a outros grupos sociais menos “relevantes”? Quais são os grupos potenciais dentro da estrutura social e do sistema político que são importantes para o funcionamento dos mesmos, mas que estão “invisíveis” ou que possuem pouca capacidade de influência para se fazerem “visíveis” aos mesmos?

Ainda que Pinch e Bijker (1984) ratifiquem a necessidade da identificação de todos os atores e grupos sociais possíveis – uma tarefa árdua, mas não impossível, há a possibilidade de que grupos sociais não sejam identificáveis pelas vias “formais”, como documentos, programas, políticas, conselhos etc. Uma ida ao local, uma via “informal”, onde acontecem as disputas, pode acender luzes à fim da identificação de grupos sociais “invisíveis”. Ainda assim, não existem garantias de que grupos sociais, fundamentais ao desenvolvimento local e com influência sobre as relações socioprodutivas dali, sejam identificados. Neste caso, há um pouco de conservadorismo do SCOT ao se pensar que, ao mapear uma rede de atores em torno de uma tecnologia ou artefato, assim como problema ou solução, é capaz de identificar os atores sociais “relevantes” ao processo quando, na verdade, muitos destes atores “relevantes” possuem menor capacidade de influência que outros tantos “irrelevantes”. Há uma lógica na argumentação de Winner (1993), mas um tanto injusta, uma vez que Pinch e Bijker afirmam essa “falha” na metodologia de investigação. Essa “falha” não elimina a possibilidade de uso das redes de atores como metodologia, mas esta deve ser adotada com todo o rigor possível, a fim de não se cair nas armadilhas do sistema político e socioeconômico em que os atores estão inseridos.

Winner (1993) questiona a flexibilidade “interpretativa”, no sentido da questão de não se ter critérios que, depois de identificados os atores e a rede, levem à cabo da análise de como os mesmos construíram a “interpretação”. Seria tão flexível, que não teria consistência metodológica, provendo bases fracas para estudos profundos? Essa interpretação funcionaria, para Winner, em casos em que o consenso social fosse mais “alcançável”, onde os grupos pudessem afirmar, a partir da ironia latente em Winner (1993, p. 371), que “Graças a Deus, conseguimos chegar a um conjunto de designs”. No âmbito das políticas, a ideia de flexibilidade não deve estar associada às diferentes visões de mundo apenas dos atores mas, sobretudo, às disputas e correlações de forças dos mesmos.

Mas e quanto às desagregações? Como elas permanecem aqui? Se a política pública chegar a ser desenhada ou delimitada ou conseguir chegar à estabilização, como proposto por Pinch e Bijker, como se deu o processo de fechamento? Se não houve consenso, houve influência política, econômica ou social suficientemente forte para encerrar as discussões e chegar-se a um projeto? Pinch e Bijker (1984) apresentaram a questão do ambiente sociocultural e político que envolvem o constructo social, mas não aprofundaram as questões. Pelo contrário; com base na ideia de que os atores sociais e grupos fazem parte deste contexto, parece que, indiretamente, ao pesquisar-se as redes de interação, naturalmente se chegam às influências políticas, econômicas e sociais dos atores em si e entre si. Esta é uma armadilha do SCOT que se deve evitar. Contudo, isso não a torna ineficiente ou ineficaz, muito pelo contrário: assumir esta incongruência metodológica inicial dos autores e evitar cair em sua rede é fundamental para uma aplicação robusta da metodologia.

Não há dúvidas de que há relações de poder e dependência dentro do “fechamento” e “estabilização” (KLEIN; KLEINMAN, 2002, p. 39; WINNER, 1993; PINCH. BIJER, 1984). Se, para uns, o fechamento se dá quando ocorre um consenso de resolução do problema ou de encaminhamento da solução ao mesmo (PINCH; BIJER, 1984), para outros a correlação de poder das classes sociais e políticas é fundamental para tal (WINNER, 1993), mas também as relações de poder nos âmbitos político-institucional e socioeconômico têm papel basilar na “construção social” (KLEIN; KLEINMAN, 2002). A crítica de Klein e Kleinman sobre o contexto sociocultural e político, o chamado Wilder Context, entende que a matriz estrutural onde se situam os grupos é crucial para entender “a capacidade que os grupos têm

para moldar a tecnologia”. Paralelamente, o entendimento sobre o poder relativo de cada grupo indica as fontes e a forma como este é exercido dentro das estruturas sociais e do sistema político. As relações sociais entre grupos e a forma como o poder é exercido sobre a construção social, assim como suas características estruturantes fazem parte de um estudo “social” sobre a política pública e a estrutura tecnológica propriamente dita.

Conclusão

O presente texto teve como objetivo destacar a metodologia SCOT no âmbito da análise de políticas públicas. A importância da análise SCOT está no fato da relevância dos atores em torno da tecnologia e da mesma em relação aos outros envolvidos em um complexo emaranhado de fatores e conjunturas que compõem sua análise. Não é um processo neutro e imparcial. Na verdade, está carregado de interesses, problemas, soluções, demandas, conflitos, disputas políticas, confrontos de classes etc. É um processo complexo em que redes de atores e grupos se organizam em torno de seus objetivos. E o que importa conhecer é como esses interesses e relações sociais convergem em propostas que visem à solução de problemas via elaboração de políticas públicas. Se é que realmente se voltam, ou então se estes interesses se voltam a demandas unicamente de grupos sociais que detém algum grau de influência e poder frente a outros grupos sociais – e aqui caberia a pergunta: o que seria uma construção “social” das políticas públicas?

Bijker (1992, p. 75-76) já argumentava que no modelo descritivo do SCOT, os “grupos sociais relevantes são o ponto-chave de partida. Artefatos tecnológicos não existem sem interações sociais dentro e entre grupos sociais”. Ainda que este autor separe as categorias atores sociais de grupos sociais, indica que os primeiros proveem uma base inicial para a identificação dos segundos, até pela possibilidade de um mesmo ator estar relacionado ou circular por entre grupos, sejam estes próximos ou antagônicos.

Klein e Kleimman (2002) e Winner (1993) situam que ainda que o SCOT traga maior ênfase sobre os grupos sociais, uma análise somente a partir das relações sociais é insuficiente. Se uma política pública é percebida por um grupo social e posteriormente se desenvolve e se estabiliza dentro daquele grupo social, adquirindo formas e percepções características do grupo, uma base para a pesquisa acerca das

escolhas que a compõe foi lançada. Mas isso não significa que o SCOT seja incapaz de prover materialidade histórica à análise da construção social da tecnologia. Toda metodologia tem um foco, uma base e um propósito. O SCOT mapeia atores, destaca interconexões, aponta estruturas tecnológicas e cognitivas de grupos e entre grupos. Mas também, como toda metodologia, não é capaz de responder a todas as questões.

Referências

DIAS, Reinaldo. **Ciência política**. São Paulo: Atlas, 2011.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas. n. 21. jun. 2000. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 30 abr. 2012

KLEIN, Hans; KLEINMAN, Daniel Lee. The Social Construction of Technology: Structural Considerations. **Science, Technology, & Human Values**, v. 27, n. 1, Winter, 2002, p. 28-52.

LINDBLOM, Charles E. Still muddling, not yet through. **Public Administration Review**, v. 39, n. 6, nov.-dec. 1979, p. 517-526.

LINDBLOM, Charles E. **O processo de decisão política**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da UnB, 1981. (Pensamento Político, n. 33).

LOWI, Theodore J. American business, public policy, case studies, and political theory. **World politics**, v. 16, nº. 4, jul., p. 677-715, 1964. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2009452>>. Acesso em: 09 de maio 2012.

LOWI, Theodore J. Four systems of policy, politics and choice. **Public Administration Review**, v. 32, n. 4, jul.-ago. 1972. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0033-3352%28197207%2F08%2932%3A4%3C298%3AFSOPPA%3E2.0.CO%3B2-X>>. Acesso em: 30 de abril de 2012.

PINCH, Trevor; BIJKER, Wiebe. The Social Construction of Facts and Artefacts: Or How the Sociology of Science and the Sociology of Technology Might Benefit Each Other. **Social Studies of Science**, v. 14, n. 3, aug, 1984, p. 399-441.

PINCH, Trevor; BIJKER, Wiebe. Science, Relativism, and the New Sociology of Technology: Reply to Russel. **Social Studies of Science**, v. 16, 1986, 347-60.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. CAPES: UAB, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: Conceitos, esquemas de análise e casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SIMON, Herbert A. **Modelo comportamental de decisão racional**. In: HEIDEMAN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: Editora da UnB, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 abr. 2012

WINNER, Langdon. Upon Opening the Black Box and Finding It Empty: Social Constructivism and the Philosophy of Technology. **Science, Technology, & Human Values**, v. 18, n. 3, Summer, 1993, p. 362-378.

O simbolismo religioso nas bonecas africanas – uma releitura do espetacular sobre a Vênus Hotentote

Milena Ferreira Mariz Beltrão⁶⁷

Resumo

África do Sul, século XIX. Uma mulher da tribo dos *Khoisan* com 1,35m de altura e nádegas de tamanho descomunal é encontrada por exploradores europeus. Com o nome de Saartjie Baartman é levada primeiramente para Londres e depois para Paris onde virou atração de circo, sendo apresentada como a “Vênus Hotentote” dentro de uma jaula e coberta por adereços femininos. Após sua morte, ela tem o corpo desmembrado para estudos científicos tendo seus restos mortais: o cérebro, a vagina e o esqueleto expostos no Museu do Homem em Paris durante duzentos anos. Em 2002, Nelson Mandela lhe confere um enterro simbólico no seu local de nascimento, onde vivera sua tribo. Através de um exercício cênico, a partir do conto *A Menor Mulher do Mundo* de Clarice Lispector, sua imagem foi reconstruída através da confecção de uma boneca onde o imaginário que permeia a representação do seu corpo foi redimensionado de um significado de brinquedo, para um significado de feminino sagrado.

Palavras-chave: Teatro. Boneca. Corpo. Feminino. Espetacularidade. Processo Criador.

As coisas de aspecto aparentemente indiferente e acidentais que nos cercam constituem material de criação e dormem sob a obviedade do mundo. Paul Valéry (2011) tece uma análise poética ao deparar-se com uma concha de mar e indagar sobre sua forma, destino, função. O poeta a partir dessa observação indaga as qualidades inerentes à concha fazendo um paralelo com a obra de arte. Chama atenção ao fato de que a origem da força criadora que determina se a concha dentre muitas outras terão uma volta a mais ou não, por exemplo, é de um universo enigmático que não está acessível para nós. Não podemos criar da mesma forma que a natureza cria. Nem mesmo o ato de dar à luz outro ser humano está presente no poder criador por meio de nossas mãos.

O artista ao exaurir o máximo possível o seu objeto tem uma certa limitação, do contrário passará a compreender as razões que o levaram a ter empatia por determinada escolha ou não. Poderá alcançar o porquê de alcançar uma memória específica e excluir aquela que não está mais presente e que outra pessoa o rememora, mas qual o motivo desse misterioso esquecimento? Nessa fase o artista passa a explicar-se. Não acredito que de todo isso seja ruim. Para compreender certos projetos de autoria de artistas por vezes é necessário compreender suas vidas e

⁶⁷ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

muitas vezes identificar suas vidas com as vidas de outros artistas e assim perceber que de fato o que está nele em essência não é exclusivamente dele, mas que pertence a todos no mundo.

[...] nossos artistas absolutamente não tiram de sua substância a matéria de suas obras e só obtêm a forma que procuram através de uma aplicação particular do espírito, separável do conjunto de seu ser. Talvez o que denominamos perfeição na arte (que nem todos procuram, e muitos desdenham, seja apenas o sentimento de desejar ou de encontrar na obra humana essa certeza na execução, essa necessidade de origem interna e essa ligação indissolúvel e recíproca da figura com a matéria que me é mostrada pela mais ínfima concha (VALÉRY, 2011, p. 107).

Dessa forma, Valéry (2011) nos lança num questionamento profundo a respeito do trabalho artístico. Comenta que se pegarmos um determinado pedaço de papel podemos imitar a volta da concha sobre si mesma. No trabalho do artista plástico materiais como a argila e madeira permitem um território de construção que proporciona aproximar-se da forma do objeto natural mas ele não será mais o objeto tecido pela natureza mas será reproduzido com outras forças que igualmente presentes na natureza são conduzidas por mãos humanas. As mãos que Edith Derdyk (2001) comenta agirem com a condição de faca afiada sobre o horizonte, capaz de cortar e colocar em outro formato a própria linha que repousa num amplo aspecto diante de nossos olhos e livremente na natureza.

Aqui nos encontramos diante do pressentimento do espírito que interroga. Valéry (2011) compartilha da sensação que nos intriga e interroga no momento em que nos debruçamos sobre algo que nos para. Esse algo que pode vir de várias formas, como uma inquietação trazida por uma frase por exemplo, uma cena de um filme que nos remonta a uma memória de infância ou qualquer outra situação que deliberadamente nos convoca ao ato de criar nos imbuindo de uma necessidade.

As bonecas como brinquedo e como objeto simbólico

Assim como a concha de mar trazida pelo olhar do poeta, trago a mesma indagação para o processo a ser comentado a seguir sobre a fabricação de uma boneca cênica para a encenação de um conto literário, na tentativa de reconstruir simbolicamente um corpo que representa uma memória coletiva para o feminino. As

bonecas fazem parte do nosso cotidiano, imaginário e história. Elas estão em grande quantidade nas lojas infantis destinadas sobretudo para meninas. Objetos de brincadeira, de preparação para a maternidade, boneca como brinquedo. Entretanto, a boneca como objeto guarda em si um sentido mais amplo. Não pretendo simplesmente falar dela como um objeto destinado ao mundo feminino, mas falar de suas representações simbólicas, utilizadas em diferentes culturas do mundo lembrando as formas humanas e, sobretudo sendo representações de vida que marcam ciclos vitais, do corpo, da natureza, do poder vigente. Em diversas culturas, sobretudo as orientais, elas guardam representações largas de vida (Pearson, 2014). No mundo industrializado ganham sentido de poder de compra, de ideal de beleza e juventude, mesmo de status entre as crianças.

É com as bonecas que se pode estabelecer uma relação íntima de corpo a corpo, experimentando através do brincar as questões culturais, psíquicas e cotidianas da vida que se desenvolvem e que se desvelarão (Smith & Pellegrini, 2008). A tradição de ter bonecas como brinquedos, no ocidente, vem da antiga Grécia e de Roma e serviam para despertar nas meninas o desejo de serem mães, e também de prepará-las para outras fases da vida.

Em Roma, quando casavam, as mulheres iam até o altar da deusa Diana entregar-lhe bonecas como oferendas, simbolizando a passagem da infância para a idade adulta ou em outras ocasiões no altar de Vênus para que ela as ajudasse a conseguir um companheiro (Pearson, 2014). Este é um dos legados da cultura greco-romana que herdamos, mas existe a influência que reside “na parte de traz da lua”, o lado escuro que não podemos enxergar, a parte trazida pela realidade dos povos oprimidos pela colonização, sobretudo os africanos, ponto em que vou me manter neste relato.

O sentido mais amplo na utilização desses pequenos talismãs chamados de *boneca* encontram um eco profundo na antiguidade quando eram utilizadas como proteção quando oferecidas às divindades. Também foram símbolos funerários no antigo Egito para que o morto não se sentisse sozinho ou para que a boneca pudesse trabalhar a seu favor no além-túmulo. Na antiga Suméria, eram consideradas como símbolos de fertilidade e de promessa aos deuses feitas pelos agricultores visando uma boa colheita. O Japão tem nos bonecos antigas tradições no teatro, em festas, como a de *Hinamatasuro*, onde elas são veneradas como símbolos sagrados.

Na África do Sul elas são utilizadas como uma maneira de presentear as recentes mães para simbolizar a vinda do seu filho, bem como espantar maus espíritos trazendo boa sorte, além de outras funções de cunho místico. Quando a mãe tem um segundo filho, mais uma boneca lhe é entregue e assim sucessivamente. É justamente na África onde o cunho religioso da prática de se confeccionar bonecas e bonecos enriquece o seu legado; legado religioso com a noção do *religare*, trazida por Rubem Alves (1999), religar-se ao sagrado lembrando-se do fio invisível que une o humano às divindades.

Sabe-se que os bonecos na África eram e ainda são, extensamente usados, servindo a diversas funções, como em processos divinatórios, na cura de doenças, em cerimônias religiosas (e.g. em processos de iniciação, no culto dos mortos...); e finalmente como entretenimento. Os bonecos ocupam um lugar importante nos mitos africanos. Na Nigéria, por exemplo, eles são vistos como originários do mundo subterrâneo, da terra dos mortos e da terra das feiticeiras. (BROCHADO, 2008. Pg. 146)

Quando se decide dar vida a bonecos e bonecas expressando através deles uma linguagem cênica este mergulho ao subterrâneo pode ser feito. É um mergulho simbólico, não pretendo considerar especificamente as práticas de incorporação de espíritos e rituais de *vodu* presentes nestas culturas como analisa Brochado (2008), mas sim o tratamento com o imaginário deste povo que se mistura ao nosso pela influência histórica tão forte que ajudou a construir. Eles guardam uma característica divinatória, mágica, como se em seu corpo estivesse presente uma vida única, e nos reportamos a eles como se fossem entes vivos porque feitos a partir das mãos vivas do artista que os tem como uma extensão de si.

Assim, falarei aqui da história de uma mulher africana que se transformou em narrativa cênica através da confecção de uma boneca que permeou seu imaginário, transcriado para a cena resignificando uma história real. As bonecas foram por gerações desde a pré-história utilizadas como símbolos de fertilidade e talismãs, não apenas como objetos de entretenimento. O teatro, tendo sua origem fortemente pautada nos rituais oferecidos aos deuses, é um território fértil para a presença e atuação de práticas como esta.

Ressignificar simbolicamente a história de Saartjie Baartman através da confecção de uma boneca para ser usada cenicamente. O processo.

O processo criativo aconteceu na disciplina Fundamentos de Dramaturgia do Encenador onde cada aluno deveria criar uma cena como resultado para avaliação da disciplina. Para tanto, escolhi o conto *A Menor Mulher do Mundo*, escrito por Clarice Lispector na década de 60 para a revista *Senhor* e que em 1974 foi colocada na antologia organizada por Álvaro Pacheco da editora Artenova em *A Imitação da Rosa* juntamente com outros contos já conhecidos da autora.

Sua estrutura é narrativa, por isso perfeitamente adaptável para a linguagem da contação de histórias, com um forte teor jornalístico na medida em que informa e dá detalhes do acontecimento mas ao mesmo tempo nos transporta a um universo fantástico e profundamente humano, onde podemos ver as reações dos personagens bem como a natureza íntima deles e suas relações com a protagonista.

Marcel Pretre, um explorador francês, adentra uma floresta intocada na África Equatorial buscando novas descobertas a serem levadas para a Europa. Ao caminhar pelas folhagens encontra uma mulher surpreendente com 0,45cm de altura e se encanta imediatamente por ela. Lispector (1974) nos conduz assim para o pensamento do explorador e da mulher e para as sensações internas dos personagens que se encaram mergulhados no estranhamento cultural um do outro. A narrativa segue sendo feitas relações entre o mundo branco burguês e um mundo africano intocado, instintivo, puro, exótico. Ocorre um apaixonamento constrangido entre o explorador e a pequena mulher até o desfecho hermético do conto em que Clarice nos deixa em suspensão interna com os pensamentos a serem “digeridos”.

Estas relações entre os personagens mostra também a ótica de vida da autora que nos permite vislumbrar através de uma narração imagética sua visão de mundo e busca de um ser intocado, puro e livre da complexidade humana, na sua constante busca através da escrita por um momento de revelação, uma epifania, a percepção primordial do mundo, como uma tentativa de retorno às origens da humanidade, a inocência presente não apenas na personagem “Pequena Flor” como em outras personagens suas: Macabéa de *A Hora da Estrela*, as suas galinhas de *A Vida Íntima de Laura*, Uma Galinha e O Ovo e a Galinha e todas as suas personagens femininas que são na verdade figuras que representam a própria Clarice em contato com um mundo que as considera estranhas e inadequadas

(MOSER, 2009). Para mim, uma inadequação do feminino no mundo, que a escritora tão bem faz representar.

O Conto retrata a invasão de um mundo intocado por um outro civilizado que o incorpora, mas também apresenta fortes indícios de ressignificação de uma história real pela ficcional.

Para representar a personagem principal da história, uma mulher negra de 0,45 cm, optei por confeccionar uma boneca. Durante sua confecção, veio até mim um artigo da revista Planeta sobre a história de uma africana chamada Saartjie Baartman, de 1,35 cm de altura, descoberta por exploradores europeus no século XIX e utilizada como atração, sendo elemento exemplar das práticas exotistas na época devido ao tamanho descomunal de suas nádegas e sua baixa estatura. Saartjie Sara, Pequena Sara ou Vênus Hotentote, na verdade uma mulher cujo nome real é desconhecido da história, tinha as dimensões físicas de uma criança, exceto os seus quadris que lhe conferiram um codinome de deusa.

Sara foi levada para a Europa a fim de ser exposta como atração de circo. Nesta oportunidade era apresentada como a Vênus Hotentote, dentro de uma jaula e coberta de adereços femininos. Ganhou este nome devido ao tamanho descomunal de suas nádegas, característica presente entre os membros de sua tribo, os *Khoisan*. Após sua morte ela teve o corpo desmembrado para estudos científicos. As evidências dos fatos reais com a história ficcional de Clarice são muito fortes, o que me levou a comparar os dados da história real com os detalhes trazidos pelo conto me conduzindo pela análise na hipótese da história real de Baartman ter sido a fonte de inspiração de Lispector para a escrita de A Menor Mulher do Mundo.

O conto trata de várias questões também trazidas pela história real: as relações afetivas; a figura feminina sob as influências da mídia num mundo capitalista; o lidar com o estranho, o diferente; a comparação de valores morais entre um mundo intocado e o mundo burguês. Tem um discurso que preza pela valorização das questões essenciais e das relações de troca e influências de uma cultura por outra de uma maneira reflexiva, como se a história de Pequena Sara, denominada por Clarice “Pequena Flor”, estivesse sendo reescrita numa tentativa de dar-lhe outro significado.

“Reconstruir o mundo” era agora uma meta pessoal, tão indistinguível de sua missão artística quanto tinha sido quando ela contava histórias para salvar a mãe.

Ela não podia mais ter esperança de ver sua mãe levantar da cadeira de balanço. O desespero da criança se transformou num objetivo místico, numa tarefa fantástica, de ambição empolgante: reconstruir o mundo por meio das palavras. “Escrevo como se fosse para salvar a vida de alguém”, ela anotou pouco tempo antes de morrer. “Provavelmente a minha própria vida”. (MOSER, p. 327. 2009)

Percebendo que ao construir a boneca em partes: cabeça, tronco, membros, estava lidando diretamente com uma história de forte conteúdo simbólico, passei a buscar mais informações sobre a personagem da história real. Neste momento havia forças simbólicas que convergiam para os materiais de elaboração: as minhas, as de Saartjie Baartman, as de Clarice Lispector e todo o imaginário histórico que permeia este fato.

Ao unir as partes criadas em papel mãe, pano, algodão, pedaços de plantas, tintas e pedras, percebi que ali estava sendo criada não apenas uma simples boneca, mas uma boneca representativa de várias histórias. Procurei confeccioná-la de forma que a história real e a ficcional estivessem integradas. Assim, a boneca foi feita grávida, característica dada por Clarice, e eu acrescentei as volumosas nádegas que deram a Sara Baartman o codinome de uma Vênus, procurando integrar no corpo da boneca os demais objetos.

Assim, acrescentei no seu ventre: uma flor seca de Hibisco, flor utilizada na antiguidade para cultuar a deusa egípcia Ísis, símbolo de maternidade, fertilidade e abundância. Na base dos quadris na altura da vagina: uma pedra de rio, para simbolizar a memória da água e seu incessável fluxo. O material que lhe deu sustentação: jornal, para representar uma mulher imagética cujo legado sobreviveu à sua morte. O enchimento de seios e nádegas: algodão, para representar maleabilidade, maciez, conforto e crescimento através de uma planta que é capaz de suportar os solos mais estéreis.

Gravidez e largos quadris são ambos símbolos de fertilidade. Clarice parece substituir a esteatopigia de Sara pela gravidez de Pequena Flor. A esteatopigia para Sara lhe intitula um destino de morte, a gravidez de Pequena Flor lhe confere um significado metafísico.

[...] enquanto isso a própria coisa rara tinha no coração algo mais raro ainda, assim como o segredo do próprio segredo: um filho mínimo... A própria coisa rara estava tendo a inefável sensação de ainda não ter sido comida...

Não ser devorado é o sentimento mais perfeito. Não ser devorado é o objetivo secreto de toda uma vida. Enquanto ela não estava sendo comida, seu riso bestial era tão delicado como é delicada a alegria. O explorador estava atrapalhado. (LISPECTOR. 1974. p. 111).

O ponto principal deste processo foi, sobretudo a questão da utilização de um ser humano com dimensões que lembram as de uma criança, circulando num mundo que não está acostumado a lidar com as diferenças, sobretudo se esta diferença vem de um continente invadido, exótico e composto por grupos sociais considerados menores, compostos por uma raça considerada erroneamente como inferior, de crenças e práticas consideradas inferiores.

Outra questão apresentada no trabalho e discutida com os atores que ajudaram na caracterização das cenas foi a dimensão do brincar. Até onde as relações humanas se constroem e se desenvolvem em dimensões relacionadas a uma atitude desconexa do espírito lúdico da brincadeira, para tomar um espírito de jogo de poder; das microesferas de poder para as esferas maiores, como fazem grandes entidades como os países, onde existe a brincadeira do quem pode mais, quem tem mais território, quem tem mais atuação, querendo fazer na vida real o que as crianças fazem por necessidade psíquica em posse dos brinquedos, sobretudo das bonecas: abrir, rasgar, destruir para ver o que tem dentro, buscar o vazio, a origem do corpo do objeto, por vezes até o aniquilamento, querendo consumi-las para dentro de si, levadas por uma forte sensação de fome psíquica.

Disso a mãe se lembrou no banheiro, e abaixou mãos pensas, cheias de grampos. E considerou a cruel necessidade de amar. Considerou a malignidade do nosso desejo de ser feliz. Considerou a ferocidade com que queremos brincar. E o número de vezes em que mataremos por amor. ... colocando entre aquele seu rosto de linhas abstratas e a cara crua de Pequena Flor, a distância insuperável de milênios. (LISPECTOR. 1974. p.110)

Sara Baartman teve após sua morte o corpo desmembrado. O corpo foi vendido pelo dono do circo que a adotou. Foi feita uma escultura primeiramente, para registrar sua imagem, uma espécie de máscara mortuária de todo o corpo. Depois lhe foi examinada e retirada a vagina, que ela impedia em vida a exposição. A vagina tinha uma larga abertura denominada avental hotentote. Examinaram-lhe o cérebro e por fim retiraram-lhe do corpo o esqueleto, todos após examinados e

catalogados foram preservados com fins de exposição no Museu do Homem em Paris durante duzentos anos, sendo por inúmeras vezes objeto de estudo em aulas de anatomia.

Em posse desses recursos procurei incorporá-los nas dinâmicas expressivas que ajudaram os atores a compor o imaginário da cena, realizando improvisações entre eles e a boneca. Primeiramente com uma boneca de plástico e depois com a boneca cênica. Foram construídas algumas imagens que evoluíram para a encenação de um ritual onde foi introduzida uma cena em que a boneca após ser repartida em vários pedaços pelos atores é reconstruída e conduzida de volta à barriga da atriz narradora fazendo a referência do retorno da Vênus às origens da criação, o ventre, ventre cósmico, de onde se tece e se engendra tudo, as histórias, os destinos, toda a criação. É o ápice do instante onde Saartjie volta para o início de sua existência pela boca da escritora, da atriz e da diretora e toma um destino simbólico, diferente do real.

O ser devorado e sua releitura artística através da boneca. A questão do sagrado.

O entendimento do sagrado neste trabalho não é um sagrado que privilegia um discurso religioso, mas, sobretudo um sagrado enquanto busca da chamada *percepção primordial* presente na escrita de Clarice. A autora constantemente está em busca do contato mais próximo possível com a matéria primeira que deu origem a todas as coisas no mundo. É a tentativa de chegar até a explicação da origem, sobretudo pela relação misteriosa que tinha com a Ucrânia, sua terra natal. Este mistério não desvelado se mostra na sua escrita, mas ela não fala apenas pela história de uma Clarice desterritorializada pela guerra, mas também por toda uma humanidade que se sente desencontrada e insatisfeita com a própria condição, sobretudo a condição de nos sentirmos estrangeiros no mundo e de sermos todos estranhos uns aos outros. Esta questão coloca qualquer ser humano da superfície terrestre em pé de igualdade com todos, independente de sua cultura, raça ou crença.

A questão do ser devorado, comido, remonta ao imaginário deixado pelas práticas canibais nos povos considerados primitivos. Esta prática de “comer a carne do outro”, “devorar o outro” para incorporar a força do inimigo é uma característica que está presente na escrita de Clarice Lispector através de sua escrita

profundamente sinestésica, que no decorrer da narrativa capta o nosso olhar de uma forma tão forte que as palavras tomam conta do leitor incorporando-se nele. Isto se dá, sobretudo pela maneira que a escritora tem de não delimitar as características de seus personagens fazendo da sua escrita uma confissão íntima, subjetiva, incorpórea, que provoca uma espécie de simbiose no leitor que se entrega à narrativa e lhe empresta o corpo às palavras. Como num ato mágico Clarice nos “pega” de surpresa, nos leva pela mão e nunca mais somos a mesma coisa depois do susto existencial que sua escrita por vezes causa.

Tanto em *A Menor Mulher do Mundo* como na história real de Saartjie Baartman o que se tem são relatos de um canibalismo representado pela atuação de um mundo burguês que incorpora um outro não civilizado para provar sua voracidade, sua fome de origem, seu desejo reprimido pelos preceitos éticos, sua angústia. Pequena Flor no conto apaixona-se pela bota do explorador, pelo anel e ri para tudo como algo nunca antes visto e que parece ser bom. É a atitude da vítima diante do algoz que a impressiona e cativa.

Pequena Sara tem o mesmo processo da personagem ficcional, ao ser levada da África do Sul para a Europa. Ao chegar a Londres e depois na França, causa o estranhamento, mas é “engolida” pela cultura europeia que consome a estranheza, primeiro como objeto exótico e depois de sua morte para os fins supremos da ciência que a reduz em pedaços, fragmentando-a, estudando-a minuciosamente, como que bebendo e comendo dela mais uma vez.

Este fato, considerando o início até o desfecho da história real, tem uma espécie de sadismo nas figuras dos representantes da ciência e do poder, num sentir-se superior a uma raça “menor”, sobretudo quando dada a fetichização do corpo feminino em questão. É uma espetacularização que acompanha um sentimento de glória da parte do dominador. O ser humano parece ser sádico por natureza, gostar de ver os outros sofrerem, de sobrepujar-se como donos da razão, mesmo com um discurso de bondade e de gentileza, numa crueldade incompreensível e por vezes suave e disfarçada.

No Brasil pré-colonial, as práticas canibais eram comuns em algumas tribos. Tem-se nos primeiros registros dos colonizadores, relatos que testemunham momentos onde mulheres e homens se contorciam de satisfação ao verem as partes

corporais do inimigo serem repartidas. Davam gritos de felicidade, comiam a carne e bebiam o sangue com prazer animalesco. Entretanto:

Abbeville ainda escreve sobre as motivações que levavam à ingestão do “contrário”. Não era o prazer - esclarece o frei – que induzia as nativas a comer tais petiscos, nem mesmo o apetite sexual. Na verdade, a má digestão e os vômitos eram recorrentes depois das cerimônias canibais. A ingestão era comandada pelo desejo de “vingar a morte de seus antepassados e saciar o ódio invencível e diabólico” alimentado contra os rivais. (RAMINELLI. 2007, p.38)

A ingestão do contrário é a ingestão cultural de um corpo feminino em proporções maiores que as das mulheres europeias, um corpo que representa a simbologia dos instintos, da fertilidade, das origens, provocando e acordando a sexualidade reprimida pela ideologia burguesa que confere um significado de brinquedo fantástico a um ser humano, querendo buscar neste brinquedo as respostas não alcançadas, não compreendidas, não vistas. Leva a pensar na questão da imagem feminina como um espetáculo do contrário onde está guardada a simbologia de Eva, culpada pela queda da humanidade, mas é Eva que conduz o ser à humanidade, é ela que movida pela curiosidade (principal atitude filosófica) e o desejo de imortalidade, come do fruto proibido, símbolo de conhecimento e de verdade, por isso, o lado maior da culpa passar a estar com ela, no imaginário de todos.

Na dimensão artística esta história toma um significado distinto das propostas científicas do século XIX, na medida em que traz a discussão e a releitura do uso da imagem, da exploração do corpo feminino, da invasão e desconsideração de hábitos e crenças entre as culturas e, sobretudo dos questionamentos que vieram à tona nas últimas décadas sobre a legitimidade do discurso religioso dominante no mundo ocidental: o cristão, ou que se construiu artificialmente como ideia do que é cristianismo.

O processo criativo quando é iniciado leva o artista a reelaborar intuitiva e concretamente questões tidas como verdades absolutas no mundo e redimensionar através do seu imaginário uma realidade, uma crença, uma imagem, um sonho, uma história, um símbolo. São infinitos os materiais à disposição do artista que além do conteúdo trazido pela cultura e pela época em que está inserido, mergulha em sua própria estrutura física e emocional para fazer disto uma terceira coisa, algo que

estará a serviço dos outros a fim de chegar neles, provocar o pensamento de alguma forma, tocar, envolver, fazer lembrar. O ato do artista quando cria é um ato político, é um ato de liberdade e de libertação.

Assim, a boneca torna-se o território concreto que pode ser manipulado e preparado para trocar artisticamente uma prática de devoramento que é um devorar que redimensiona o contexto de crueldade e de consumo para outro local, a volta às origens representadas pela introdução da boneca num ventre artificial. As origens por fim, comem de volta o símbolo do que foi devorado, numa espécie de autofagia, característica presente na escrita clariceana. São de ressignificações como esta que entendo a reescritura simbólica da história real. A escritura do conto, a confecção da boneca e a transcrição cênica do conto fundida na história real, ressignifica três vezes a memória de Saartjie Baartman. A opção de enfatizar as questões sagradas no ato de religar um corpo inicialmente tido como objeto de culto e intocado às suas origens, conferindo-lhe um outro território é algo possível através do teatro enquanto manifestação artística.

Desta forma, a boneca confeccionada é uma referência à memória de Saartjie Baartman - A Vênus Hotentote, seus ancestrais e ao povo africano. Incorpora simbolicamente toda a sua história, religiosidade e cultura bem como a presença de um feminino sagrado. Atua cenicamente como personagem principal da narrativa de Clarice Lispector ressignificando as principais passagens da história real: a estatura mínima de 1,35m para 0,45 cm; o encontro com o explorador francês onde há uma relação de amor, e não de morte; a utilização de sua imagem na mídia provocando reflexões, na vida real através da exposição em circos que perdura após a morte com a exposição de partes do corpo no Museu do Homem em Paris; a substituição de sua esteatopigia (volumosas nádegas) pela gravidez em estado adiantado da personagem como símbolo de fertilidade e de espera por uma transformação entre o mundo original e o civilizado; a incorporação da cultura europeia no ambiente africano que se propaga como elemento de estranheza e de provocação, e não tragicamente como na vida real. Para esta falta que senti no conto, elaborei a encenação do ritual com a boneca que estabelece a ponte para o *religare* em memória de Sara Baartman pela veia teatral.

Referências

ANDRADE, Ana Luíza. A Poética Canibal de Clarice Lispector: do molho pardo ao sangue bruto. In: **A Ficção de Clarice nas fronteiras do (im)possível**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003.

ALVES, Rubem. **O que é religião?** São Paulo: Loyola, 1999.

BROCHADO, Izabela. O mamulengo e as tradições africanas de teatro de bonecos. **Móin - Revista sobre Teatro de formas animadas**, Jaguará do Sul, Ed. UDESC, 2006.

DERDYK, Edith. **Linha de Horizonte: por uma poética do ato criador**. São Paulo: Escuta, 2001.

LISPECTOR, Clarice. **A Imitação da Rosa**. Rio de Janeiro: Editora Artenova. 1974.

MOSER, Benjamin. **Clarice, uma biografia**. São Paulo: Cosacnaify. 2009.

PEARSON. In. Boneca. disponível em <http://coceducacao.com.br/enciclo/encicloverb/0,5977,POR-3789,00.html> acesso em outubro de 2014.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

SAARTJIE - a Vênus Hotentote. **Revista Planeta**, São Paulo , Edição 442. Editora Três, 2009.

SMITH, Peter K. & PELLEGRINI, Anthony. **Aprender por meio da brincadeira. Goldsmiths**. University of London: Reino Unido, Minnesota: University of Minnesota, EUA, 2008. Tradução: fevereiro 2013 disponível em <http://www.encyclopedia-crianca.com/brincar/segundo-especialistas/aprender-por-meio-da-brincadeira>

VALÉRY, Paul. O Homem e a Concha. In: BARBOSA, João Alexandre (Org.). **Variedades**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2011a.

Apêndice



Figura 1: A boneca foi feita grávida, característica dada por Lispector e eu acrescentei as volumosas nádegas que deram a Sara Baartman o codinome de uma vênus, procurando integrar no corpo da boneca objetos como: uma pedra, flor de hibisco e algodão. Gravidez e largos quadris são ambos símbolos de fertilidade e seu desmembramento enfatiza a o aspecto cultural da cisão. A boneca confere unidade buscando ressignificar o destino real do corpo de Saartjie Baartman.



Figura 2: foto da boneca tirada por Eduardo Montelli



Figura 3: reportagem da época. Disponível em: mitosenigmasylegendas.blogspot.com.br

O processo de trabalho do serviço social no sistema penitenciário

Tamires dos Santos Viegas⁶⁸

Resumo

O presente artigo de pós-graduação apresenta reflexões a respeito da pesquisa realizada com objetivo de analisar a prática profissional diante de projetos e ações sociais planejadas e desenvolvidas bem como atendimentos sociais oriundos de demandas espontâneas, identificadas e determinações judiciais ambos desempenhados pela assistente social no setor técnico da Penitenciária Modulada de Montenegro. O artigo iniciará com uma contextualização do campo sociojurídico, onde o sistema penitenciário encontra-se engendrado bem como as suas subdivisões, hierarquias e locais de atuação dos assistentes sociais na Superintendência dos Serviços Penitenciários. Ainda nesta primeira explanação haverá breves contextualizações sobre os profissionais institucionais, o público alvo e legislação pela qual o profissional encontra-se submetido. Posteriormente serão elucidados os projetos sociais desenvolvidos na penitenciária, abrangendo o planejamento, este visto como um processo com características técnico-políticas haja vista os movimentos de tomada de decisões, a operacionalização e a ação dos projetos destinados a pessoas em situação de prisão. Também abrange a importância de captar parceiros para a execução bem como contextualizar as possibilidades e atravessamentos identificados cotidianamente no sistema penitenciário. Desse modo, também serão demonstrados os limites e atravessamentos bem como possibilidades as quais o profissional de Serviço Social é submetido em suas intervenções.

Palavras-chave: Sistema penitenciário, assistente social, intervenção.

Abstract

This article postgraduate presents reflections on the research conducted in order to examine the professional practice before planned social projects and actions and developed as well as social assistance coming from spontaneous demands, identified and judicial determinations both played by the social worker in the technical sector Modulation of Corrections Montenegro. The article starts with a contextualization of sociojurídico field, where the prison system is engendered and its subdivisions, hierarchies and social workers acting in the local Superintendent of Correctional Services. Even in this first explanation there will be brief contextualization on the institutional professionals, the target audience and legislation for which the professional is undergone. Later will be elucidated the social projects developed in the prison, including the planning, this seen as a process with technical and political characteristics in view of the movements of decision-making, operation and action projects for people in prison situation. It also covers the importance of capturing partners for the implementation and contextualizes the possibilities and crossings identified daily in the prison system. Thus, also the limits and crossings will be demonstrated as well as possibilities to which the professional social work is submitted in their interventions.

⁶⁸ Assistente social - Superintendência dos Serviços Penitenciários - tamis_viegas@hotmail.com

Key-Words: Prison system, social worker, intervention.

1 Introdução

O presente artigo de conclusão de curso é resultado da pesquisa documental e empírica realizada durante aproximadamente dois anos na Penitenciária Modulada de Montenegro. Foram observados os movimentos institucionais, bem como os limites e possibilidades diante de um trabalho estratégico e de intervenção direta com os usuários.

Trata-se do resultado anos de atuação profissional como técnica superior penitenciária lotada na Penitenciária Modulada de Montenegro. Neste período, iniciado no mês de fevereiro do ano de 2013, compondo a equipe técnica, na condição de servidora pública - assistente social foi possível observar as particularidades presentes nas intervenções técnicas desempenhadas pelo profissional de Serviço Social.

Portanto, acredita-se que para que o exercício da profissão se efetive, é preciso embasar-se na mediação e na flexibilização frente a diferentes segmentos bem como no planejamento técnico social das ações e projetos aos quais se almeja execução. Neste sentido o material escrito a seguir busca refletir sobre a maneira de atuação do assistente social diante do elevado número de demandas de atendimentos sociais advindos de modo espontâneo, identificado ou por determinações judiciais, assim como a estratégia de desenvolver atividades com características grupais, que abrangem nichos compostos por pessoas privadas de liberdade.

Nesse sentido, na presente pesquisa documental, serão elucidadas algumas opiniões de autoras renomadas no que tange à matéria compreendida pelo Serviço Social sobre planejamento social e atuação técnica do profissional desta categoria. Para finalizar, serão brevemente citados alguns projetos desenvolvidos na Penitenciária Modulada de Montenegro, tendo em vista a importância para o tratamento penal.

2 Sistema penitenciário e trabalho social

2.1 O sistema penitenciário

Para que seja feita uma breve compreensão da relevância do planejamento das ações e projetos a serem desenvolvidos em um estabelecimento prisional, é preciso que se compreenda em que tipo de instituição o trabalho técnico será desempenhado. Isso porque é imprescindível considerar a dimensão de um local onde a segurança e a disciplina encontram-se extremamente fortalecidas diante do fazer desempenhado por técnicos superiores penitenciários.

Desta forma, para Goffman (1974: p. 11):

[...] uma instituição pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

A partir dessa definição, e aproximando para a realidade gaúcha, especificamente com a da Penitenciária Modulada de Montenegro, é imprescindível elencar a conquista e consolidação dos espaços técnicos de trabalho. Por meio do respeito e comprometimento mútuo entre equipe de disciplina e setor técnico foi possível elucidar que enquanto profissionais da segurança pública busca-se não apenas o encarceramento, mas também, na medida do possível, a oportunização de atividades individuais ou em grupo de tratamento penal.

Sobre o aspecto de transformador dos indivíduos, Michel Foucault (1996: p.208) lembra que:

Mas a obviedade da prisão se fundamenta também em seu papel, suposto ou exigido, de aparelho de transformar os indivíduos. Como não seria a prisão imediatamente aceita, pois se só o que ela faz, ao encarcerar, ao retrainar, ao tornar dócil, é reproduzir, podendo sempre acentuá-lo em pouco, todos os mecanismos que encontramos no corpo social.

Porém cabe destacar que a inserção de apenados em atividades grupais que visem a sua ressocialização precisa de um olhar estratégico-social. Faz-se necessário envolver os diferentes segmentos profissionais para que o processo ocorra de forma proveitosa para o público alvo, no caso pessoas privadas de liberdade e de forma produtiva para a equipe de segurança do estabelecimento prisional; haja vista a não ocorrência de problemas de viés disciplinar. Além disso, a equipe técnica, bem como os demais envolvidos, almeja que a atividade alcance os objetivos esperados.

O assistente social, funcionário público estadual da Superintendência dos Serviços Penitenciários, encontra-se submetido ao Departamento de Tratamento Penal, setor onde os demais técnicos, psicólogos e advogados também são contemplados, bem como enfermeiros e nutricionistas, estes em menor número. Este departamento contempla a parte gestora, enquanto a atuação nas casas prisionais abrange o trabalho na ponta. Dito de outra maneira, de forma direta com a pessoa privada de liberdade.

Cabe ao Departamento de Tratamento Penal gerir o trabalho técnico em sua totalidade, apresentando normativas, propondo frentes de trabalho e parcerias que garantam direitos aos apenados e apenadas como o acesso à educação, assistência social, psicológica e jurídica, trabalho, lazer e inclusive saúde mental. Dessa forma, como não poderia ser diferente, tanto a questão de segurança prisional e tratamento encontram-se contemplados pela Lei de Execução Penal.

O assistente social também pode encontrar-se lotado em uma delegacia penitenciária. Isso porque os estabelecimentos prisionais mostram-se divididos estrategicamente em dez regiões que abrangem todo o Estado do Rio Grande do Sul. Especialmente nessas regiões encontram-se os maiores campos de atuação dos assistentes sociais, já que podem desempenhar suas atribuições em presídios, penitenciárias, estabelecimentos cujos apenados estão cumprindo pena em regime fechado ou ainda em colônias ou institutos penais, ambos de regime mais brando, semiaberto.

Cabe destacar que os assistentes sociais podem inserir-se profissionalmente também no próprio Departamento de Tratamento Penal, assim como na Escola de Serviços Penitenciários, atuando na formação de novos servidores – técnicos superiores, agentes e agentes penitenciários administrativos - e na reciclagem e atualização dos já trabalhadores, bem como na formação e gestão de grupos e projetos de pesquisa. Além disso, o monitoramento eletrônico, também é uma porta de inserção profissional, da mesma forma que a corregedoria geral.

2.2 O trabalho social

O desenvolvimento do trabalho técnico no sistema penitenciário, especialmente o social, encontra a sua relevância tanto nas atividades individuais bem como nas grupais. O profissional de Serviço Social, atuante em casas prisionais apesar de não

seguir propriamente um “modo de fazer único a categoria”, submete-se a intervir frente a demandas bastante semelhantes.

Os atendimentos sociais são oriundos através de três frentes primordiais de trabalho: espontânea, identificada ou determinações judiciais. Os atendimentos provenientes de demandas espontâneas incidem prioritariamente quando os próprios apenados organizam-se por meio de listas solicitando atendimento técnico.

Essa modalidade de demanda também pode surgir diante de encaminhamentos internos oriundos de outras áreas técnicas como enfermagem, jurídica ou psicológica, bem como por agentes penitenciários. Além disso, pode emergir por meio de contato espontâneo oriundo de familiares, onde após terem visitado, entendem que o apenado necessita ser atendido.

De outra forma, utilizando-se de seus instrumentais técnico-operativos, o assistente social também pode identificar a necessidade de acompanhar o usuário. Por diversas vezes, o profissional considera que será relevante para o apenado ser entrevistado periodicamente, durante o cumprimento de sua pena.

Para Lewgoy e Silveira (2007), a entrevista

[...] é um instrumento de trabalho do assistente social, e através dela é possível produzir confrontos de conhecimentos e objetivos a serem alcançados. É na entrevista que uma ou mais pessoas podem estabelecer uma relação profissional, quanto quem entrevista e o que é entrevistado saem transformados através do intercâmbio de informações.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a entrevista é o instrumento mais utilizado por técnicos no sistema penitenciário pelos assistentes sociais. Esse fato ocorre considerando a facilidade de poder chamar o apenado para sala de atendimento, sempre seguindo critérios de segurança do Estabelecimento Prisional.

Os atendimentos sociais também podem ocorrer por meio de determinações judiciais. A grande maioria desses acompanhamentos é solicitada a partir do indeferimento de progressão de regime ou livramento condicional. O entendimento judicial é de que o acompanhamento proporcionará uma integração harmônica do indivíduo com a sociedade.

Em diversos atendimentos sociais, sendo estes de demanda espontânea ou identificada, os usuários almejam esclarecimentos sobre alocações em trabalhos prisionais, orientações sobre documentações, registros de filhos, reconhecimentos de

paternidade, regulamentações de visitas e encaminhamentos internos, como indicação para enfermagem, dentista, psicologia e jurídico, sendo esta última a de maior procura. Somam-se às solicitações anteriores, o grande fluxo de contatos com familiares em busca de informações de diversas naturezas. Na ocasião onde ambos encontram-se em estabelecimentos prisionais, o contato é realizado através de intermediações com outros profissionais.

Nos dias atuais, na Penitenciária Modulada de Montenegro, mais de 1200 homens e 80 mulheres compõem a população prisional, entre condenados e presos preventivamente. Considerando o fato de esse estabelecimento penal ser o maior da região, cada vez mais se observa a necessidade de intervenções coletivas, ou seja, que contemplem um número maior de apenados e apenadas.

Mesmo havendo um número significativo de técnicos, existe uma incapacidade física dos profissionais e de estrutura do Estabelecimento Prisional de atender a todos os usuários demandantes. Soma-se a isso o fato de que se considera relevante para a ressocialização a participação em atividades grupais, inclusive para que o público-alvo possa receber atendimentos de diferentes áreas.

Portanto, observa-se que atender os usuários não pode ser visto como algo banal, e sim potencializador. Frente a isso: “observar é muito mais do que ver ou olhar. Observar é estar atento, é direcionar o olhar, é saber para onde se olha” (CRUZ NETO, 2004). Tanto que constatada a necessidade, um olhar mais ampliado foi empenhado, no intuito de desenvolver atividades que contemplem um número mais vasto de pessoas privadas de liberdade.

Nesse sentido, Iamamoto (2007: p. 20-21) destaca:

O assistente social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas. Ou, nos termos de Netto, um executor terminal de políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária. Mas hoje, o próprio mercado demanda, além de trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais.

Logo, em sintonia com a concepção da autora, nota-se que a intervenção diante da expressão da questão social está sustentada tanto no atendimento técnico desenvolvido cotidianamente frente a diferentes usuários, assim como elaboração de ações e projetos, organizando fluxos, articulando a rede, captando parceiros e

difundindo estrategicamente novas concepções de tratamento penal. Nesse sentido, tem-se um profissional propositivo e não apenas como executor da proposta, mas como agente de planejamento, implantação, execução, controle e avaliação.

Como já posto, considerando o número elevado de pessoas privadas de liberdade no sistema carcerário brasileiro, considera-se estratégico o desenvolvimento de atividades que contemplem a nichos de usuários. Dito de outra forma, proporcionar projetos para apenados que por exemplo, atuem nas cozinhas, na limpeza, na manutenção e conservação, e assim por diante. Dessa forma uma parte maior de apenados passa a ser contemplada. Cabe o destaque de que de forma alguma se buscou uma massificação carcerária, em momento algum o artigo 5º da Lei de Execuções Penal, que abrange a individualização penal deixou de ser respeitado.

Porém a importância do desenvolvimento de atividades grupais também é contemplada a Lei de Execuções Penais, no que tange a assistência social sob o qual o tratamento penal encontra-se incutido, bem como os direitos das pessoas privadas de liberdade. Para que os projetos se desenvolvam, na grande maioria das vezes, percebeu-se a necessidade de buscar a rede de apoio para execução de projetos.

Desta forma, nota-se o alargamento do trabalho desempenhado pelo assistente social que, por sua vez, necessita estar atento ao rompimento das linearidades, haja vista a mudança paradigmática do cartesiano para as teorias da complexidade. O exercício do Serviço Social sugere uma abertura de perspectivas, onde também os muros da instituição tendem a expandir-se. Assim,

Hoje se exige um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado. (IAMAMOTO, 1998: p. 113).

Elucida-se que a construção da proposta de captação de parcerias com instituições públicas e privadas para execução de projetos de cunho social, emergiu a partir da constatação da relevância do desenvolvimento do trabalho em grupo como instrumento estratégico diante da imensa demanda de trabalho técnico. Desse modo, pode-se vislumbrar a articulação presente entre direitos das pessoas privadas de liberdade em consonância com a complexidade do trabalho social.

Destaca-se o fato de que ainda na fase do planejamento, durante a execução e também na análise dos resultados, faz-se imprescindível a utilização de instrumentais de intervenção profissional, como as reuniões. Ainda nesta etapa, as reuniões com os parceiros possuem a capacidade de expor as concepções e ideias previamente discutidas entre a equipe técnica e direção já presente no estabelecimento prisional. Mais do que apenas explicar, durante esse período de diálogo é possível escutar diferentes concepções, quebrar mitos, rediscutir e construir o objeto.

Corroborando com essa questão, Baptista (2010: p.13) reflete que:

O planejamento refere-se ao mesmo, à seleção das atividades necessárias para atender questões determinadas e à otimização de seu inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso (recursos, prazos e outros); diz respeito, também, à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e às providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e redefinição da ação.

Assim, percebe-se que a fase inicial do projeto, o seu planejamento, já demanda um grande movimento institucional, de mudança do fluxo de trabalho uma vez que não ocorrerá a atuação direta com a massa carcerária, atendendo solicitações advindas espontaneamente, identificadas ou até mesmo determinações judiciais, salvo casos extraordinários e urgentes. No instante em que os projetos estão em discussão, o processo tende a ter um viés administrativo, onde os determinantes decisórios sobressaem-se ao trabalho de ponta.

A captação de intuições que aceitem a proposta de colaborarem em ações de tratamento penal exige dos profissionais da equipe técnica alguns determinantes. O primeiro deles é compreender que instituições totais como penitenciárias e presídios pertencem à comunidade e para tal devem pertencer ao local, da mesma forma que Centros de Assistência Social, Delegacias de Polícia, Postos de Saúde, Escolas, Praças e outros locais que prestam serviços públicos.

Além disso, torna-se imprescindível a criação de estratégias para divulgação de ações já executadas na Penitenciária, demonstrando dessa forma credibilidade e organização. Considerando os limites financeiros impostos, a criação de uma pasta contendo ações realizadas e reportagens vinculadas. Além disso, algumas reportagens são divulgadas em sites da internet.

Portanto para Baptista (2010) o planejamento social é compreendido como uma “[...] ferramenta para pensar e agir dentro de uma sistemática analítica própria, estudando as situações, prevendo seus limites e suas possibilidades, propondo-se objetivos, definindo estratégias”. A análise desta afirmativa permite concluir que, para que sejam desenvolvidas atividades em grupo ou que abrangem nichos específicos de apenados, é preciso ter conhecimento sobre as normas institucionais.

Após o planejamento, inicia-se o processo de operacionalização do projeto, onde a proposta passa pelos últimos ajustes antes de ser executada. Nesta fase, cabe ao assistente social articular os limites institucionais, respeitando espaço físico, capacidade de segurança e acertos com os parceiros.

Ainda neste sentido, destaca-se que apesar de encontrar alguns limites frente intervenções técnicas dos assistentes sociais, é possível desenvolver atividades de tratamento penal individuais e coletivas nos Estabelecimentos Prisionais. Para tal, reforça-se o apoio que o trabalho com diferentes áreas do conhecimento serve como uma alavanca de incentivo.

Uma equipe multidisciplinar pode ser definida como:

[...] um grupo de indivíduos com contributos distintos, com uma metodologia compartilhada frente a um objetivo comum, cada membro da equipe assume claramente as suas próprias funções, assim como os interesses comuns do coletivo, e todos os membros compartilham as suas responsabilidades e seus resultados (ZURRO; FERREROX; BAS, 1991: P.29).

Nesse sentido, o fato da equipe técnica também ser composta por psicólogos facilita a ampliação do olhar, além de atuar no decorrer de diferentes demandas, sempre respeitando a autonomia profissional. Soma-se a isto o fato de que trabalhar de modo multidisciplinar coopera com o desejo pela busca de formação profissional constante.

Por fim, o desenvolvimento de projetos e ações na Penitenciária Modulada de Montenegro tendo como público-alvo as pessoas privadas de liberdade, como revitalização das bibliotecas cristã e literária, apresentações teatrais e de dança e a confecção de documentos seguiram as ideias de desenvolvimento elucidadas no presente artigo. De forma alguma esta afirmação tem por pretensão apontar sendo este o único caminho, considerando a complexidade do sistema penitenciário, acredita-se na amplitude do olhar e na busca de novas alternativas de enfrentamento

diante das demandas apresentadas no cotidiano da prática profissional e do contato diário com o usuário.

Portanto, a revitalização da biblioteca com livros cristãos e literários de modo geral teve por objetivo proporcionar às pessoas privadas de liberdade o recurso espiritual e o acesso à leitura, bem como o trabalho prisional para o apenado responsável pelo controle das listas de materiais, entrega e devolução dos mesmos. Da mesma forma, a confecção de mais de duzentas carteiras de identidades, possibilitou que os apenados pudessem desenvolver atividades laborais, e por consequência receber dias remidos e quantias pelo trabalho desempenhado.

Também com o auxílio de parcerias, pode-se oportunizar atividades de lazer para as apenadas como apresentações de peça de teatro e espetáculos de dança. Cabe destacar que essas atividades oportunizaram momentos de lazer para as apenadas, que por consequência diminuíram o número de atendimentos sociais solicitados nas semanas posteriores. Além disso, atividades de lazer também estão contempladas na Lei de Execução Penal.

3 Considerações finais

Ao terminar esse artigo de conclusão do curso de Pós-graduação em Política e Gestão do Serviço Social percebe-se que pude contribuir brevemente para a sistematização de proposições relacionadas ao desenvolvimento de atividades de tratamento penal. Portanto, apesar de necessitar de aperfeiçoamentos, o presente material atingiu o objetivo de ser um documento a servir de base para assistentes sociais e demais profissionais e estudantes interessados no tema.

Desse modo, pode-se refletir sobre a importância do trabalho multidisciplinar desempenhado com colegas institucionais e parceiros da comunidade. Também foi possível demonstrar alguns projetos e ações desenvolvidos, bem como as articulações necessárias para sua efetivação.

4 Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL, **Lei de Execução Penal**, nº 7.210/1984.

CRUZ NETO, Otávio. **O Trabalho de campo como descoberta e criação**. In MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História das Violências nas Prisões**. Tradução de Raquel Ramallete, 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Manicônios, Prisões e Conventos**. São Paulo, Perspectiva, 1974.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Carvalho. **A entrevista nos processos de trabalho do Serviço Social**. Revista Virtual Textos e Contextos, n.8, dez.2007.

ZURRO, A.M., FERREROX, P.,BS, C.S. **A equipa de cuidados de saúde primários.:** Manual de cuidados primários. Lisboa: Farmapress,1991.

RESENHAS

Currículo: do conhecimento eleito à construção sociocultural

Natiane Cristina Costa Nascimento⁶⁹, Maria Aparecida da Silva⁷⁰

MACEDO, Roberto Sidnei Alves. **Atos de Currículo e Autonomia Pedagógica: o socioconstrucionismo curricular em perspectiva**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2013. 157p.

Sobre o autor - Roberto Sidnei Macedo é doutor em Ciências da Educação com pós-doutorado em Currículo e Formação. É Coordenador do Grupo de Pesquisa *Formacce*, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordena o Grupo de Trabalho (GT) de Currículo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Atua, principalmente, nas seguintes áreas: currículo, formação docente, formação, infância e educação, epistemologia da educação, etnopesquisa crítica e etnopesquisa-formação. Autor de obras como “*Currículo, diversidade e equidade: luzes para uma educação intercrítica*” (2007), “*Compreender/Mediar a Formação: o fundante da educação*” (2010), “*Atos de currículo, formação em ato?*” (2011), “*Currículo: campo, conceito e pesquisa*” (2012).

Sobre a obra - Definida como um prolongamento da obra “*Currículo: campo, conceito e pesquisa*”, em sua 5ª edição (2012), apresenta o conceito-dispositivo de ato de currículo articulado a problemática da autonomia pedagógica. Propõe a compreensão do currículo como construção social decorrente da prática institucional e da ação social coletiva - perspectiva socioconstrucionista. A referida obra intitulada “*Atos de Currículo e Autonomia Pedagógica: o socioconstrucionismo curricular em perspectiva*” está organizada em nove capítulos que se apresentam nos parágrafos que se seguem.

Resumo - A presente obra concebe o currículo⁷¹ como construção social incessante e interessada, como lugar de disputas e conflitos; um lugar de emergência de

⁶⁹ Bacharel Licenciado em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMinas. Especialista em Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) e aluna do mestrado em Educação Tecnológica – CEFET/MG.

⁷⁰ Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Itajubá. Doutora em Educação pela Unicamp. Atualmente é Professora do Ensino Superior do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Currículo e História do Currículo, Projeto Pedagógico e Gestão do Trabalho Escolar.

⁷¹ As definições de currículo variam conforme os pressupostos subjacentes às diferentes concepções de currículo. Para Macedo, currículo se define por atos curriculares em processo sócioconstrucionista, ou seja, como construção social resultante de interações sociais, por vezes

alterações, de intimidades e de negociações. Propõe os atos de currículo, ou seja, como currículos são concebidos por seus atores, como são transformados, como essas mudanças se efetivam, como se preservam concepções e práticas. O autor focaliza, em síntese, como os atores definem as situações curriculares e desenvolvem pontos de vista a seu respeito. Argumenta que o currículo tem sido apresentado à sociedade como uma tradição prescritiva e restritiva, e representa longa história de exclusões, alijamentos e privilégios de alguns no processo formativo. O autor propõe repensar o currículo como “atos” de modo que todos os envolvidos sejam considerados como atores-autores sociais e seres curriculantes.

O primeiro capítulo amplia os argumentos sobre o conceito-dispositivo de “ato de currículo”, adensando suas possibilidades ao tratar com as diversas e complexas pautas curriculares. O autor entende que currículos são realidades construídas socialmente e diferente da perspectiva construtivista⁷². A perspectiva construcionista coloca o social e o cultural como fundante das ações humanas. Os atores sociais, como cronistas de si e do mundo podem instituir currículos a partir de uma conjugação de interesses elevados a certo mutualismo, de modo a reconhecer o que é comum a todos como princípio de uma educação emancipacionista (MACEDO, 2013).

Os atos de currículo envolvem, então, propósitos e práticas referentes a compreender e a afetar as realidades habitadas pelos que participam do processo curricular. Referem-se à capacidade de descrever, entender e a analisar como se instituem os currículos, apresentando dispositivos conceituais para aprofundamentos e convencimentos da emergência do currículo como uma construção social incessante e interessada. Por fim, os atos de currículo orientam as práticas para que sejam percebidas como instituintes, passíveis de críticas, por conseguinte, situadas cultural e historicamente.

conflitivas, dos atores envolvidos no processo de sua construção, durante o qual ocorrem mudanças tanto na prática curricular, quanto nos atores envolvidos. Para as autoras desta resenha, o currículo não é neutro e resulta de processo de construção sócio-histórico-cultural, por conseguinte, conflituoso, expressando a dualidade estrutural da sociedade capitalista. Os sujeitos históricos exercem papel fundamental na constituição de currículo, mas não o fazem descolados das circunstâncias históricas, sociais e culturais. Assim, o currículo é campo de disputa ideológica, de poder e de interesses culturais na busca de se imporem seja para a manutenção das tradições, seja para romperem com esta tradição e instituírem relações sociais de tipo novo, transformando pessoas e circunstâncias históricas.

⁷² Construtivismo é uma das correntes teóricas empenhadas em explicar como a inteligência humana se desenvolve, partindo do princípio de que o desenvolvimento da inteligência é determinado pelas ações mútuas entre o indivíduo e o meio.

No segundo capítulo, o autor apresenta um conjunto de provocações sobre o currículo, principalmente no que se refere a sua emergência “exterodeterminante”. Do conjunto de argumentações do autor, emerge a ideia de formação como “experiências de sujeitos”, as quais são tomadas como atos de currículo. Entretanto, faz-se necessário acrescentar que para serem formativos os atos de currículo terão que se vincular a um ponto de vista, a uma atitude, a uma ação reflexiva, a um processo de valoração (MACEDO, 2013). Segundo Macedo, os atos de currículo fazem parte da *práxis* formativa, e, por consequência, não vislumbram os formandos como atendentes de demandas educacionais ou padrões pedagógicos.

No terceiro capítulo, o autor explicita o que se entende por “etnocurrículo”. Considera o pensar-propositivo curricular a partir de sua inflexão central, ou seja, o currículo originando-se a partir das histórias e experiências de segmentos socioculturais concretos e de suas necessidades educacionais. Nos cenários curriculares de etnocurrículos, parte-se do pressuposto da necessidade de desconstrução da noção colonizadora de currículos como artefatos pedagógicos elaborados por especialistas, legitimados por autoridades culturais e educacionais, e assegurados por aparelhos ideológicos institucionalizados.

No quarto capítulo, o autor apresenta um conjunto de argumentos propositivos sobre o que seja um “currículo multirreferenciado”, resultante de densa e longa teorização que está sendo realizado sobre a multirreferencialidade como base epistemológico-curricular. Segundo Macedo, na base do currículo multirreferenciado encontra-se o tratamento da heterogeneidade como processo formativo, uma luta para superação do entendimento de que homogeneizar é condição para ser eficiente em termos curriculares e educacionais.

No quinto capítulo, Macedo apresenta o conceito de “mediações intercríticas” e suas possibilidades generativas. Segundo o autor, os atos de currículo e formação não podem prescindir da crítica. De acordo com os pressupostos da Teoria Crítica, a crítica é imprescindível na formação e na autoformação. A autocrítica é condição para a ética do pensamento e da reflexão em formação. No caso do currículo, segundo o autor, impõe-se um permanente estado de reflexão e de vigilância, pois os poderosos conceitos protegidos do currículo são veiculados pela planificação educacional.

No sexto capítulo, o autor relaciona os atos de currículo à emergência da autoria nas composições curriculares. A ideia de ato de currículo, no seu acontecimento, já convoca a autoria, pois são menos proposições epistemológicas

para o currículo e, mais posicionamento heurístico e político. Macedo, ainda, provoca o leitor ao afirmar que nos cenários educativos o conhecimento dito, *a priori*, formativo, vem sempre e de forma autoritária na frente do conhecimento construído pela experiência da formação propriamente dita. Para o autor as práticas educacionais começam a se desvencilhar, com dificuldade, das práticas autoritárias, hiperpadronizadas e lineares, pautadas nas palavras de ordem e nos consensos.

No sétimo capítulo, Macedo argumenta a favor de que a escola seja percebida como *loci* político e cultural, i.e., lugar de concepção e criação de atos de currículo enquanto política e prática de formação, como competência da escola. Nessa perspectiva a escola é, portanto, lugar de possibilidades criadas por dinâmicas culturais que nela se institucionalizam. De fato, na escola acontecem processos constitutivos de negociação de forças. Nela, também, se fazem políticas curriculares a partir de seus atos de currículo cotidianos.

No oitavo capítulo, o autor propõe o desafio de extrair das “etnopesquisas”, princípios conceituais e metodológicos capazes de compreender os atos de currículo e os processos formativos. Na “etnometodologia”, parte-se do pressuposto que a realidade socialmente construída está presente na vivência cotidiana de cada um e que em todos os momentos ocorrem construções sociais que permeiam a conversa, os gestos, a comunicação, entre outros aspectos. A etnopesquisa dos atos de currículo objetiva compreender, nos processos interativos, como as relações mudam, assim como as instituições e seus dispositivos curriculares aprendem e transformam-se. De forma semelhante, busca apreender como as pessoas e suas visões de mundo mudam ao estarem imbricadas nos processos interativos a que pertencem. A compreensão da formação como fenômeno experiencial, a partir da criação de atos de currículo, suscita outro tipo de envolvimento do pesquisador, na busca das mediações da formação humana.

Por fim, ao nono e último capítulo, Macedo apresenta a ideia de constituição dos “Observatórios de Currículo e Formação (OCF)”. Esses seriam dispositivos curriculares coletivos nos quais os interessados em questões do currículo e da formação vividas nos cenários educacionais, a partir de perspectiva local, pensam e propõem pautas curriculares e formativas em face à complexidade relacional do mundo contemporâneo e as questões do conhecimento eleito como formativo. Neste processo, agregam-se forças que então se configuram no processo experiencial.

Segundo Macedo, estes OCF são como reuniões ampliadas, democraticamente constituídas, para observar o movimento curricular que ocorre na instituição educacional. A partir dessas observações, podem ser propostos caminhos nos âmbitos do currículo e da formação. Ao eleger a experiência e os saberes que dela decorrem como fonte fundantes do processo formativo, institui-se um cenário de inflexão histórica. Em tal inflexão, compõem-se o conjunto de deslocamentos que vai aos poucos alterando as tradições no lidar com o currículo e com as pautas de formação. Funda-se, desse modo, um lugar de multicriação curricular e de pensar reexistências formativas.

Em síntese - Com a presente obra, o autor responde a questão que norteou sua produção: Por que o currículo é apresentado à sociedade como uma tradição prescritiva e restritiva, por conseguinte, representa uma longa história de exclusões, alijamentos e privilégios de alguns no processo formativo?

Ao introduzir o conceito de atos de currículo, Macedo incorpora o pressuposto de que os envolvidos e os interessados nas questões dos conhecimentos e atividades socialmente eleitas como formativas, são todos os envolvidos que ele denomina de curriculantes. Ao assim proceder, Macedo atualizou etnométodos que, por sua vez, instituíram modos de interpretação e ações sobre essa invenção pedagógica – os atos de currículo.

Na perspectiva do autor, o currículo é um fenômeno que se realiza no âmago do processo de sua constituição, que ele denomina de processos construcionistas. Responder perguntas tais como: Como se faz currículo como conjunto de regras? O que o currículo faz com as pessoas? Como as pessoas fazem o currículo? Implicam em atos constituídos em interação e eivados de interpretações constitutivas. Em outras palavras, os atos de currículo portam e criam etnométodos com os quais é possível interpretar e agir tomando como interesse as “coisas” do currículo. Em termos de gestão curricular. Em termos de gestão curricular, essa é condição para traçar políticas e propor ações curriculares e processos formativos.

Assim, pode-se concluir, afirmando que permeia a obra o pressuposto de que o projeto curricular, se fundado em aportes conceituais e orientação propositiva, pode ser responsável por formação humana autônoma e emancipada. Por assim se fundamentar, recomenda-se a leitura do livro por educadores e pessoas interessadas no tema currículo.

ARTIGOS DE OPINIÃO

Existe relação entre ética e biossegurança ocupacional?

Lissandra Souto Cavalli⁷³, Fernando Sérgio Castilhos Karam⁷⁴, Kelly Cristina Tagliari de Brito⁷⁵, Benito Guimarães de Brito⁷⁶

Resumo

Tendo em vista a importância de uma conduta que atenda aos padrões de segurança e do comportamento adequado no que se refere à prevenção de acidentes em ambientes destinados a serviços de saúde, o presente trabalho se concentra em apresentar a relação entre a ética e a conduta ocupacional. A maior dificuldade em prevenir ou diminuir a recorrência de acidentes em laboratórios não está nas tecnologias disponíveis para minimizar os riscos, mas no comportamento dos profissionais. E, ainda, é fundamental a valorização da biossegurança e das relações sociais de trabalho em ambientes de serviços de saúde para prevenção de agravos.

Palavras-chave: Biossegurança, Ética, Relações de trabalho, Segurança Ocupacional

Abstract

This paper focuses on presenting the relationship between ethics and occupational conduct. As well as shown individual behaviours that lead to unsafe choices in workplace. No doubt, the greatest difficulty in preventing laboratory accidents is the behavior of professionals instead of the available Technologies. In addition, we emphasize the value of biosecurity and social relations of work in health care environments to disease prevention.

Key-words: Biosafety, Ethics, Labour Relations, Occupational Safety

A exposição ocupacional em ambientes relacionados a serviços de saúde, como laboratórios de pesquisa e diagnóstico ou hospitais, constitui um problema de saúde pública. Os profissionais que atuam em laboratórios estão expostos a diferentes fatores de risco. A manipulação química, biológica e física de produtos pode causar sérios danos à saúde do trabalhador. Estes riscos de agravos podem ser provenientes de diferentes formas, sendo classificados pela existência de agentes biológicos, químicos, físicos, ergonômicos e mecânicos. Dessa forma, há a necessidade de estabelecer procedimentos e ações de biossegurança para garantir a saúde do trabalhador. Biossegurança é o conjunto de ações voltadas para prevenção, minimização ou eliminação de riscos inerentes às atividades profissionais que podem comprometer a saúde, o meio ambiente ou a qualidade do trabalho desenvolvido

⁷³ Biol., Dra., Pesquisadora FEPAGRO Saúde Animal, Membro da Comissão Interna de Biossegurança, Estrada Municipal do Conde 6.000, CEP 922990-000, Eldorado do Sul (RS). E-mail: liscavalli@gmail.com

⁷⁴ M.V., Dr., Pesquisador FEPAGRO Campanha, Presidente da Comissão de Ética no Uso de Animais, BR 293, Km 165, Hulha Negra (RS).

⁷⁵ Biol., Dra., Pesquisadora FEPAGRO Saúde Animal, Membro da Comissão Interna de Biossegurança, Estrada Municipal do Conde, 6.000, Eldorado do Sul (RS).

⁷⁶ M.V., Dr., Pesquisador FEPAGRO Saúde Animal, Estrada Municipal do Conde 6.000, Eldorado do Sul (RS).

(Schramm 1998). Esses procedimentos são elaborados por cada instituição baseados em diretrizes da Anvisa ou outros órgãos reguladores, de acordo com as especificidades de cada instituição.

Contudo, mais do que a utilização de procedimentos adequados, a biossegurança ocupacional envolve questões éticas, morais e de responsabilidade social. Ao trabalhar com material infectante em desacordo com as boas práticas este profissional assume o risco do dano em potencial. Isso porque um acidente pode causar agravos, tanto na saúde do trabalhador quanto na saúde de outras pessoas, no trabalho ou na comunidade em geral. É difícil compreender quando se trata de questões tão enraizadas no cotidiano de profissionais da área da saúde. Ao assumir o risco, o trabalhador expõe a si, aos colegas de trabalho, a sua família e o seu ciclo social, bem como a sociedade. É curioso que ainda nos dias atuais, ao circularmos em instituições de saúde, podemos identificar inúmeras situações em discordância com as boas práticas laboratoriais ou recomendações de biossegurança. Permanece ainda uma cultura de ignorar o risco eminente e se expor, sem preocupação com o perigo, em qualquer nível de atuação profissional na área da saúde. Portanto, em questões de Biossegurança e Bioética na área da saúde, a ética da alteridade é um instrumento necessário para a preservação da dignidade do “outro” (Bonis & Costa, 2009¹).

Ainda mais espantoso é que o Brasil não possui leis que regularizem essas situações. A lei de biossegurança no país está formatada legalmente para os processos envolvendo organismos geneticamente modificados (Lei de Biossegurança - N. 8974 de 05 de Janeiro de 1995). Não há implicação legal ao ferir os códigos ou manuais internacionais quanto à manipulação de organismos patogênicos. Não há exigências legais que fiscalizem essas práticas. Por este motivo, alguns organismos patogênicos que devem ser manipulados em contenção ficam muito mais a cargo da conduta profissional ou institucional do que de uma exigência legal. São incontáveis os manuais e procedimentos que regulamentam as práticas profissionais em serviços de saúde, para prevenir qualquer acidente. Porém, a correta utilização e prática estão mais relacionadas à cobrança e à disciplina institucional do que governamental ou legislativa. É comum, mesmo após treinamentos e recomendações (que devem ser promovidas pela própria instituição a seus trabalhadores), os profissionais da área da saúde descuidar das práticas e condutas importantes, como utilização de luvas ou máscaras, ou circular de jaleco (potencialmente contaminado) em áreas limpas. Nota-

se tal conduta em qualquer nível social ou hierárquico nas instituições – desde pesquisadores ou chefes de setor até graduandos e pós-graduandos, sendo mais preocupante nos cargos de maior instrução ou posição, principalmente porque devem ser exemplares.

Seria na verdade uma questão de ética? Entendemos que sim, trata-se de ética nas relações humanas. A ética é a busca de justificativa para verificar a adequação ou não das decisões tomadas (Goldim 2009). Sendo assim, o compromisso que cada trabalhador necessita ter com a ética precisa influenciar constantemente seus pensamentos e deve estar sempre presente em suas ações (Bonis & Costa, 2009¹). Somos responsáveis por não expor o outro ou o meio ambiente a situações de risco. Responsáveis ao recomendar práticas seguras e treinar alunos e colaboradores para evitar danos. Ao identificarmos uma situação de atividade insegura, devemos intervir. Assim como, profissionais que não possuem perfil de trabalho seguro devem ser afastados de atividades insalubres, para sua segurança e dos demais trabalhadores. Situações de negligência, imprudência ou imperícia nas atividades perigosas ou insalubres devem ser rigorosamente impedidas. As exigências quanto ao atendimento de normas e práticas de biossegurança devem ser aplicadas a todos os trabalhadores de todos os cargos, sem distinção. Nos referimos a todos os trabalhadores, desde estagiários e bolsistas até diretores, pesquisadores ou chefes de laboratórios, doutores, mestres ou graduados. Assim, a valorização da biossegurança e da bioética como parte de uma política educacional científica, pode estimular o desenvolvimento de indivíduos com uma consciência mais cidadã (Bonis & Costa 2009²). Para isso, as instituições devem estar empenhadas em atuar de forma efetiva para garantir a segurança dos trabalhadores nas atividades que envolvem riscos. E também para conscientizar seus funcionários da importância de uma conduta ética e segura para a prevenção de acidentes. Medidas educacionais podem ser um ponto inicial nesta modificação de comportamento. Disciplinas de bioética e biossegurança nos programas de pós-graduação e graduação podem ser parte obrigatória dos currículos. Propostas de cursos de extensão e treinamentos constantes são importantes para que os profissionais possam pensar de maneira mais ética e social quanto a exposição de riscos.

A prática da ciência com ética deve ter sempre como objetivo proteger a vida do ser humano (Bonis & Costa 2009¹). Nesse sentido, é imperioso que o profissional

constantemente questione a segurança da atividade com a finalidade de prevenir danos à saúde dos trabalhadores e à sociedade.

Referências

BONIS, M.D.; COSTA, M.A.F. Ética da alteridade nas relações entre Biossegurança em saúde e Bioética. **Revista Ciência & Cognição**, vol. 14, n. 3, p. 92-102. 2009¹.

BONIS, M.D.; COSTA, M.A.F. Educação em biossegurança e ética: articulação necessária em biotecnologia. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 14 n. 6, p. 2107-2114. 2009².

GOLDIM, J.R. Bioética e Pandemia de influenza. **Revista do HCPA**, vol. 29 n. 2, p. 161-166. 2009.

SCHRAMM, F.R. Bioética e biossegurança. In: **Iniciação à Bioética**, Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998.

